

RELATÓRIO DE GESTÃO

20
19

JMU
JUSTIÇA MILITAR DA
UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019

JMU
JUSTIÇA MILITAR DA
UNIÃO

ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCOM	Assessoria de Comunicação	DIPES	Diretoria de Pessoal
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias	DIRAD	Diretoria de Administração
ASLIC	Assessoria de Licitações e Contratos	DIREG	Diretor-Geral
ASPAR	Assessoria de Assuntos Parlamentares	DISAU	Diretoria de Saúde
BF	Balanco Financeiro	DORFI	Diretoria de Orçamento e Finanças
BGU	Balanco Geral da União	DPU	Defensoria Pública da União
BO	Balanco Orçamentário	DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
BP	Balanco Patrimonial	EAD	Ensino a Distância
BSC	Balanced Scorecard	EC	Emenda Constitucional
CAAIAC	Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos	ENTC	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade	e-Proc/JMU	Processo Judicial por meio eletrônico da Justiça Militar da União
CEOFI	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	FUB	Fundação Universidade de Brasília
CETEFE	Centro de Treinamento de Educação Física Especial	GEAFIN	Sistema de Gestão Administrativa e Financeira
CF	Constituição Federal	Igov	Índice de Governança
CGovTIC	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
CGTIC	Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
CJM	Circunscrição Judiciária Militar	JMU	Justiça Militar da União
CN	Congresso Nacional	LAI	Lei de Acesso à Informação
CNGTIC	Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
CNJ	Conselho Nacional de Justiça	LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
COAUD	Coordenadoria de Auditoria	LICIMAP	Sistema de Licitação, Material e Patrimônio
COAVO	Coordenadoria de Acompanhamento, Avaliação e Orientação	LOA	Lei Orçamentária Anual
COFIN	Coordenação-Geral de Programação Financeira	LOJM	Lei de Organização da Justiça Militar da União
COPAP	Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial	MPM	Ministério Público Militar
CPM	Código Penal Militar	NBCT SP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
CPROF	Coordenadoria de Programação Orçamentária e Financeira	NCVIN	Núcleo de Análise e Acompanhamento de Conta Vinculada
DCONJMU	Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União	NEXT	Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento para Excelência e Transformação da Administração Pública
DEC	Departamento de Engenharia do Exército	NUFIT	Núcleo de Fiscalização de Contratos de Terceirização
DFC	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	PAA	Plano Anual de Auditoria
DIDOC	Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento		

ABREVIATURAS E SIGLAS

PALP	Plano de Auditoria de Longo Prazo	STF	Supremo Tribunal Federal
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	STJ	Superior Tribunal Justiça
PcD	Pessoa com Deficiência	STM	Superior Tribunal Militar
PCJ	Painel de Custos da Justiça Militar da União	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
PEC	Proposta de Emenda à Constituição	TCU	Tribunal de Contas da União
PEPS	Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair	TED	Termo de Execução Descentralizada
PETIC	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	TI	Tecnologia da Informação
PIME	Plano de Indicadores e Metas Estratégicas	TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
PLS	Plano de Logística Sustentável	TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PRODESC	Projeto Descrição Documental do Acervo Arquivístico do STM	TRE/CE	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
PROGVALOR	Programa de Valorização da 1ª Instância	TRE/PA	Tribunal Regional Eleitoral do Pará
PRSTM	Presidência do Superior Tribunal Militar	TRF-1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
RBM	Relatório de Bens Móveis	TRF-4	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
RPP	Previdência Social	TSE	Tribunal Superior Eleitoral
SEADE	Seção de Análise de Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	UG	Unidade Gestora
SEAUD	Seção de Auditoria	UnB	Universidade de Brasília
SECIN	Secretaria de Controle Interno	VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
SEI	Sistema Eletrônico de Informações		
SEJUD	Secretaria Judiciária		
SEPLA	Secretaria de Planejamento		
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados		
SETER	Seção de Gestão de Terceirização		
SIC	Sistema de Informações de Custos		
SICDE	Seção de Informações de Custos e Despesas		
SIPOC	Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle		
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças		
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União		
SPREV	Secretaria de Previdência		
SPU	Secretaria de Patrimônio da União		
SRH	Sistema de Recursos Humanos		

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente do STM	6	Riscos, Oportunidades e Perspectivas	79
Visão Geral Organizacional	8	Demonstrações Contábeis	81
A Justiça Militar da União	8	Declaração do Contador, Paulo Daniel Assis de Oliveira	81
Declaração do Diretor-Geral	9	Outras Informações Relevantes	105
Estrutura do STM	12	Anexos e Apêndices	113
Sistema de Governança	13		
Ambiente Externo	15		
Modelo de Negócio	16		
Governança, estratégia e alocação de recursos	18		
Resultados da Gestão - Objetivos Estratégicos	21		
Gestão Estratégica	22		
Área Finalística	24		
Relacionamento com a Sociedade	30		
Gestão da Tecnologia da Informação	35		
Gestão de Infraestrutura e Instalações	41		
Gestão de Patrimônio, Licitações e Contratos	45		
Gestão da Informação, da Documentação e do Conhecimento	47		
Sustentabilidade Ambiental	51		
Controles Internos e Gestão de Riscos	55		
Gestão de Pessoas	59		
Promoção da Saúde	68		
Gestão Orçamentária e Financeira	71		
Declaração do Diretor de Orçamento e Finanças, Afonso Ivan Machado	71		

MENSAGEM DO MINISTRO-PRESIDENTE, Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS



“ Com o intuito de aprimorar a entrega de valor à sociedade e às partes interessadas, esta Justiça busca um constante alinhamento ao seu Planejamento Estratégico ”

A Justiça Militar da União (JMU) tem como missão processar e julgar crimes militares previstos em lei a fim de contribuir para a promoção da Justiça. Com o intuito de aprimorar a entrega de valor à sociedade e às partes interessadas, esta Justiça busca um constante alinhamento ao seu Planejamento Estratégico, em consonância às diretrizes e às recomendações estabelecidas por órgãos de controle como Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Este Relatório de Gestão apresenta formalmente os principais resultados da gestão organizacional da JMU com uma visão sistêmica que ultrapassa as barreiras de nossa estrutura funcional e em convergência à estratégia da Instituição. Nesse sentido, os elementos obrigatórios, constantes da Decisão Normativa TCU nº 178/2019, que integram este relatório, foram apresentados com base em nossos Objetivos Estratégicos.

A elaboração deste Relatório foi resultado de uma construção coletiva entre as unidades finalísticas e administrativas que compõem esta Justiça. Dessa forma, os dados foram tratados de forma integrada com vistas a relatar com fidedignidade o ocorrido no último exercício.

Apresento a seguir as ações e os projetos de maior relevância que impactaram significativamente a gestão de 2019, em continuidade às boas práticas focadas na modernização e na transparência visando ao aperfeiçoamento constante da JMU.

Para a realização das sessões administrativas de

forma célere, eficiente e racional, foi implantado o sistema SEI-JULGAR que permite ao magistrado o acesso aos processos a qualquer tempo e em qualquer lugar. A adoção da respectiva ferramenta traz benefícios para o trâmite dos processos administrativos, assim como já ocorreu com os processos judiciais, que atualmente tramitam nesta Justiça de forma inteiramente eletrônica por meio do sistema e-Proc/JMU.

Além de iniciar um ciclo de avanços na tramitação dos processos, a utilização do sistema e-Proc/JMU permite a coleta e a apuração tempestiva de informações, com o aperfeiçoamento da transparência demandada por órgãos de controle e pela sociedade. Ademais, tornou-se possível monitorar o desempenho da prestação jurisdicional da JMU de forma mais efetiva.

Outra iniciativa com impacto direto na ampliação da transparência foi o lançamento do aplicativo da Ouvidoria da JMU, pioneiro entre os tribunais superiores. O aplicativo é integrado ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e possibilita ao cidadão acompanhar, em tempo real, o andamento de sua demanda, além de ampliar as possibilidades de acesso à Ouvidoria. Como Justiça mais antiga do país, a história da JMU está relacionada a fatos importantes do cenário nacional. Do Brasil Império à Nova República, a JMU se faz presente por meio de seus processos e julgamentos. Em 2019, deu-se continuidade ao projeto de restauração e

digitalização do acervo histórico processual para disponibilização no portal do STM. Entre os autos, incluem-se processos de repercussão histórica e nacional e nesse trabalho deve ser destacada a autenticidade, raridade, exclusividade e preciosidade do nosso acervo. Como exemplo, podemos citar o documento mais antigo já digitalizado e que data de 1810.

Quanto ao desempenho finalístico, resalto o cumprimento integral, por parte do STM, das Metas Nacionais do Poder Judiciário, que são elaboradas de forma participativa entre os tribunais e o CNJ. Essas metas representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade um serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade. Cabe ainda mencionar que a Lei nº 13.491/2017 ampliou a competência da JMU para incluir o processo e julgamento de quaisquer crimes previstos na legislação penal comum, desde que cometidos nas hipóteses do inciso II do artigo 9º do Código Penal Militar. Em 2019, 6% dos feitos autuados foram em decorrência da nova Lei.

Em consonância ao calendário de revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, estabelecido pelo CNJ, já demos início à fase de diagnóstico para elaboração do próximo ciclo de Planejamento Estratégico da JMU, que compreenderá o período 2021-2026. O processo está sendo realizado de forma participativa entre magistrados e servidores a fim de melhorar a representatividade nas ações propostas e o

MENSAGEM DO MINISTRO-PRESIDENTE, Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS

engajamento na execução da estratégia. No intuito de nos aproximarmos da nossa visão institucional, que prevê que a JMU deve ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência do Poder Judiciário, continuamos na persecução do alcance dos nossos objetivos estratégicos com a priorização de iniciativas que compreendam as melhores práticas de gestão. Por fim, em um cenário de constantes mudanças, em que novos desafios serão enfrentados, a Justiça Militar da União conta com a colaboração de todos os magistrados e servidores para entregar uma prestação jurisdicional eficiente e que corresponda aos anseios da sociedade.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

A JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

A Justiça Militar da União (JMU) é a mais antiga do Brasil, com mais de 200 anos. Ela nasce em decorrência da própria existência das Forças Armadas. Além disso, passou a integrar o Poder Judiciário a partir da Constituição de 1934 e seus julgamentos seguem a mesma sistemática do Judiciário Brasileiro.

Vale destacar que, conforme previsto no artigo 124 da Constituição Federal de 1988, cabe à JMU julgar os crimes militares definidos em lei, assim entendidos como os previstos no Código Penal Militar (CPM) – Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

Contudo, ressalta-se que as competências atribuídas à JMU apresentam mudanças ao longo do tempo, devido, entre outros fatores, ao momento histórico e político vivenciado pelo país.

É o caso, por exemplo, da última alteração dada pela edição da Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017, estendendo os crimes militares àqueles previstos na legislação penal comum, desde que praticados pelos agentes elencados no artigo 9º do CPM. Ademais, a respectiva legislação transfere para a Justiça Militar a competência para julgar os crimes militares praticados por militar contra civil, que, até então, ficava a cargo da Justiça Comum.

Destaca-se que a JMU possui jurisdição em todo o território nacional. O Superior Tribunal Militar (STM) é a Instância Superior da JMU, sendo composto por 15 Ministros indicados pelo Presidente da República oriundos das Forças Armadas, da Advocacia, do Ministério Público e do Quadro da Magistratura da Primeira Instância.

Já a Primeira Instância, distribuída nos estados da federação, conta com 38 Juízes Federais, sendo um titular e um substituto em cada Auditoria das 12 Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs). Cada Circunscrição possui uma Auditoria, excetuando-se as Circunscrições da 1ª CJM (RJ), 2ª CJM (SP), 3ª CJM (RS) e 11ª CJM (BSB), as quais abrigam 4, 2, 3 e 2 Auditorias, respectivamente.

Existe, ainda, a Corregedoria da Justiça Militar, composta por um Ministro-Corregedor e um 1 Juiz-Corregedor Auxiliar, à qual compete, dentre outras atribuições, fiscalizar e orientar o STM e as Auditorias Militares no correto exercício das suas funções.

É válido notar, também, que a Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, organiza a JMU e regula o funcionamento dos seus serviços auxiliares. O Regimento Interno do STM reproduz alguns dispositivos da referida Lei, tratando sobre a organização e o funcionamento do Tribunal e estabelece as competências e atribuições de seus órgãos e da Administração Superior. Quanto aos serviços administrativos, tanto o STM como as Auditorias da JMU possuem quadros de pessoal, compostos por cargos efetivos, cargos em comissão, funções comissionadas, estagiários, contando ainda com a colaboração de servidores militares oriundos das três Forças Armadas.

Ressalta-se que a Secretaria do STM é regida pelo Manual de Organização do STM, aprovado pela

Resolução nº 241, de 9 de maio de 2017, que dispõe sobre a estrutura, responsabilidades, competências e autoridades das unidades organizacionais do STM, estabelecendo as competências das Unidades, dos cargos em comissão e das funções comissionadas na Instância Superior, na forma prevista no organograma apresentado neste Relatório de Gestão.



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

DECLARAÇÃO DO DIRETOR GERAL



“ Destaco todo o mérito das unidades vinculadas à DIREG na execução dos projetos. ”

SILVIO A M STARLING

A partir das diretrizes da Constituição Federal de 1988, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e considerando os limites de gastos impostos pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a gestão administrativa do STM no ano de 2019 foi pautada pelos princípios da economicidade e da eficiência, uma vez que o gestor público é desafiado a realizar o máximo de ações utilizando menos recursos financeiros.

Nesse contexto, no STM, a Diretoria-Geral (DIREG) é a unidade responsável por executar a gestão administrativa. A DIREG tem como unidades subordinadas o Gabinete do Diretor-Geral (GADIR), a Assessoria Jurídica (ASJUR), a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos (ASLIC), a Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI), a Diretoria de Administração (DIRAD), a Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN), a Diretoria de Pessoal (DIPES), a Diretoria de Gestão de Serviços de Saúde (DISAU) e a Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (DIDOC).

Compete, portanto, ao Diretor-Geral proceder como um "Maestro" de uma "orquestra" composta pelas Diretorias e unidades subordinadas e foi o que se fez a partir de março de 2019. Nesse cenário, destaco todo o mérito das unidades vinculadas à DIREG na execução

dos projetos. A seguir, destaco as principais ações no ano de 2019, à exceção daquelas relacionadas à área orçamentária que terão tópico próprio neste relatório:

Administração, Terceirização e Gestão Patrimonial

A administração, terceirização e gestão patrimonial do STM tem como principal unidade responsável a DIRAD, a qual executou diversas ações no ano de 2019, de forma a contribuir no alcance dos objetivos institucionais. Entre esses objetivos estratégicos da JMU, o aprimoramento da infraestrutura predial, de equipamentos e instalações teve como destaque os seguintes projetos: a modernização dos elevadores, o qual tem previsão para ser finalizado no ano de 2020 e que pode ser considerado um acréscimo significativo da melhoria da qualidade de vida dos servidores do STM; a entrega da primeira fase das instalações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM) sendo que o projeto tem previsão de conclusão em 2020; e a entrega do projeto executivo para a construção da nova Sede do STM.

Em relação ao aperfeiçoamento e modernização da gestão e da estrutura administrativa e das ações de controle, a DIRAD está em constante mudança tendo por foco a racionalização dos procedimentos administrativos. Nesse cenário, destaca-se que foi criada a Seção de Gestão de Terceirização (SETER), dentro da estrutura da

DIRAD, com o objetivo de gerenciar os contratos de terceirização em um contexto em que a Reforma Trabalhista tem impactado as relações de trabalho. Foi implantando também o Sistema de Gestão Administrativo e Financeiro (GEAFIN) para a melhoria do processo de controle de patrimônio e material de consumo, possibilitando um controle "on time" de todo o estoque de material do STM, proporcionando a capacidade e controle financeiro e contábil do portfólio do STM.

Seguindo as diretrizes implantadas em 2018, o Táxi STM permaneceu em 2019 como um importante projeto para a racionalização dos recursos públicos, mediante o transporte de servidores por agenciamento de táxis, o que impactou na redução dos contratos de terceirização de motoristas, de manutenção de veículos e de combustíveis.

Tecnologia da Informação

Com vistas a assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), um importante objetivo estratégico da JMU, projetos como a atualização do processo judicial por meio eletrônico (E-proc), a instalação do SEI-Julgar e a sua adaptação para uso nas sessões administrativas e o Sistema de Recursos Humanos (SRH), com foco nos procedimentos da área de Gestão de Pessoas, foram priorizados em 2019 na área de Tecnologia da Informação, de responsabilidade principal da DITIN.

Em 2019, também foi iniciado a implantação do

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

DECLARAÇÃO DO DIRETOR GERAL

novo DATACENTER do STM, a fim de prover infraestrutura adequada dos serviços de Tecnologia da Informação para a JMU.

Destaca-se também o projeto de Governança de Tecnologia da Informação, com ações para a revisão do portfólio de projetos estratégicos e o planejamento das ações de TIC para o biênio 2019/2020 por meio do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

Gestão Pessoas

Em 2019, a área de Gestão de Pessoas, de responsabilidade principal da DIPES, deu continuidade ao projeto de valorização dos servidores da 1ª instância da JMU e realizou diversas ações com o objetivo de aumentar a produtividade, a satisfação no trabalho, a qualidade de vida e o comprometimento dos servidores.

Entre as ações, as quais continuarão em desenvolvimento em 2020, destacam-se: a implantação do Sistema de Ponto Eletrônico em todas as Auditorias da JMU assim como o banco de horas; a política de movimentação interna dos servidores, de acordo com o perfil e as competências; a continuidade do projeto de teletrabalho, o qual está em constante amadurecimento e tem apresentado benefícios para o STM; o programa de gestão por competências, o qual tem mapeado e revisado as competências gerenciais, com a participação dos gestores do STM; e a capacitação para a

revisão do planejamento estratégico e implantação da Gestão de Riscos no STM.

No que tange ao programa de valorização da 1ª instância, foram executadas ações de capacitação e iniciado o projeto de clima organizacional de encontros temáticos o qual propõe a discussão de temas relevantes, visando estreitar e melhorar a comunicação entre a 1ª Instância e o STM.

Outra diretriz importante na área de gestão de pessoas, está relacionada à cultura da educação à distância, a qual tem sido fomentada por meio de avanços tecnológicos na plataforma EAD e do aumento da disponibilização das ações de capacitação, utilizando-se, inclusive meios que geram interação, como o canal no youtube.

No que tange à folha de pagamento, em 2019, o STM liquidou diversos passivos que já haviam sido reconhecidos judicialmente, o que corrobora o comprometimento da atual gestão com a eficiência e racionalização dos procedimentos administrativos.

Gestão de Serviços de Saúde

A gestão de serviços de saúde, de responsabilidade da DISAU, tem por finalidade a prestação direta de assistência médica, odontológica, de enfermagem e psicossocial aos magistrados, servidores, dependentes, pensionistas e beneficiários especiais, bem como a administração do Plano de Saúde da Justiça Militar da União (PLAS/JMU), sob a supervisão do Conselho Deliberativo do Plano de Saúde da

Justiça Militar da União (CDPLAS/JMU).

No que tange à administração do Plano de Saúde, uma importante conquista está relacionada à criação da Declaração de Serviços Médicos (DMED), de forma a racionalizar a demonstração dos gastos do plano de saúde e evitar que as declarações de imposto de renda fiquem retidas em "malha fina" na Receita Federal. Importante destacar que o PLAS/JMU foi o primeiro plano de saúde de autogestão em um órgão público a criar a referida declaração.

A gestão de serviços de saúde é uma área de grande relevância para o STM e se tem buscado desenvolver programas e projetos voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental de magistrados, servidores e dependentes.

Entre as diversas ações, em 2019 foi realizada uma campanha de vacinação onde foram disponibilizadas 1.500 doses de vacina tetravalente contra a gripe, permitindo a imunização de todos os interessados, lotados no Edifício Sede do STM e nas auditorias sediadas em Brasília.

A DISAU, em conjunto com outras áreas do Tribunal, tem atuado em ações que impactam diretamente no clima organizacional e em atividades correlatas demandadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No planejamento dos programas que impactam na melhoria da qualidade de vida, é levado em consideração os projetos afins desenvolvidos por outras unidades do STM, sempre com foco

nas necessidades dos servidores.

Documentação e Gestão do Conhecimento

A Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento – DIDOC, é a responsável por difundir e preservar a documentação e pela gestão do conhecimento na JMU. Em 2019, deu-se continuidade a dois dos mais importantes projetos estratégicos da JMU, a digitalização e a descrição documental (inclusão de metadados) de milhões de documentos processuais históricos, relevantes para se conhecer a história jurídica e política da sociedade brasileira. Para tal fim, buscando a inclusão social, o STM contratou a Associação Centro de Treinamento de Educação Física – CETEFE, para desenvolver o projeto.

Outra ação da DIDOC, que busca preservar e difundir a memória institucional da JMU, foi o início da 1ª fase do Projeto de Transcrição de Publicações Históricas Manuscritas, que consiste na digitalização e atualização da língua portuguesa de vários livros manuscritos entre os anos de 1843 e 1900. Dessa forma leigos e especialistas podem ler os conteúdos dos documentos produzidos no século XIX.

Além disso, como forma de dar melhor tratamento documental ao acervo disperso nas diversas auditorias, a DIDOC executou a transferência do acervo histórico de todas elas para a Seção de Arquivo, o que possibilita que todo o acervo fique reunido, facilitando o trabalho de pesquisadores e público em geral.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

DECLARAÇÃO DO DIRETOR GERAL

Destaca-se também que, com o propósito de fomentar as inovações tecnológicas na gestão documental da JMU, foi implantado o SEI-Julgar, macrofuncionalidade do SEI responsável pelo gerenciamento do julgamento de processos administrativos pelo Plenário do STM. Esse módulo proporcionou a aceleração das sessões de julgamento, a criação da sessão virtual administrativa, transparência e facilidade à consulta aos votos.

Órgãos de Controle

No que tange ao atendimento aos órgãos de controle interno e externo, convém esclarecer que o STM cumpre todas as recomendações expedidas, seja no intuito do fortalecimento e aprimoramento de rotinas administrativas sugeridas pelos relatórios de Auditoria, ações de fiscalização e assessoramento da Secretaria de Controle Interno - SECIN, seja pelo atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU, a exemplo da utilização dos indicativos de governança constantes dos Acórdãos nº 588/2018 e nº 2.699/2018 - Plenário.

Verifica-se, portanto, que no ano de 2019, toda a programação foi executada dentro das limitações financeiras impostas pela EC 95/2016, o que ratifica que a busca por maior produtividade foi alcançada.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

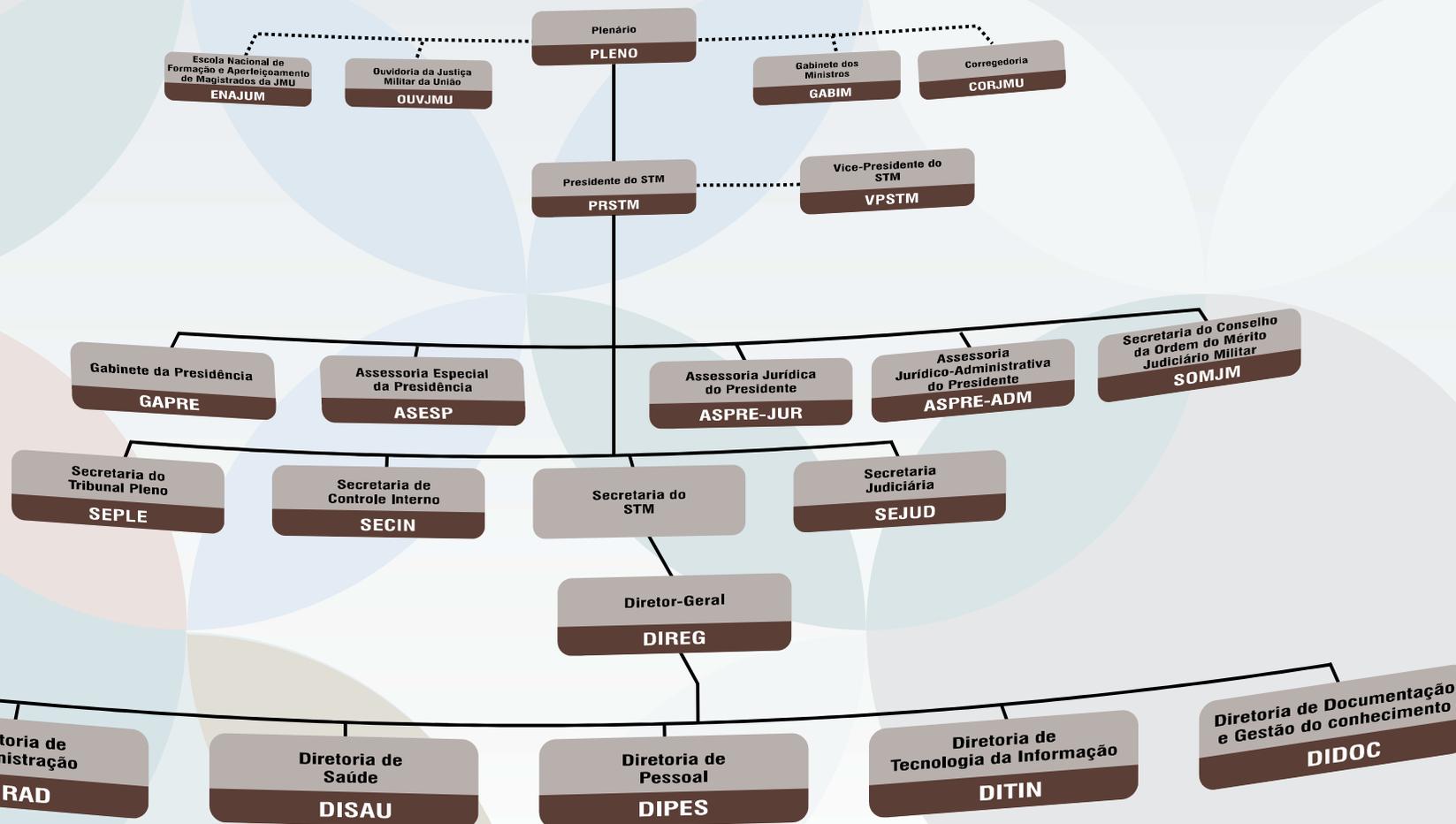
ESTRUTURA DO STM

A Resolução nº 241, de 9 de maio de 2017, aprova o Organograma do STM, o qual estabelece um conjunto de funções, responsabilidades, autoridades e comunicações das unidades organizacionais da instituição.

Destaca-se que o desdobramento das unidades administrativas ao lado, em suas respectivas assessorias, núcleos de apoio, seções e coordenadorias, pode ser encontrado no link a seguir:
<http://bit.ly/2WacYjn>

ATUALIZAÇÃO DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

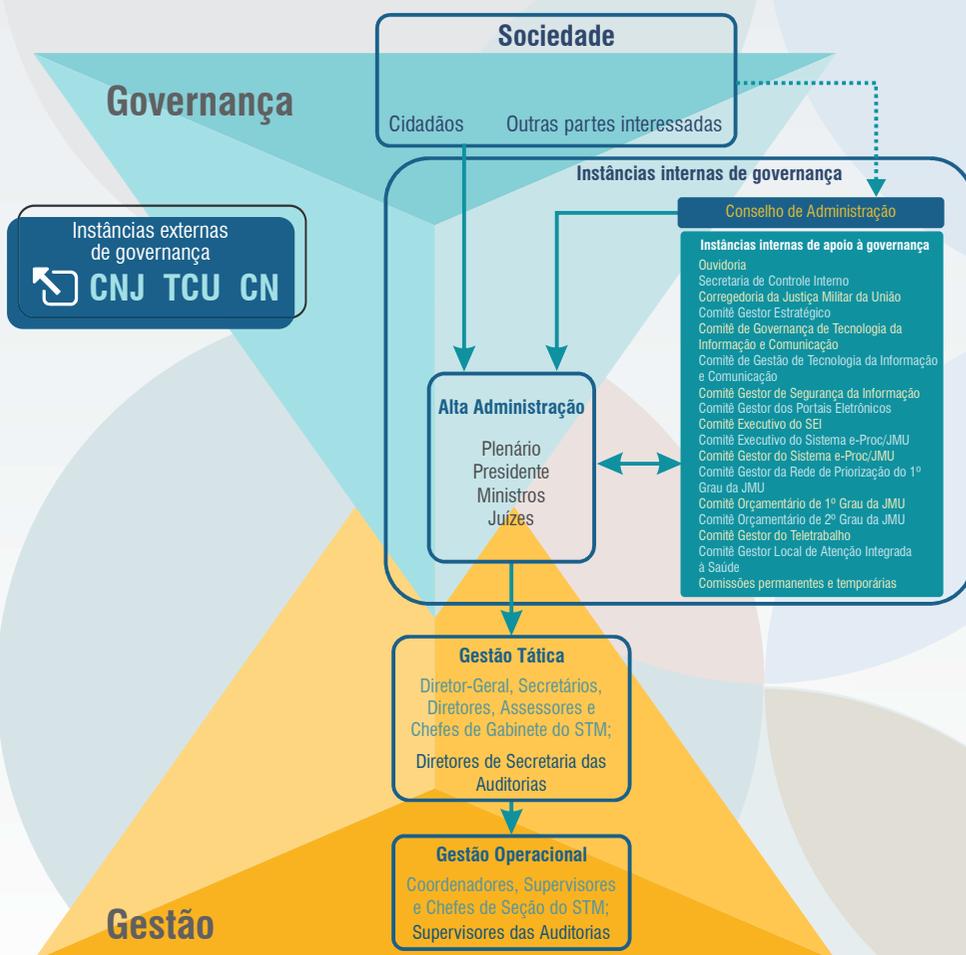
Atualmente, encontra-se em andamento o projeto de redesenho do Gabinete da Presidência, cujo escopo consiste em avaliar e atualizar a estrutura administrativa dessa unidade.



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

SISTEMA DE GOVERNANÇA

A figura abaixo apresenta de forma simplificada o modelo de governança da JMU, com representação das principais instâncias internas e externas de governança:



1 PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

Alta Administração
Compõe-se de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três Oficiais-Generais da Marinha, quatro Oficiais-Generais do Exército, três Oficiais-Generais da Aeronáutica e cinco civis. Os Ministros civis são escolhidos pelo Presidente da República.

Conselho de Administração
O Conselho de Administração é presidido pelo Presidente do Tribunal e integrado pelo Vice-Presidente e por mais três Ministros, escolhidos preferencialmente entre os mais antigos, observada, sempre que possível, a relação de um Ministro civil e dois Ministros militares. Ao Conselho de Administração incumbe decidir sobre matéria administrativa da Justiça Militar.

2 PRINCIPAIS INSTÂNCIAS DE APOIO À GOVERNANÇA

Ouvidoria
A Ouvidoria da JMU é uma unidade vinculada ao Plenário do Superior Tribunal Militar. Regulamentada pela Resolução nº 225, de 24 de agosto de 2016, com a finalidade de servir de canal de comunicação entre o cidadão e a JMU.

Secretaria de Controle Interno
Unidade de Auditoria Interna da JMU, cujas atribuições estão fixadas no Ato Normativo nº 12, de 15 de março de 2011.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

SISTEMA DE GOVERNANÇA

Corregedoria da Justiça Militar da União

Órgão de fiscalização e orientação jurídico-administrativa, criado pela Lei nº 13.774, de 19 de dezembro de 2018.

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Criado pela Resolução nº 243, de 24 de maio de 2017 em atendimento à Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, com o objetivo de aplicar os princípios e boas práticas de governança de TIC na JMU.

Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Criado pela Resolução nº 243, de 24 de maio de 2017, em atendimento à Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, cuja principal atribuição consiste em elaborar planos táticos e operacionais de TIC.

Comitê Gestor dos Portais Eletrônicos

Instituído pelo Ato Normativo nº 128, de 10 de março de 2015, responsável pelo monitoramento dos portais eletrônicos da JMU.

Comitê Executivo do Sistema e-Proc/JMU e Comitê Gestor do Sistema e-Proc/JMU

Criados pelo Ato Normativo nº 369, de 16 de setembro de 2019, visando à permanente avaliação e atualização do processo judicial por meio eletrônico na JMU.

Comitê Gestor Estratégico

Criado com a função de acompanhar e apreciar a execução do Plano Estratégico da JMU, pela Resolução nº 186, de 24 de outubro de 2012.

Comitê Gestor de Segurança da Informação

Criado pela Resolução nº 194, de 28 de agosto de 2013, cuja principal função constitui promover a segurança da informação.

Comitê Executivo do SEI

Instituído pelo Ato Normativo nº 142, de 1º de junho de 2015, responsável pelo funcionamento do Processo Administrativo Eletrônico e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Comitê Gestor da Rede de Priorização do 1º Grau da JMU

Criado pelo Ato Normativo nº 178, de 6 de abril de 2016, com o objetivo de aprimorar os serviços judiciais do 1º grau e aumentar a celeridade nessa instância da JMU.

Comitê Gestor do Teletrabalho

Criado pelo Ato nº 2.535, de 30 de novembro de 2018, observadas as disposições da Resolução nº 227, de 15 de junho de 2016, do CNJ, com a principal função de acompanhar e avaliar os resultados do teletrabalho na JMU.

Comitê Gestor Local de Atenção Integrada à Saúde

Instituído pelo Ato Normativo nº 305, de 6 de abril de 2016, cuja principal atribuição consiste em acompanhar a execução da Política de Assistência Integral à Saúde de Magistrados e Servidores da JMU.

Comitê Orçamentário de 1º Grau da JMU e Comitê Orçamentário de 2º Grau da JMU

Criados pelo Ato Normativo nº 172, de 11 de fevereiro de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar a distribuição do orçamento nas instâncias da JMU.

3 INSTÂNCIAS DE APOIO EXTERNO

CN (Congresso Nacional)

<https://bit.ly/2lxnQgV>

CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

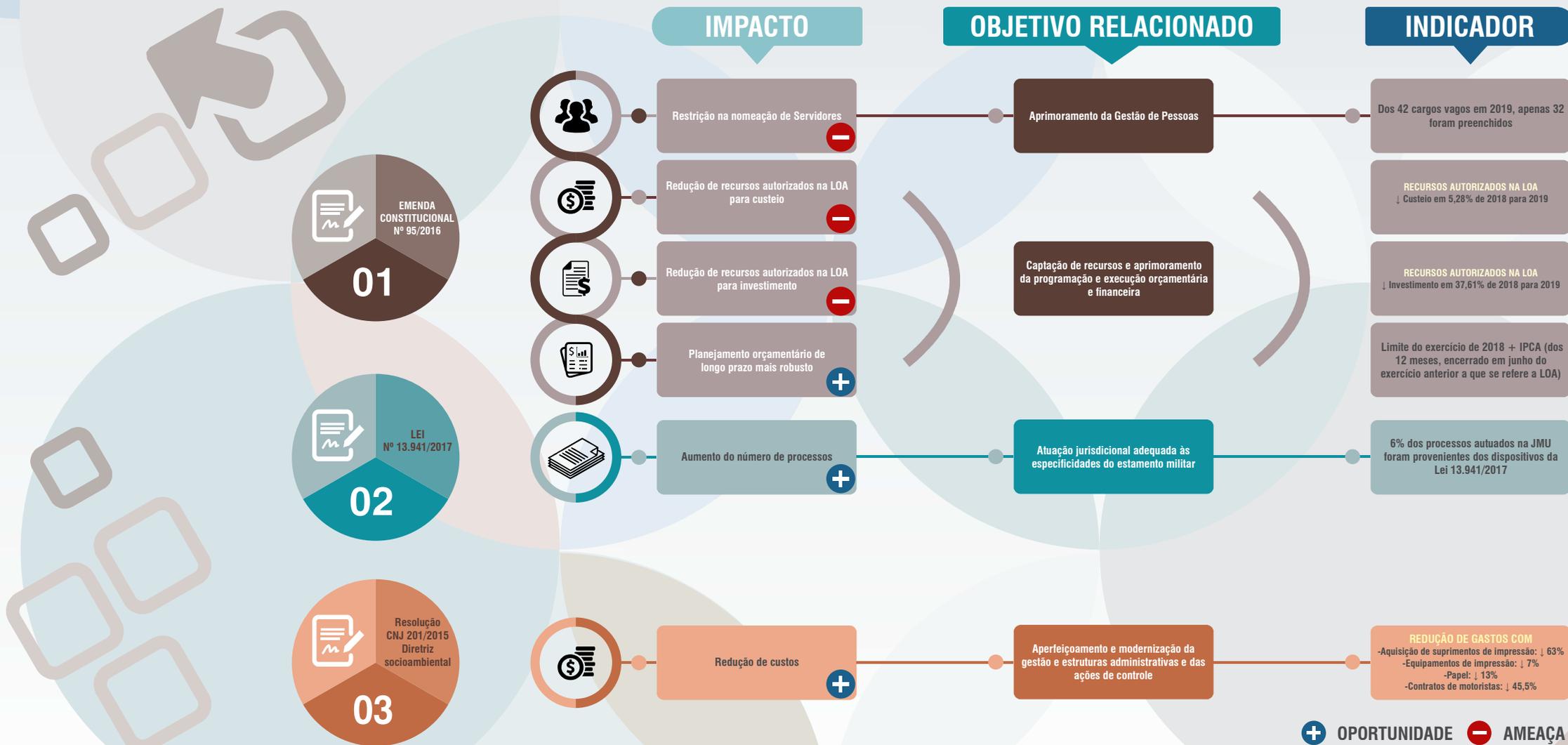
<https://bit.ly/2KLHKt6>

TCU (Tribunal de Contas da União)

<https://bit.ly/2Nid4hN>

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

AMBIENTE EXTERNO



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

MODELO DE NEGÓCIO

O negócio da JMU consiste em processar e julgar os crimes de sua competência definidos em lei. Para isso, os processos judiciais constituem a principal entrada para o processo de julgamento. Em 2019, foram distribuídos 6.565 processos (1.463 no STM e 5.102 na 1ª Instância) e 4.744 processos estão pendentes (437 no STM e 4.307 na 1ª Instância). Insumos acessórios – pessoal, orçamento e tecnologia da informação – são essenciais no cumprimento da missão institucional e nas atividades de apoio para o adequado desempenho do processo finalístico de julgamento de processos.

Em relação à força de trabalho, a JMU conta com 54 magistrados (15 Ministros, 1 Juiz-Corregedor Auxiliar e 38 Juizes), 1.125 servidores e 463 terceirizados. A fim de manter essa mão de obra qualificada e atualizada, foram executados programas de capacitação com um investimento total de R\$ 2.101.546,38, sendo R\$ 1.172.922,83 para servidores e R\$ 928.623,55 para magistrados.

Quanto à Gestão de Tecnologia da Informação, foi investido no total R\$ 6.120.498,34, valor superior ao despendido em 2018. Isso revela o compromisso da JMU com a modernização tecnológica e gestão da informação, além da continuidade no desenvolvimento e implantação do Sistema Judiciário Eletrônico na JMU. Os processos de negócio estão representados em primeiro nível neste modelo e em segundo nível na cadeia de valor do STM

(<https://bit.ly/2we9lsv>).

PROCESSOS EM 1º NÍVEL	DESCRIÇÃO
Julgamento de Processos Judiciais	É o processo finalístico da JMU. Os processamentos pré e pós-julgamento são processos auxiliares que incluem, entre outras atividades, a distribuição dos feitos, o controle, a movimentação e a execução dos feitos e diligências processuais.
Suporte Jurisdicional	Envolve a prestação de informações processuais às partes e demais interessados, bem como o suporte ao sistema judicial eletrônico (e-Proc).
Gestão e Desenvolvimento Organizacional	Compreende a gestão da estratégia, de dados estatísticos, de processos de trabalho e de projetos estratégicos no âmbito da JMU.
Gestão Administrativa	Abrange os processos relacionados à gestão de aquisições de bens e serviços, gestão de projetos de engenharia e arquitetura, gestão patrimonial, além de manutenção predial e segurança institucional.
Gestão de Pessoas	Desdobra-se nos processos de provimento, seleção, movimentação, vacância, desempenho, capacitação e desenvolvimento de pessoal, bem como a gestão de direitos, benefícios e obrigações.
Comunicação Organizacional	Engloba a gestão da comunicação interna e externa, bem como a gestão de eventos internos e externos da JMU.
Gestão do Conhecimento	Contempla a gestão documental, a memória institucional, os conteúdos informacionais e a informação legislativa da JMU.
Gestão de Tecnologia da Informação	Envolve os processos de gestão estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), gestão de soluções tecnológicas, segurança da informação, suporte técnico e infraestrutura de TIC.
Gestão Orçamentária e Financeira	Compreende os processos de planejamento, programação, execução e controle orçamentário e financeiro da JMU.
Gestão da Saúde	Abrange a assistência direta e indireta à saúde.
Controle Institucional	Os processos de controle institucional permeiam outros processos organizacionais por consistirem em auditorias e inspeções, análises contábeis e de conformidade, assim como a fiscalização e orientação da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da JMU.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

MODELO DE NEGÓCIO

A prestação jurisdicional constitui o principal produto gerado pela JMU que se materializou em 5.405 processos julgados (1.438 no STM e 3.967 na 1ª Instância) e 986 acórdãos publicados pelo STM (445 no 1º semestre e 541 no 2º semestre). Consequentemente, promove-se a proteção dos bens jurídicos tutelados pelo Código Penal Militar, a preservação dos princípios constitucionais e a manutenção da ordem social. Como resultado, esses elementos geram segurança jurídica, que está entre os principais valores gerados à sociedade, além de celeridade processual, inovação, transparência e sustentabilidade.

As principais partes interessadas, que integram diretamente o contexto organizacional apresentado neste modelo de negócio, são representadas por: Sociedade, Forças Armadas, Ministério Público Militar (MPM), Defensoria Pública da União (DPU), Advocacia, Supremo Tribunal Federal (STF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Congresso Nacional (CN) e Tribunal de Contas da União (TCU).

De forma complementar, o STF atua como última instância processual, quando couber. O CN e o CNJ atuam como órgãos direcionadores. Ao primeiro compete fornecer o arcabouço legal que fundamenta a atuação da JMU e ao segundo, estabelecer metas e diretrizes por meio de resoluções e normativos próprios. Por fim, o TCU exerce a fiscalização contábil, financeira e orçamentária.



GOVERNANÇA

ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A governança no setor público consiste no conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à prestação de serviços de interesse da sociedade.

O Planejamento Estratégico é o principal instrumento de gestão, responsável por definir os resultados que a organização pretende atingir e os meios necessários para alcançá-los. O Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União (PE-JMU) foi elaborado tendo como enfoque a missão da Instituição, a qual consiste em processar e julgar os crimes militares definidos em lei, a fim de contribuir com a promoção da Justiça (Art. 124, da CF/88). Aprovado pela Resolução STM nº 186/2012, estabeleceu-se, inicialmente, o horizonte temporal de 2012 a 2018 para sua implementação. Contudo, a fim de estabelecer o alinhamento do seu Planejamento Estratégico ao do Poder Judiciário, a JMU editou a Resolução STM nº 249/2018, prorrogando a vigência do seu Plano até 31 de dezembro de 2020.

Nesse contexto, o atual PE-JMU visa orientar as ações gerenciais em todos os níveis de governança do STM e das Auditorias da JMU. Além disso, o referido documento estabelece os objetivos a serem alcançados, as estratégias empreendidas e um rol de programas, projetos e ações alinhados ao Plano proposto, diminuindo os riscos na tomada de decisões e o desperdício de recursos públicos. O

Nesse sentido, o PE-JMU vigente é ancorado e desdobrado nos seguintes produtos:

Atributos de Valor;
Mapa Estratégico;
Portfólio de Projetos Estratégicos Priorizados (PPEP).

Destaca-se que os atributos de valor são princípios e crenças que servem de guia para os comportamentos, atitudes e decisões de quaisquer pessoas que compõem a organização. Os valores da JMU são os mesmos propostos ao Poder Judiciário em seu Planejamento Estratégico.

REPRESENTAÇÃO DO FLUXO LÓGICO DO PE-JMU



É válido notar, também, que o PE-JMU é construído com base no Método Grumbach – metodologia de planejamento que emprega cenários prospectivos-, bem como no *Balanced Scorecard* (BSC) – ferramenta que propõe perspectivas e indicadores para a gestão do desempenho organizacional.



ATRIBUTOS DE VALOR DA JMU



GOVERNANÇA

ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Já o MAPA ESTRATÉGICO busca traduzir a estratégia em guias operacionais, ou seja, define o conjunto de objetivos, metas e indicadores para a correta implantação do planejamento apresentado. O Mapa Estratégico da JMU, especificamente, considera as perspectivas do BSC - Aprendizado e Crescimento, Orçamento e Finanças, Processos Internos e Sociedade –, assim como apresenta a missão e a visão propostas para a JMU.

Além disso, são estabelecidos 14 objetivos estratégicos, que representam patamares a serem alcançados por meio de linhas de ação que são empreendidas, ao longo do horizonte temporal, para assegurar o alcance dos resultados planejados.

No caso do PE-JMU, são propostas, ainda, 62 iniciativas estratégicas: programas, projetos e ações, que, uma vez executadas, resultam ou contribuem na consecução dos objetivos estratégicos. Desde 2014, as unidades administrativas da JMU vêm desenvolvendo os projetos definidos no chamado Portfólio de Projetos Estratégicos Priorizados (PPEP). Portanto, os Projetos Priorizados materializam as iniciativas estratégicas propostas pelo PE-JMU.

É válido ressaltar que, em 2019, a fim de promover um maior nível de execução do Portfólio, buscou-se a implantação de 13 Projetos Estratégicos Priorizados consubstanciados em 5 Objetivos Estratégicos. O material completo do referido Portfólio, que contém ainda o cronograma de atividades e o orçamento de execução dos projetos, pode ser acessado a partir do link a seguir: <https://bit.ly/2vn9uPt>

MAPA ESTRATÉGICO DA JMU

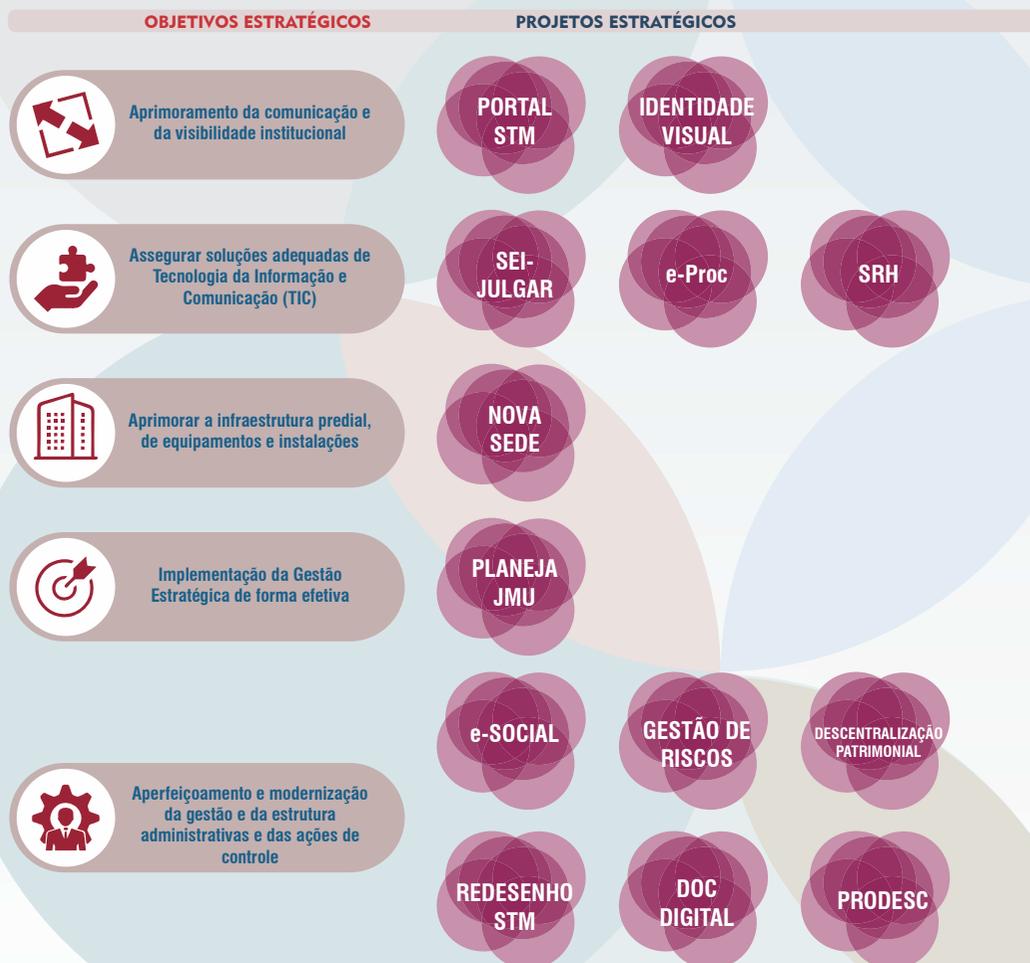


GOVERNANÇA

ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS



PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS EM 2019



Ressalta-se que o Escritório Corporativo de Projetos (ECP), instituído pelo Ato Normativo nº 06/2013, é a unidade central do gerenciamento de projetos na JMU e exerce a efetiva orientação técnica, a coordenação, o monitoramento e o gerenciamento do PPEP-JMU. O ECP é um elemento importante da estrutura de governança que apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos por meio do acompanhamento dos projetos prioritizados de forma a contribuir decisivamente para o alcance dos resultados pretendidos pela JMU e, conseqüentemente, para o alcance de sua visão. Acrescenta-se, ainda, que o ECP busca garantir a qualidade das entregas dos projetos com foco em resultados, aumentando, assim, as chances de sucesso na implementação da estratégia. Dessa forma, o ECP atua continuamente para garantir o alinhamento e o desempenho dos projetos à estratégia da organização. Quanto aos recursos orçamentários alocados aos principais projetos prioritizados no ano de 2019, destacam-se: Projeto DOC Digital (Orçamento Projetado de R\$ 1.125.655 e Executado de R\$ 1.380.735), PRODESC (Orçamento Projetado de R\$ 279.880 e Executado de R\$ 251.848), e-Social STM (Orçamento Projetado de R\$ 60.000 e Executado

de R\$ 31.266) e Gestão de Riscos da JMU (Orçamento Projetado de R\$ 200.000 e Executado de R\$ 172.500). É válido notar também que, devido à proximidade de um novo ciclo de revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021 a 2026, foi dado início, em maio de 2019, aos trabalhos de revisão do PE-JMU, a fim de que sejam redefinidos os objetivos, os indicadores e os projetos estratégicos de acordo com os cenários internos e externos projetados para a Instituição. Por fim, frisa-se que a construção de um novo Plano permitirá à JMU fortalecer a sua governança estratégica, promover maior transparência, aprimorar a gestão dos recursos públicos e auxiliar na tomada de decisão. Ademais, espera-se que o próximo Planejamento Estratégico seja o principal instrumento direcionador da gestão institucional, visando à prestação jurisdicional de excelência para a sociedade brasileira.

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Implementação da Gestão Estratégica de Forma Efetiva

-  Simplificar, racionalizar e otimizar os processos de trabalho
-  Assegurar a execução do Planejamento Estratégico
-  Aperfeiçoar as atividades de análise de dados estratégicos



Planejamento Estratégico JMU: revisar o Plano Estratégico da Justiça Militar para o sexênio de 2021 a 2026, a fim de propor objetivos estratégicos mensuráveis e projetos estratégicos efetivos



Gestão de processos: desenvolver ações de transformação da gestão com uma visão fundamentada na revisão e no aprimoramento dos processos organizacionais

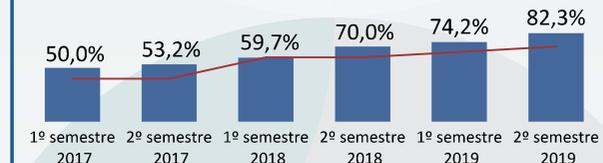


Boletim Estatístico: divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante da JMU

DADOS ESTATÍSTICOS EXTRAÍDOS DE FORMA AUTOMATIZADA



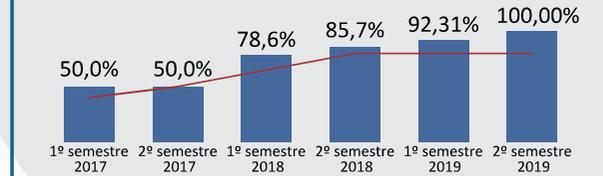
EXECUÇÃO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



MATURIDADE EM GESTÃO DE PROCESSOS



ADERÊNCIA À METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS



■ Resultado — Meta

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO ESTRATÉGICA

A estratégia constitui o principal elemento norteador da gestão organizacional de uma instituição. O desenvolvimento de uma estratégia institui uma fórmula de direção que funciona como ponto de partida para o planejamento organizacional.

Assim, a gestão estratégica representa de forma ampla o processo de planejamento, execução e controle dos objetivos organizacionais de longo prazo, os quais definem um propósito em um contexto que avalia os ambientes interno e externo em que a organização se insere.

A estratégia define “o que” será realizado e a gestão estratégica estabelece “como” serão executadas as ações para o alcance dos objetivos.

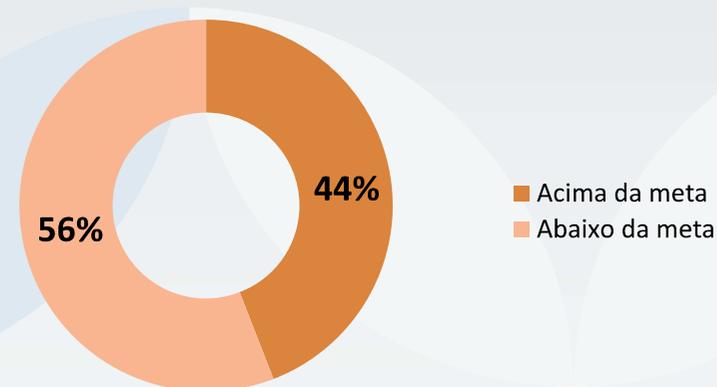
No planejamento estratégico da JMU, foi criado um objetivo direcionado exclusivamente à implementação efetiva da gestão estratégica a fim de criar uma cultura que transcende as barreiras funcionais numa visão holística em busca de melhores resultados.



PLANO DE INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS (PIME)

Com vistas à obtenção de melhores resultados no alcance dos seus objetivos, a JMU buscou monitorar os 34 indicadores estratégicos estabelecidos pelo PIME. As dificuldades enfrentadas e as razões para a obtenção de bons resultados são evidenciadas no relatório anual do Planejamento Estratégico, que pode ser acessado no endereço <https://bit.ly/32XyN79>, na aba “PIME”.

No ano de 2019, 15 dos 34 indicadores ficaram acima da meta estabelecida, o que representou um aumento de 2 indicadores em relação ao ano de 2018.



PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS (PPEP)

O PPEP busca auxiliar a execução do Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União (JMU). Assim sendo, os projetos constantes no Portfólio da JMU devem ter os seus resultados alinhados aos objetivos, estratégias e prioridades da organização.

Em 2019, o Portfólio de Projetos Estratégicos Priorizados da JMU previa a entrega de 36 (trinta e seis) produtos, dentre os quais 32 (trinta e dois) foram entregues, mantendo-se relativamente constante o índice de execução do portfólio em relação ao ano anterior. Dos 10 (dez) projetos com marcos de entrega previstos para 2019, 7 (sete) foram entregues em sua totalidade.



RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO ESTRATÉGICA



PROJETO

GESTÃO POR PROCESSOS

A Gestão de Processos na JMU foi implantada com o projeto, assim denominado, Gestão por Processos, iniciado em agosto de 2017 e concluído em abril de 2019. O escopo e os resultados obtidos em 2018 foram apresentados no Relatório de Gestão 2018, quando ainda não havia sido analisada parte das propostas.

Portanto, no exercício de 2019, foram avaliadas pela administração do Tribunal e implantadas as seguintes iniciativas:

- Reestruturação organizacional da **Secretaria Judiciária (SEJUD)**, pela qual foram extintas uma coordenadoria, um núcleo e duas seções. A proposta teve como fundamento a automatização dos processos judiciais por meio da implantação do sistema e-Proc/JMU, que transformou os processos operacionais da unidade; e
- Transformação do **Núcleo de Fiscalização de Contratos de Terceirização (NUFIT)**, subordinado à Diretoria de Administração (DIRAD), em **Seção de Gestão de Terceirização (SETER)**. A alteração teve por objetivo centralizar a fiscalização administrativa de todos os contratos de terceirização do STM, os quais se encontravam pulverizados nas áreas demandantes. Essa centralização de atividades relacionadas à fiscalização resultou na extinção do **Núcleo de Análise e Acompanhamento de Conta Vinculada (NCVIN)**, subordinado à Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI).

Ressalta-se que outras iniciativas de melhoria da eficiência de processos de trabalho com maior grau de complexidade ainda se encontram sob avaliação da alta administração.

RESULTADOS DA GESTÃO

ÁREA FINALÍSTICA

A JMU tem como missão constitucional processar e julgar crimes militares definidos em lei, visando contribuir, sobretudo, com a promoção da justiça e proteção dos bens jurídicos primordiais indicados pelo legislador. Nessa esteira, as áreas finalísticas da JMU desenvolvem processos associados a essa atividade. Portanto, cabe a elas, em última análise, o atendimento às necessidades diretas dos cidadãos – verdadeiros destinatários da prestação de serviços públicos de qualidade.

É importante destacar uma inovação que permitiu melhorias na prestação jurisdicional e, conseqüentemente, nos resultados finalísticos do STM e das Auditorias da JMU: a implantação do sistema e-Proc/JMU. O sistema foi implantado no STM no final de 2017 e, na 1ª instância da JMU, desde o final de 2017 até meados de 2018, trazendo recursos que facilitam e conferem mais celeridade à tramitação dos processos judiciais. Desde junho de 2018, todos os processos judiciais da JMU tramitam em meio eletrônico.

Além de iniciar um ciclo de avanços na tramitação dos processos, aprimorando a prestação jurisdicional, a utilização do sistema e-Proc/JMU vem permitindo a coleta e a apuração tempestiva de informações, melhorando a transparência demandada por órgãos de controle e pela sociedade. Ademais, também como consequência da tramitação dos processos judiciais em meio eletrônico, tornou-se possível acompanhar e medir o desempenho da prestação jurisdicional da JMU de forma mais eficiente. Esse acompanhamento é feito, sobretudo, pelo resultado das Metas Nacionais do CNJ e Específicas da Justiça Militar, dos indicadores do Objetivo Estratégico de “Modernização e aprimoramento da atividade judicante” e, ainda, por meio de relatórios internos e boletins estatísticos mensais que divulgam números relativos à distribuição e julgamento dos processos judiciais de competência da JMU.

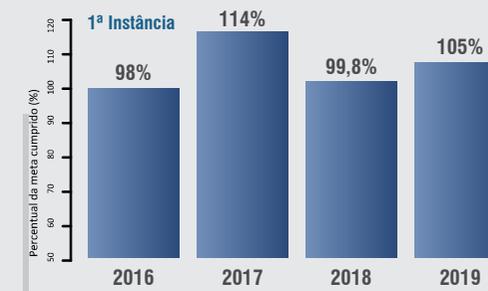
Cabe ressaltar ainda o impacto que a Lei nº 13.491/2017 trouxe à quantidade de feitos que ingressam na JMU. A Lei promoveu mudanças na redação do art. 9º do Código Penal Militar, estabelecendo um alargamento da matéria de competência da JMU, que, agora, abarca o processo e julgamento de quaisquer crimes previstos na legislação penal comum, desde que cometidos nas hipóteses do inciso II do referido artigo. Em 2019, por exemplo, 6% dos feitos autuados foram em decorrência da nova Lei.

METAS NACIONAIS E METAS ESPECÍFICAS

As Metas Nacionais e as Metas Específicas são elaboradas de forma participativa entre os tribunais e o Conselho Nacional de Justiça, e representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade um serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade. A Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, instuída pela Portaria CNJ nº 138/2013, tornou, por meio de seus Comitês Gestores, o processo de elaboração dessas metas ainda mais participativo, assim como promoveu o alinhamento estratégico entre a JMU e os demais órgãos do Poder Judiciário. As metas atuais e as sugestões para o ano de 2020 foram apresentadas em palestras direcionadas à área finalística, no intuito de esclarecer dúvidas e coletar sugestões de melhorias.

RESULTADOS DAS METAS

Destaca-se que a Meta Nacional 1 busca dar vazão ao estoque processual. Ela estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até o final do ano e, no mínimo, mais um. Tanto o STM quanto a 1ª instância cumpriram a Meta Nacional 1.

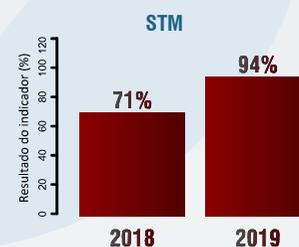
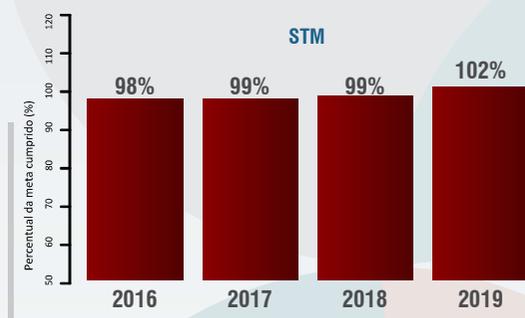


RESULTADOS DA GESTÃO

ÁREA FINALÍSTICA

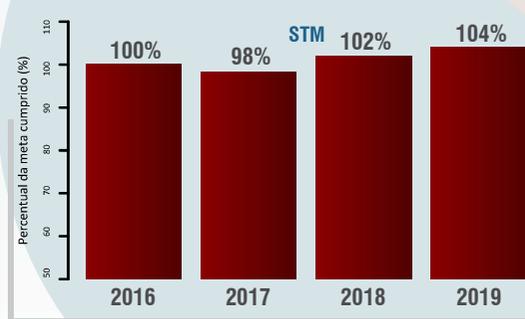
Já a Meta Nacional 2 busca julgar os processos mais antigos para garantir a razoável duração dos processos. O STM cumpriu a Meta Nacional 2. Para que a 1ª instância cumprisse a meta, seria necessário o julgamento de mais 14 processos.

A Meta Específica 1 busca garantir a celeridade dos processos. Nos últimos anos, o percentual de cumprimento da meta aumentou no STM e na 1ª instância.



A Meta Nacional 4 incentiva a priorização do julgamento de processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa. O STM cumpriu a meta, ao passo que, na 1ª instância, seria necessário o julgamento de mais 13 processos para o cumprimento da meta. Cabe ressaltar a evolução do desempenho ao longo dos anos.

A Meta Específica 2 busca realizar ações que divulguem a JMU para a sociedade. Em 2019, essa meta foi cumprida no STM bem como em 10 das 12 Circunscrições Judiciárias Militares.



RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Modernização e Aprimoramento da Atividade Judicante



Assegurar a celeridade e a transparência na tramitação das ações penais militares

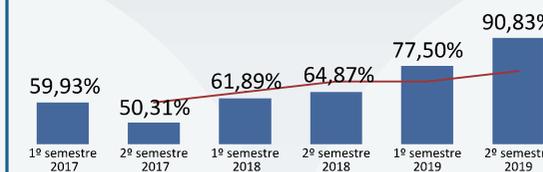


e-Proc/JMU: Aprimoramento do Sistema Judicial por meio eletrônico na JMU



Boletim Estatístico: Divulga os dados quantitativos sobre o trâmite processual e a atividade judicante da JMU

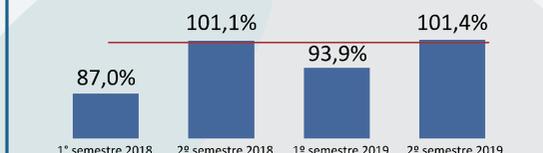
TEMPO DE DECISÃO TERMINATIVA DE PROCESSO NO STM



TEMPO DO PROCESSO NA FASE DE CONHECIMENTO DE 1º GRAU



ATENDIMENTO À DEMANDA NO STM



ATENDIMENTO À DEMANDA NA 1ª INSTÂNCIA



ACÓRDÃOS PUBLICADOS EM ATÉ 15 DIAS



■ Resultado — Meta

RESULTADOS DA GESTÃO

ESTRUTURA E PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DA JMU

1ª INSTÂNCIA



1 TRIBUNAL



15 MINISTROS



12 CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS MILITARES



19 AUDITORIAS



38 JUÍZES FEDERAIS



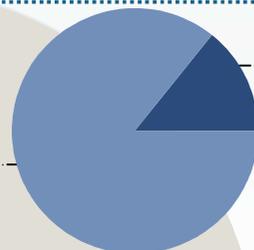
1 CORREGEDORIA

STM

1ª INSTÂNCIA

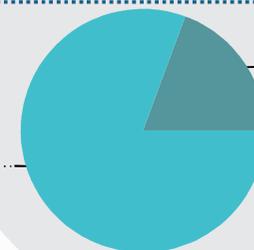
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Casos Recursais
1.233



Casos Originários
205

Demais Classes
4.455



Ações Penais
1.071

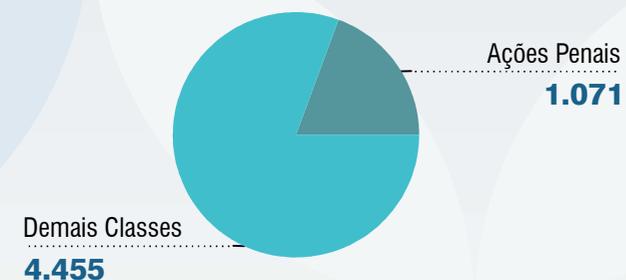
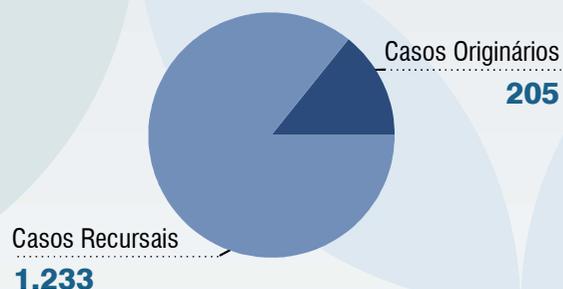
RESULTADOS DA GESTÃO

ESTRUTURA E PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL DA JMU

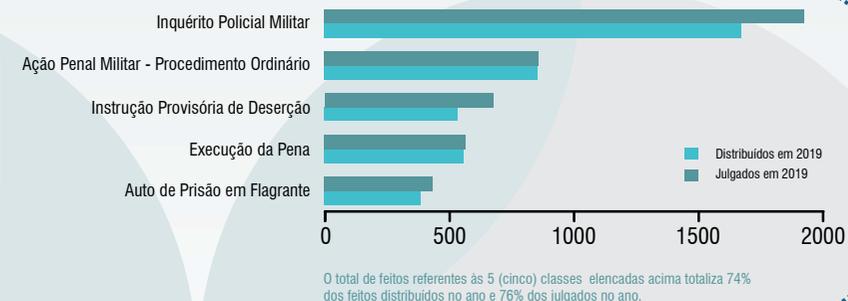
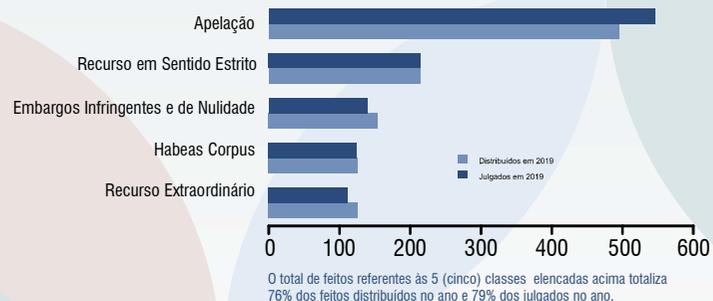
STM

1ª INSTÂNCIA

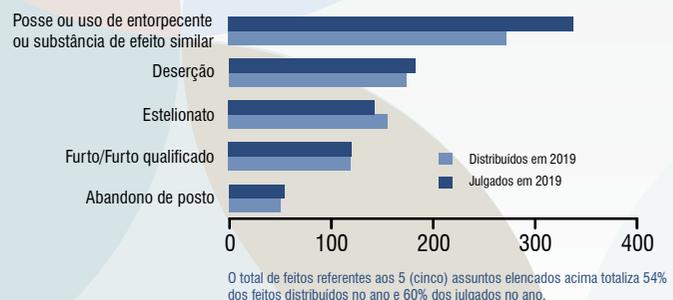
PROCESSOS JULGADOS



CLASSES PROCESSUAIS DE MAIOR INCIDÊNCIA



ASSUNTOS DE MAIOR INCIDÊNCIA



RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

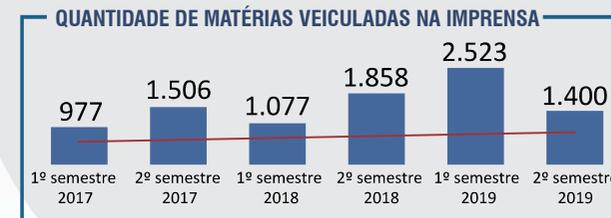
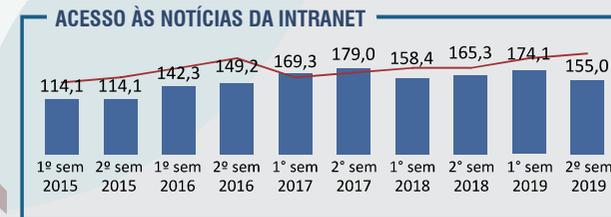
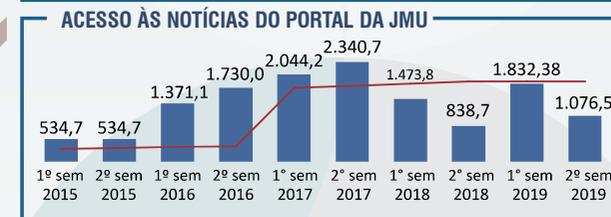
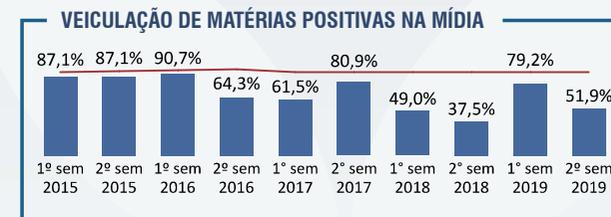
PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Aprimoramento da Comunicação e da Visibilidade Institucional

- Ampliar a atuação da comunicação direcionada aos públicos interno e externo da Justiça Militar da União
- Aprimorar o emprego de mídias eletrônicas
- Promover a transparência e o acesso à informação

- Identidade Visual: Padronizar e formalizar a identidade corporativa do STM**
- Utilização do *software* Rybená: Tradução dos textos do Portal do STM do português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou convertidos da**
- Transmissão “ao vivo” das sessões de julgamento do STM pelo *Youtube***
- Disponibilização do aplicativo *mobile* da Ouvidoria JMU: Aprimoramento dos mecanismos de transparência pública**
- Portal STM: Visa reformular o Portal do STM na internet**



■ Resultado — Meta

RESULTADOS DA GESTÃO

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE



CONFORMIDADE LEGAL

A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) fundamenta suas atividades nos seguintes normativos:

- Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI)
- Resolução CNJ nº 85/2009 - Dispõe sobre a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário
- Resolução STM nº 240/2017 – Dispõe sobre o cumprimento da LAI na JMU
- Resolução STM nº 225/2016 – Dispõe sobre o Regulamento da Ouvidoria da JMU



PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A JMU possui diversos canais de comunicação pelos quais o STM e as Auditorias Militares fornecem informações de forma rápida e clara para qualquer cidadão. Por meio dos canais existentes, a JMU dá publicidade às informações institucionais, dados oficiais, políticas e projetos. O principal canal de comunicação da JMU é o site eletrônico do STM (www.stm.jus.br), o qual reúne notícias relacionadas à JMU, serviços que devem ser prestados aos interessados, solicitação de atendimento às demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI), além de permitir o acompanhamento de processos judiciais. Destaca-se que foram produzidas 247 notícias para o público externo por meio do Portal do STM, sendo obtidos 301.891 mil acessos ao longo do ano.

Em 2019, a área de Comunicação do STM prestou assessoria de imprensa durante audiências, resultando em 57 atendimentos à imprensa ao longo do ano. Iniciativas como essa geraram uma maior aproximação entre a sociedade e a Justiça Militar, além de conferir transparência ao processo judicial, uma vez que a Instituição se propõe a fazer uma ponte entre o magistrado e os órgãos de imprensa. Para casos com maior repercussão noticiados pelo STM, foram geradas notícias que ultrapassaram oito mil acessos ao Portal.



TRANSPARÊNCIA

Desde 2018, por meio do Boletim Estatístico, o cidadão já pode ter acesso a um balanço quantitativo dos processos em andamento na primeira e na segunda instância da JMU. A partir do final de 2019, os dados passaram a ser apresentados de forma mais rápida, intuitiva e interativa por meio de uma nova interface (<https://bit.ly/2OpEeFV>). Além das estatísticas processuais, estão incluídas nos boletins as Metas Nacionais e Específicas do Poder Judiciário, que são acompanhadas mensalmente. O monitoramento das Metas Nacionais viabiliza a tomada de decisão por parte dos magistrados para tornar os julgamentos mais céleres e priorizar o julgamento dos processos mais antigos.

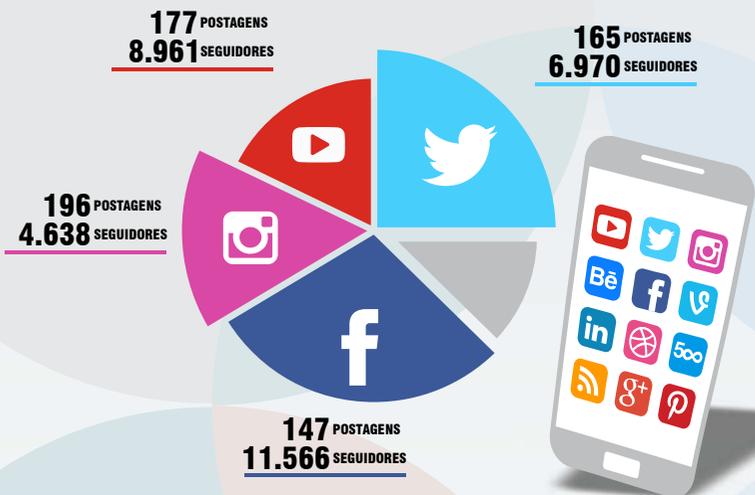


REDES SOCIAIS

O STM criou um Núcleo de Mídias Sociais, o qual busca valorizar uma área que cresce a cada ano e assim aprimorar a comunicação institucional em três redes sociais: Twitter, Facebook e Instagram. Nas redes sociais, o trabalho costuma ter algumas peculiaridades, pois é preciso acompanhar o dinamismo trazido pelos *smartphones*, bem como uma linguagem mais fluida e informal, alcançando, assim, uma interação mais eficaz com seus seguidores. Todo o trabalho desenvolvido com os perfis busca gerar engajamento, interação e transparência. Entre os desafios do Núcleo, destacam-se: incrementar e capacitar constantemente a equipe; garantir a continuidade e amadurecimento do serviço a fim de que as redes sociais funcionem de modo cada vez mais efetivo; expandir as atividades e aumentar o espaço ocupado no mix de comunicação do STM.

RESULTADOS DA GESTÃO

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE



AUMENTO DE SEGUIDORES EM RELAÇÃO AO ANO DE 2018



POSTAGENS COM MAIOR ENGAJAMENTO DE 2019

twitter

Seminário "O Brasil em Transformação"- Segundo dia inicia com a exposição do Ministro da Defesa sobre "O Brasil, as Forças Armadas e a Defesa no cenário atual". Acompanhe ao vivo pelo nosso canal do YouTube: [@DefesaGov#](https://bit.ly/37V4105)

IMPRESSÕES	16.408
TOTAL DE ENGAJAMENTOS	248
Favoritos	108
Cliques em perfis	43
Expansões de detalhes	28
Retweets	23
Engajamentos com mídia	22
Respostas	20
Cliques no link	5

<https://bit.ly/37V4105>

facebook

Fato pouco conhecido: a história do habeas corpus no Brasil passa pelo Superior Tribunal Militar. Foi um ministro da corte, o almirante-de-esquadra José Espíndola, quem concedeu a primeira liminar em habeas corpus do país, quando analisou o pedido de forma urgente antes de seu mérito (HC nº 27127-200-Estado da Guanabara), em 31 de agosto de 1964. A história completa você encontra em um post no [Justiça Militar da União](https://bit.ly/2toGkP1).

PRIMEIRA LIMINAR EM HABEAS CORPUS DO BRASIL, COMPLETA 55 ANOS

PESSOAS ALCANÇADAS	3.696
REAÇÕES, COMENTÁRIOS E COMPARTILHAMENTOS	154
Cliques em publicações	192
Curtir	109

<https://bit.ly/2toGkP1>



PROGRAMA DE RELACIONAMENTO E DIVULGAÇÃO DA JMU

A JMU mantém, como programa de esclarecimento ao público, visitas agendadas que trazem ao STM estudantes universitários. A iniciativa busca, principalmente, a aproximação com o público estudantil, tendo em vista que não há disponível, nos cursos acadêmicos, cadeira voltada ao Direito Penal Militar. O STM recebeu 47 instituições (Faculdades, Universidades e outros), alcançando um público de cerca de 1.157 visitantes ao longo do ano.

Destaca-se, também, que foram produzidas 3.923 notícias sobre a JMU ao longo de 2019 pela mídia em geral. Nesse sentido, diariamente, as notícias geradas são classificadas como neutras, positivas e negativas. Consideram-se positivas as notícias que retratam algum projeto ou boa prática da JMU ou que tratam dos julgamentos realizados pela Corte. Da mesma forma, conceituam-se, como positivas, as notícias de julgamentos que resultam em inovação da jurisprudência. Dessa forma, 69% das notícias veiculadas, em 2019, tiveram cunho positivo.



ACESSIBILIDADE AO CONTEÚDO DO PORTAL DO STM

Em 2018, o STM implementou o *software* Rybená que ampliou o alcance do conteúdo produzido para as pessoas com deficiência. A partir da utilização da referida ferramenta, os textos do Portal do STM são traduzidos do português para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ou convertidos da escrita para a voz falada. Ao se comparar o número de acessos ao *software* entre 2018 e 2019, percebe-se um incremento significativo.

ACESSOS AO RYBENÁ WEB PELO PORTAL DO STM



RESULTADOS DA GESTÃO

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

RESULTADOS DO SERVIÇO DE OUVIDORIA

Estruturada em 2013, a Ouvidoria da JMU atua tanto externamente, por meio do atendimento ao público em geral, como internamente. É também a responsável por coordenar o atendimento dos pedidos de acesso à informação. Para recepcionar as manifestações dos cidadãos, o STM disponibiliza diversos canais, tais como a internet, o aplicativo, a carta, o telefone e o atendimento presencial. As mensagens recebidas pela Ouvidoria são registradas em sistema próprio e repassadas às áreas interessadas. Muitas das dúvidas levantadas pelos cidadãos são resolvidas com as informações constantes no próprio Portal do STM. É válido ressaltar que, em junho de 2019, a JMU lançou o aplicativo *mobile* da Ouvidoria, que, além de entregar praticidade ao cidadão, aprimorou e complementou os mecanismos de transparência pública, já adotados pela JMU.



Dentre as mensagens enviadas com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), sobre os mais variados assuntos, as pesquisas de autos findos foram as mais solicitadas ao longo do respectivo período.



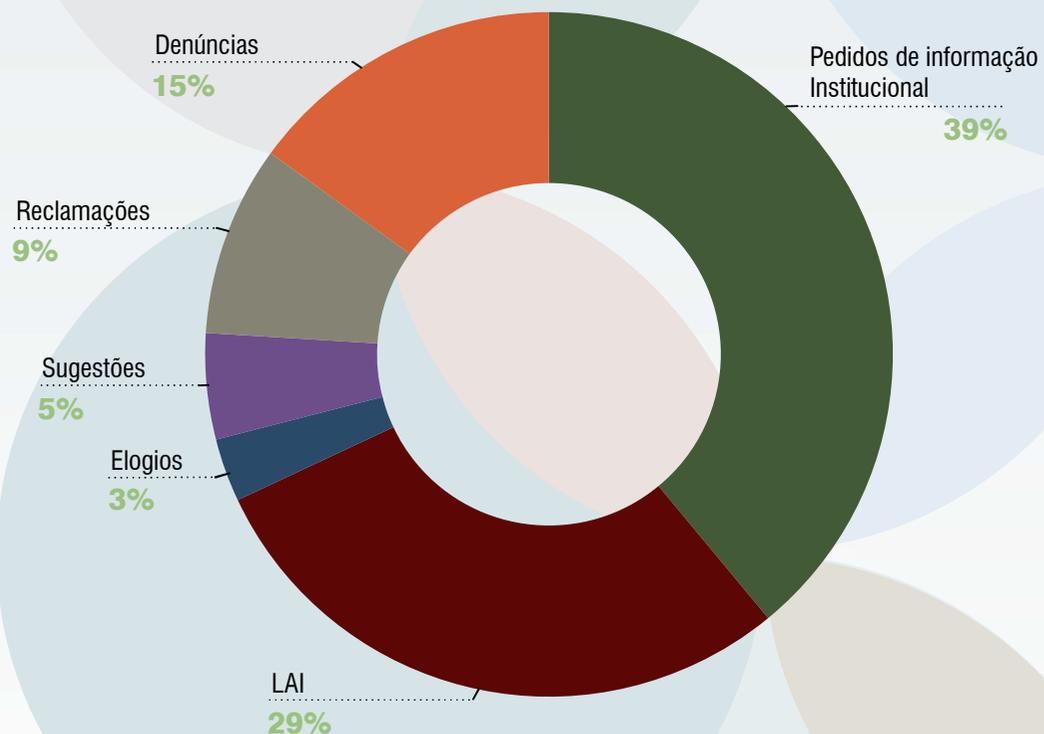
Em 2019, houve uma diminuição de 42,85% no tempo médio de resposta da LAI em relação ao ano anterior.

RESULTADOS DA GESTÃO

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE



ATENDIMENTO DE OUIDORIA



DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



O principal desafio do ano de 2019 foi atender às solicitações da imprensa de forma ágil e efetiva com informações de qualidade, além de aperfeiçoar a transparência. Dentre as ações a serem implementadas estão:

Novo Portal STM

O projeto visa atualizar o Portal Eletrônico do STM a fim de favorecer o usuário com uma melhor navegabilidade, por meio da atualização do seu *layout* e de suas funcionalidades. Nesse sentido, foi realizada uma enquete com o público interno e externo e está em desenvolvimento uma solução tecnológica para o portal. As principais metas para um novo portal são: elaboração de novo *layout*, gestão de conteúdo descentralizada e mais eficiente, aprimoramento da infraestrutura do portal (busca, navegabilidade, interação, entre outros).

Padronização da Identidade visual:

O projeto tem por objetivo padronizar a identidade corporativa do STM, visando a criação de um Manual de Identidade Visual, com força normativa, a ser seguido por toda a Instituição. A proposta pretende, portanto, desenvolver a melhor forma da Instituição se comunicar com o seu público.

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação e Comunicação

Aperfeiçoar e modernizar a prestação de serviços de atendimento ao usuário de Tecnologia da Informação

Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação

Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

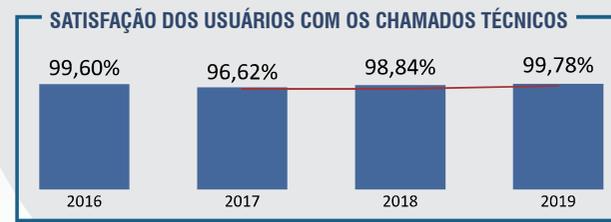
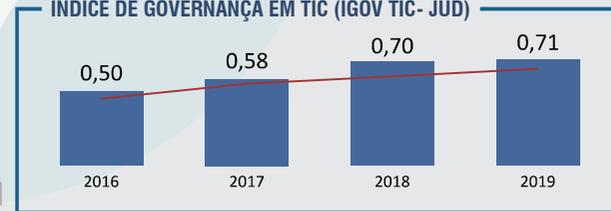
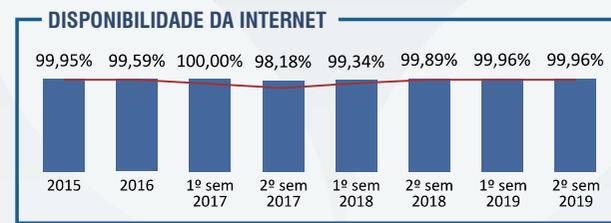
Aprimorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para suporte às atividades administrativas e judiciais

Projeto e-Social: Integração, por meio sistêmico, das informações dos servidores da JMU com a base de dados do Sistema e-Social do Governo Federal

SEI – JULGAR: Implantação do SEI 3.0 na JMU, tendo como principal entrega o módulo do SEI-JULGAR para Gestão das Sessões Administrativas do STM

Sistema de Gestão Administrativa e Financeira – GEAFIN: descentralização do Sistema de Gestão Patrimonial e de Material nas Auditorias da JMU

e-Proc/JMU: aprimoramento do Sistema Judicial por meio eletrônico na JMU



■ Resultado — Meta

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o STM observa a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), prevista na Resolução CNJ nº 211/2015. Além desse normativo, o Tribunal obedece à Resolução CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre as diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação. A gestão de TI, na JMU, também está delineada em normativos internos, como a Resolução STM nº 243, de 24 de maio de 2017, que dispõe sobre a criação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC), com a missão principal de promover ações para garantir a aderência das iniciativas, projetos, infraestrutura, segurança e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, sistemas digitais e política de pessoal de TI às necessidades e aos objetivos do Planejamento Estratégico institucional, à Governança Corporativa e no que é pertinente a este segmento especializado de Justiça. Destaca-se, também, a criação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), disposto na Resolução STM nº 223/16, com vigência de 2016 a 2020.



MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

O Modelo de Governança de TIC do STM está alinhado à ENTIC-JUD, tendo como principal instância o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC). Além disso, também foi instituído o Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), com as atribuições de elaborar planos táticos e operacionais da área de TIC, analisar demandas, acompanhar a execução dos planos, estabelecer indicadores operacionais, propor replanejamentos e apoiar, tecnicamente, mediante demanda específica, o Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC) na elaboração do plano estratégico, plano diretor e indicadores e metas de TIC.

No ano de 2016, com base em práticas de governança e de gestão previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas, o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNGTIC.PJ) elaborou questionário composto por tópicos subdivididos entre o domínio de Governança e Gestão de TIC e o domínio de Infraestrutura de TIC. O primeiro domínio - Governança e Gestão de TIC - é composto por quatro dimensões responsáveis por avaliar os seguintes aspectos:

1 DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO

2 DAS ESTRUTURAS, MACROPROCESSOS E PROCESSOS

3 DAS COMPETÊNCIAS, DESENVOLVIMENTO E DESEMPENHO DAS PESSOAS

4 DOS RISCOS, MONITORAMENTO E AUDITORIA - CONTROLE DE GESTÃO



O segundo domínio, o da Infraestrutura de TIC, por sua vez, é composto por duas dimensões que avaliam os aspectos:

1 DOS SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO E NIVELAMENTO

2 DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA



RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com o intuito de completar o questionário, além das seis dimensões constantes nos dois domínios descritos anteriormente, foi estabelecida uma sétima dimensão:



Detalhamento

Visa levantar dados e resultados necessários ao melhor entendimento da realidade nacional do Poder Judiciário

A primeira aplicação deste questionário eletrônico ocorreu em 2016 e foi denominada “Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)”. Em 2019, esse levantamento ocorreu no mês de setembro e contou com a participação de 92 órgãos, os quais foram classificados, de acordo com as notas obtidas entre os níveis de maturidade “Baixo”, “Satisfatório”, “Aprimorado” e “Excelência”. Em 2019, o índice de governança obtido (iGovTIC-JUD) pelo STM foi 0,71, o que descreve um nível de maturidade “Aprimorado”, conforme tabela de evolução dos últimos 3 (três) anos abaixo:

Nota do Órgão		Nível de Maturidade
0,71		Aprimorado
Classificação 2019		
Segmento (Superior)	Porte (Grande)	Geral
4º (de 4)	16º (de 26)	57º (de 92)
Evolução iGovTIC-JUD do STM		
2017	2018	2019
0,58	0,7	0,71

Nota	Classificação
0,0 a 0,39	Baixo
0,4 a 0,69	Satisfatório
0,7 a 0,89	Aprimorado
0,9 a 1,0	Excelência



CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No STM, são aplicados os dispositivos da Resolução CNJ nº 182/2013, para as contratações de TIC. O detalhamento do Plano de Contratações aprovado em 2019 está disponível no endereço eletrônico: <https://www.stm.jus.br/transparencia/transparenciamju> (escolher a opção tecnologia da informação). Nesse mesmo repositório é possível acessar a execução do plano orçamentário de TIC em 2019, contendo divisões por encargo e natureza de despesa com a respectiva execução. A seguir são apresentados os principais resultados das aquisições e contratos de bens e serviços de TIC em 2019.

Montante dos recursos aplicados em TI em 2019

Descrição do Programa / Ação	Investimento		Custeio		Valor Total	
	Empenhado	Pago	Empenhado	Pago	Empenhado	Pago
Modernização Tecnológica e Gestão da Informação	R\$2.826.317,54	R\$1.557.383,26	R\$4.573.093,78	R\$3.979.246,78	R\$7.399.411,32	R\$5.536.630,04
Desenvolvimento e Implantação de Sistema Judiciário Eletrônico na JMU	R\$700.950,00	R\$308.000,00	R\$391.346,43	R\$275.868,30	R\$1.092.296,43	R\$583.868,30



VALOR PAGO EM 2019-R\$ CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Fornecimento, implantação e integração de solução DATA CENTER MODULAR SEGURO OUTDOOR
R\$ 1.056.876,80

Prestação de serviços de comunicação de dados de longa distância (rede WAN padrão VPN/MPLS sobre IP) à JMU
R\$ 418.446,65

Contratação de serviços de expansão da solução de inteligência de negócios (Data discovery e ETL) com aquisição de licenças de software, contratação de suporte técnico, atualização de versão, suporte técnico especializado e treinamento
R\$ 308.000,00

Prestação de serviços de atendimento de 1º e 2º níveis de Service Desk e Help Desk e execução, por demanda, de UAT (Unidade de Atendimento Técnico)
R\$ 420.860,54

Aquisição, por expansão, de licenciamento de backup, com atualização de versão, atualização de conhecimento tecnológico e prestação de serviços de manutenção e suporte técnico
R\$ 191.382,00

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



RESULTADOS DE TI POR PROCESSOS DA CADEIA DE VALOR DO STM

CADEIA DE VALOR

Principais iniciativas (sistemas e projetos) na área de TI

Principais resultados (benefícios e impactos)

Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Sistema e-Proc/JMU - Processo Judicial por meio Eletrônico (1ª Instância e STM)

JMU trabalhando totalmente de forma eletrônica, sem a manipulação de processos físicos, antigos ou novos; Modernização da prestação jurisdicional da JMU, por meio do aumento da eficiência operacional e da agilidade dos trâmites judiciais; Envio automático de dados para o CNJ por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) e do Escritório Digital; Aprimoramento da comunicação com os demais ramos do Poder Judiciário e com o público externo; e Maior transparência dos trabalhos da Justiça Militar da União.

Aprimorar a Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para suporte às atividades administrativas e judiciais

Modernização de equipamentos, infraestrutura e segurança de TIC-PROMOTIC-JMU

Modernização do parque computacional (computadores, monitores, *softwares* e componentes de informática), buscando aumentar a disponibilidade e suporte técnico, bem como reduzir a obsolescência dos equipamentos e de licenças de *software*; Implantação do modelo de *outsourcing* de impressão no STM, com o objetivo de possuir solução que permita o gerenciamento e acompanhamento das impressões, provendo a continuidade do serviço (com fornecimento de reposição de equipamentos e suprimentos); Aprimoramento da comunicação da área de tecnologia da informação do STM com as Auditorias por meio de visitas técnicas, com o objetivo de orientar e repassar conhecimento de procedimentos técnico-administrativos (contratação de TIC e segurança da informação) e judiciais (audiências e videoconferências); e Melhoria da disponibilidade e replicação dos dados com a implantação do *datacenter* modular e da atualização de licenças do *software* de *backup* e de banco de dados.

Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

SEI-Julgar

Automação das sessões administrativas; Redução das atividades manuais, eliminando praticamente a zero a margem de erros no processamento do julgamento; e Aceleração do julgamento, facilitando a consulta dos votos e do material pelos eminentes Ministros.

Assegurar soluções adequadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

APP Ouvidoria

Favorecimento da transparência pública e da praticidade de interação do público externo com a JMU, além de ser o primeiro aplicativo disponibilizado em loja digital pela JMU.

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO



STM, por meio da Resolução STM nº 194/13, instituiu o Comitê Gestor de Segurança da Informação.



visitas técnicas às Auditorias da JMU, com o objetivo de conscientizar acerca de boas práticas de Segurança da Informação.



Resolução STM nº 222/2016, posteriormente alterada pela Resolução STM nº 226/2016, instituiu a Política de Segurança da Informação e Comunicação.



implantação de *Data Center* modular com o objetivo de atendimento aos requisitos mínimos de infraestrutura



atualização dos certificados digitais, a fim de promover o acesso seguro aos sistemas que exigem esse meio de autenticação.



quisição de servidores de rede redundantes e atualização de licenças, com o objetivo de aumentar a escalabilidade e mitigar possíveis vulnerabilidades em equipamentos e *softwares*.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



Capacidade limitada de corpo técnico no atendimento das demandas para o desenvolvimento de soluções tecnológicas e consequentemente alongamento do prazo na execução dos projetos;

Perda do conhecimento técnico, em razão da aposentadoria e nomeação de servidores da área de tecnologia da informação em outros órgãos;

Restrições orçamentárias para a execução dos projetos já planejados. A eventual ausência de recursos financeiros pode inviabilizar projetos e contratações, promovendo impactos negativos aos usuários e, eventualmente, ao atingimento de metas estratégicas; e

Falta de processos de TIC mapeados e formalizados.



Finalização do projeto de implantação do *Data Center* modular com site *backup*;

Atualização do sistema e-Proc, com novas funcionalidades;

Desenvolvimento do módulo e-Social, de acordo com os papéis e responsabilidades de cada unidade envolvida;

Atualização do sistema SEI, com novas funcionalidades;

Execução do projeto inicial de atualização do Sistema de Recursos Humanos;

Implantação da descentralização patrimonial por meio do sistema GEAFIN incluindo capacitação e atualização de normativos e legislações pertinentes; e

Visualização e extração de dados estratégicos por meio da disseminação do uso de painéis gerenciais, desenvolvidos em ferramentas de análise e descoberta de dados.

RISCOS



Infraestrutura tecnológica insuficiente para o atendimento e sustentação de todos os processos de negócios;

Alteração e interrupção de projetos estratégicos já planejados / em execução;

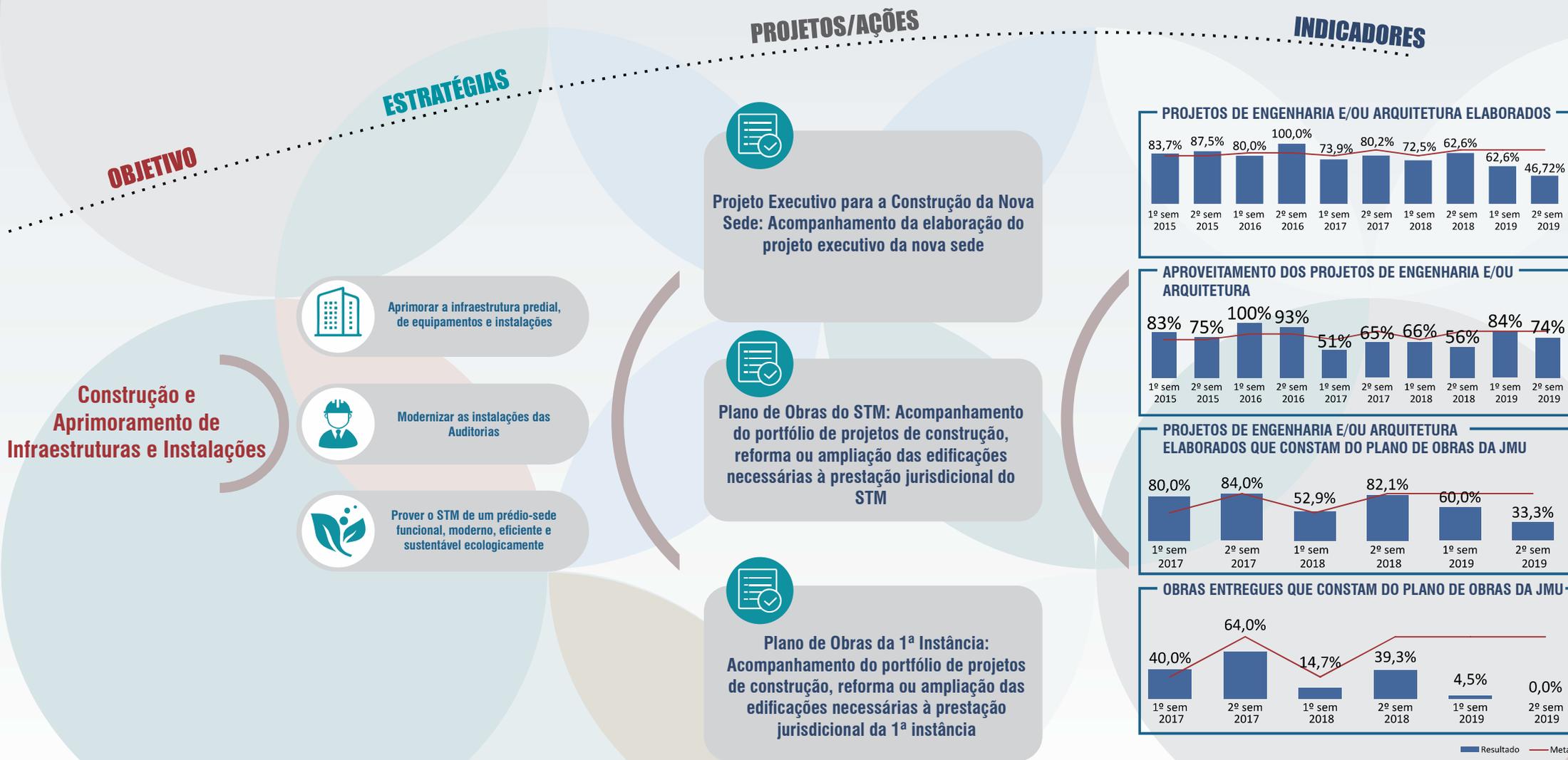
Dependência dos fornecedores e prestadores de serviços no cumprimento dos prazos e níveis mínimos de serviços estabelecidos em cláusulas contratuais;

Sobrecarga às chefias na área de TI, trazendo-lhes, ainda, óbices em exercer mais eficazmente as funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos respectivos trabalhos, assim como exercer a liderança administrativa eficaz e eficiente perante suas equipes. Isso compromete não somente a gestão, mas, também, a governança de TI; e

A não aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2020) pelo Comitê de Governança de TIC.

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES



CONFORMIDADE LEGAL

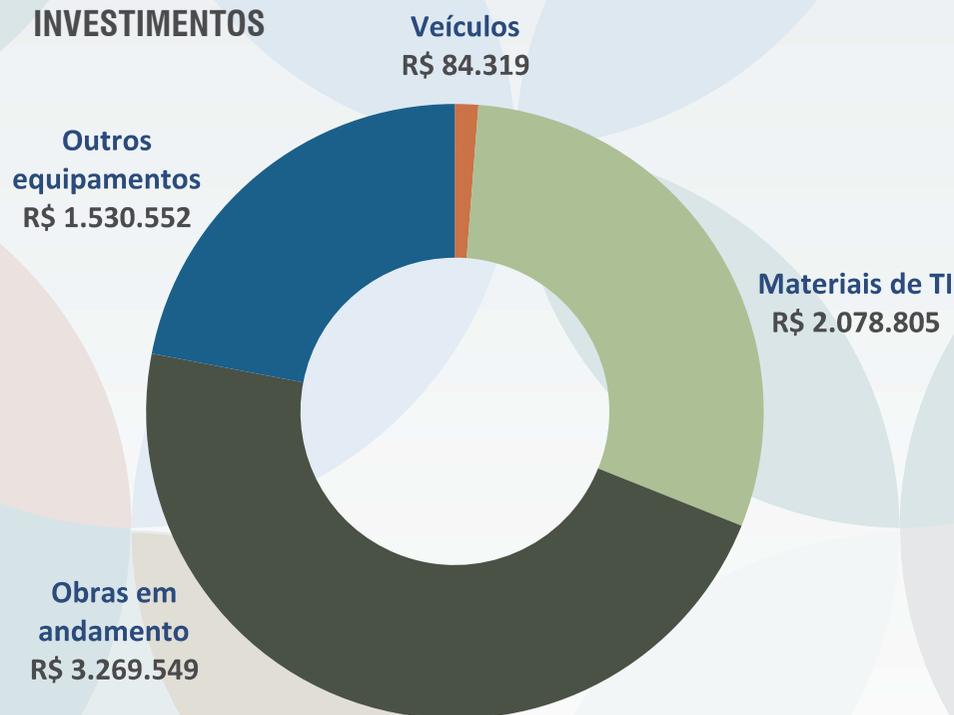
A JMU segue a legislação federal, compilada no Manual de Administração do Patrimônio e do Material (Ato Normativo STM nº 303/2008), com relação ao registro (Lei nº 4.320/64), controle (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e desfazimento de material permanente (Decreto nº 9.373/18).
Com relação às macrofunções do SIAFI 020330 (depreciação, amortização e exaustão), 020335 (reavaliação e redução ao valor recuperável), realizou-se apenas a depreciação.
A amortização, a exaustão, a reavaliação e a redução ao valor recuperável serão realizadas após as suas normatizações internas. Por fim, é importante destacar que o registro e o desfazimento de material permanente da JMU passam, respectivamente, pelas áreas contábil e de controle interno, garantindo a observância da legislação aplicável.



INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

No ano de 2019, o investimento da JMU totalizou R\$ 6.963.227, distribuídos entre renovação da frota de veículos, materiais de TI, obras em andamento e outros equipamentos.

INVESTIMENTOS

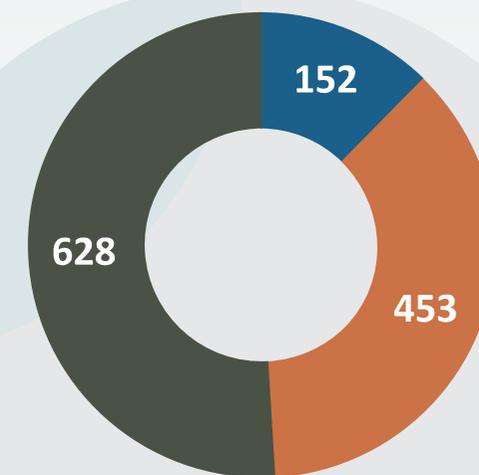


DESFAZIMENTO DE ATIVOS

No transcurso do ano, foram executados 7 processos de doação de material permanente do STM, de acordo com o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

BENS IRRECUPERÁVEIS DOADOS

(extintores, aparelhos de ar condicionado, persianas, equipamentos de informática e copa etc.)

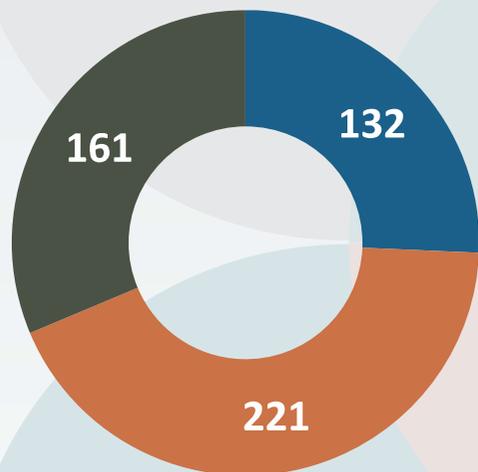


- Associação de catadores de Papéis da Asa Sul - ACAPAS
- Central de Reciclagem do Varjão - CRV
- Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal - CATAMARE

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES

BENS ANTIECONÔMICOS DOADOS
(móveis de escritório, livros desatualizados, equipamentos de informática e copa etc.)



- Centro Municipal de Educação Infantil Pró-Saber
- Instituto Brasileiro Amigos da Vida - IBAV
- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF (Centro de Ensino Fundamental 410 Norte)

DOAÇÕES EM ANDAMENTO

Encontram-se, em andamento, os seguintes processos de doação:

- 271** Cartuchos de tinta e toner usados (vazios) à Universidade Livre para Idiomas e Desenvolvimento Sustentável.
- 37** Bens irrecuperáveis (equipamentos de informática e escritório) à Universidade Livre para Idiomas e Desenvolvimento Sustentável.
- 6** Veículos ociosos ao Comando do 7º Distrito Naval.
- 1** Veículo ocioso ao Hospital Naval de Brasília.
- 1** Veículo ocioso ao Terceiro Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Nas Auditorias, foram executados 41 processos de desfazimento e há três processos de doação de veículos ociosos em andamento.

DOAÇÕES RECEBIDAS

- 300** aparelhos telefônicos (tecnologia IP), no valor de R\$ 40.771,29, do Supremo Tribunal Federal.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Com base no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 8.245/1991, a JMU mantém dois imóveis locados com a empresa ESPAÇO Y ENGENHARIA EMPREENDIMENTOS, CNPJ: 38.056.040/0001-28. Um dos imóveis localiza-se no Setor de Indústrias e Abastecimento e abriga as Seções de Arquivo e de Editoração e Revisão da Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento (DIDOC), bem como mantém um ambiente de becape da Diretoria de Tecnologia da Informação. O outro imóvel sedia as Auditorias da 11ª CJM, no Setor de Autarquias Sul.



TOTAL PAGO NAS LOCAÇÕES EM 2019

R\$ 5.742.261

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES

Em 2019, a Diretoria de Pessoal (DIPES) retornou à área que ocupava anteriormente no 12º andar do Edifício Sede, após a reforma do local.

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



Os principais desafios estão diretamente ligados às ações correntes e futuras da JMU, principalmente com a implantação do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN) no STM, cuja próxima fase contempla a descentralização do controle patrimonial para a 1ª instância da JMU. O objetivo é concluir este projeto no biênio 2020/2021, após a realização de inventários de saneamento em todas as unidades e o devido treinamento das equipes.

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

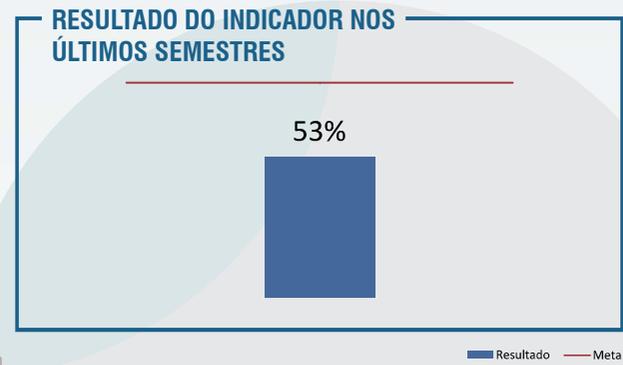
PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Aperfeiçoamento e Modernização da Gestão e da Estrutura Administrativa e das Ações de Controle

-  Aperfeiçoar a gestão documental
-  Aperfeiçoar e modernizar a gestão patrimonial
-  Implementar programa de gestão ambiental
-  Aperfeiçoar e intensificar as ações de controle interno
-  Aperfeiçoar e modernizar a gestão administrativa

-  Descrição Documental do Acervo Arquivístico do STM: Identificar o acervo documental do STM
-  Digitalização e Restauração do Acervo Processual Histórico: Digitalizar e restaurar o acervo processual histórico do STM
-  Sistema de Gestão Administrativa – GEAFIN: implantação na JMU do Sistema de Gestão Patrimonial e de Material
-  Implantar o Processo de Gestão de Riscos na JMU: Estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para viabilizar a implementação da Gestão de Riscos na JMU
-  Sistema e-Social: Integrar informações dos servidores da JMU com a base de dados do sistema do Governo Federal



RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE PATRIMÔNIO, LICITAÇÕES E CONTRATOS



CONFORMIDADE LEGAL

Todas as contratações e os acordos celebrados pelo STM e pelas Auditorias da JMU passam pela análise jurídica da Assessoria de Licitações e Contratos (ASLIC), do Gabinete do Diretor-Geral, garantindo sua conformidade legal, sendo sempre observadas as normas constantes das Leis nºs 8.666/93, 10.520/02, 9.784/99, bem como dos Decretos nºs 10.024/2019, 5.450/05 e 7.892/13, e adotadas como boas práticas as Instruções Normativas MPOG nºs 04/14, 05/17, atual Ministério da Economia, ressaltando a abundância de normas editadas nos exercícios de 2018 e 2019, que tiveram impacto direto nas contratações, tais como: Decretos nºs 10.024/19, 9.287/18, 9.412/18, 9.488/18, 9.450/18, 9.507/18 e 9.533/18, Instruções Normativas MPOG nºs 03/18, 06/18, 07/18, 08/18, 09/18, 10/18, 01/19, e Portaria MPOG nº 443/18.

289
processos de
contratação
em 2019

88
pregões
eletrônicos

190
contratações
diretas

11
em
outras
modalidades

Principais Contratações Diretas

- Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE)
- Engenharia de Solos e Infra-Estrutura Ltda (INFRASOLO)



CONTRATAÇÕES DIRETAS JUSTIFICATIVAS

Entre as 190 contratações diretas, 57 foram por dispensa e 133 por inexigibilidade. Destaca-se a contratação do CETEFE para complementar as ações de gestão referente aos serviços de descrição arquivística e recuperação da informação e dos documentos e processos judiciais históricos do acervo custodiado pela Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento - DIDOC, em conformidade com o Planejamento Estratégico. Por sua vez, a

INFRASOLO foi contratada para a prestação de serviço técnico-profissional relativo à inspeção predial para análise das condições e riscos estruturais do Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar, em razão da instalação de novos elevadores para adequação do fluxo de pessoas e modernização. Acrescenta-se também que, dos pregões realizados, onze foram exclusivos para ME/EPP. Dentre os outros tipos de contratações, destaca-se o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) para cessão do Sistema Central de Serviços criado pelo respectivo Tribunal.



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

1. INFRA SOLO
2. CONSTRUTORA NJ EIRELI
3. PLEIMEC Solution - Comércio de Equipamentos Tecnológicos LTDA

JUSTIFICATIVAS

1. Análise das condições estruturais do STM para instalação de novos elevadores
2. Manutenção para resolver infiltrações no subsolo do edifício sede do STM
3. Renovação dos equipamentos de videoconferência

VALOR PAGO EM 2019 COM CONTRATAÇÕES



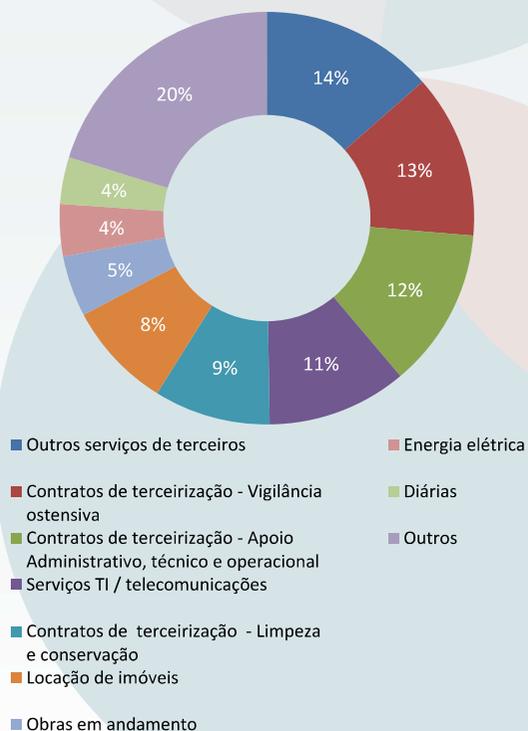
Valor gasto por finalidade	Total pago em 2019 (em reais)
Outros serviços de terceiros	9.266.654,99
Contratos de terceirização - Vigilância ostensiva	8.816.009,88
Contratos de terceirização - Apoio Administrativo, técnico e operacional	8.563.721,10
Serviços TI / telecomunicações	7.509.891,94
Contratos de terceirização - Limpeza e conservação	6.227.814,44
Locação de imóveis	5.742.261,56
Obras em andamento	3.269.549,24
Energia elétrica	2.803.730,47
Diárias	2.508.821,9
Aquisições TI/telecomunicações	2.078.805,71
Contratos de terceirização - Serviços de copa e cozinha	2.076.995,20
Material de consumo	2.072.557,40
Equipamentos em geral	1.530.552,54
Passagens aéreas	1.167.553,23
Outras despesas de custeio	1.029.035,18
Manutenção de máquinas e equipamentos/bens móveis	804.208,31
Indenizações	659.397,61
Água e esgoto	549.886,45
Combustíveis e lubrificantes	426.796,69
Contratos de terceirização - Manutenção e conservação de bens imóveis	355.031,28
Outros serviços de terceiros (Pessoa Física)	298.112,97
Tributos + encargos	292.537,37
Seguros em geral	197.397,40
Indenizações e restituições	196.009,22
Aquisição de veículos	84.319,64
Contratos de terceirização - exercícios anteriores	59.139,88
Locação de máquinas e equipamentos	5.553,80
Passagens	95,40

RESULTADOS DA GESTÃO

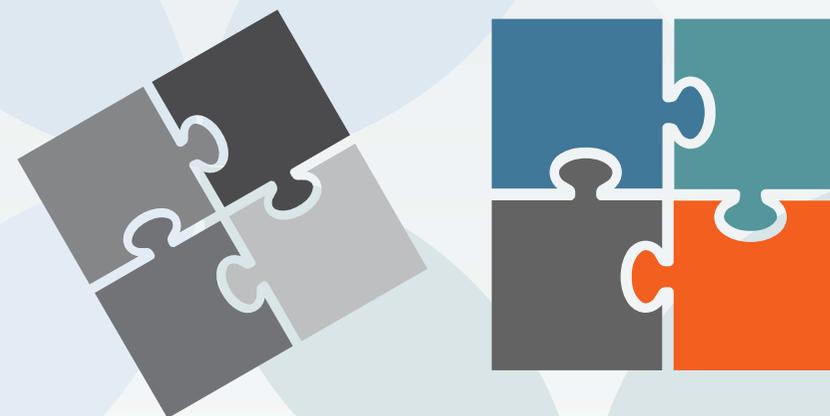
GESTÃO DE PATRIMÔNIO, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Destaca-se, entre as ações voltadas ao aperfeiçoamento administrativo e à redução de custos do Tribunal, a adoção do Táxi-STM/COBRAS para o transporte de pessoal e de pequenas cargas. Essa ação teve impacto direto na diminuição dos valores gastos por finalidade, tendo o dispêndio totalizado R\$ 42.474,35 em 2019.

Valores gastos por finalidade



DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



Um dos principais desafios da Diretoria de Administração (DIRAD) é a implementação efetiva do planejamento de contratações. Apesar da existência e publicação do Calendário de Licitações e Contratações e/ou Compras para o exercício, não se observa um planejamento adequado das contratações ao longo do ano. Tal dificuldade ocorre, sobretudo, pela falta de maior participação das unidades do STM na construção do planejamento de suas contratações e pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos para realizá-las.

Atualmente, para aperfeiçoar a seleção dos contratados, tem-se adotado uma ação mais imponente da Administração em relação aos procedimentos de aplicação de sanções administrativas às contratadas inadimplentes. Em decorrência dos resultados da cooperação técnica com o Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento para Excelência e Transformação da Administração Pública (NEXT) da Universidade de Brasília (UnB), decidiu-se criar uma área específica para cuidar de sanções aos administrados e licitantes, aumentando a eficácia na análise das condutas suscetíveis de punição. Além disso, a criação da Seção de Gestão de Contratos revelou-se importante para a diminuição da precarização dos serviços de terceirização, reduzindo os impactos para a administração em eventual falha na fiscalização.

Ressalta-se que, para enfrentar muitos dos desafios atuais, está em estudo uma proposta de reestruturação da área de licitações e contratos.

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO, DA DOCUMENTAÇÃO E DO CONHECIMENTO



CONFORMIDADE LEGAL

A política de gestão da informação da JMU baseia-se nos seguintes normativos legais:

- Lei nº 8.159/1991 – Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências
- Lei nº 11.419/2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial
- Lei nº 12.527/2011 – Regula o acesso à informação
- Lei nº 13.709/2018 – Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
- Resolução do STM nº 265/2019 - Institui a política de gestão documental da JMU
- Recomendação do CNJ nº 37/2011 - Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) e de seus instrumentos.



POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL DA JMU

A política de gestão da informação na JMU tem por intuito manter os dados, documentos e processos organizados, com vistas a garantir que as informações cheguem aos usuários, às unidades administrativas e aos Órgãos sem erros ou problemas de integridade, autenticidade e/ou disponibilidade. Foram remodeladas rotinas de processamento, armazenamento, classificação, identificação e compartilhamento de registros, processos e documentos, sejam digitais ou físicos.

Busca-se, assim, a eficiência da atividade documental para atingir os objetivos de organização, conservação e acesso à informação, cumprindo o disposto no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, bem como as normas estabelecidas pelo CNJ.

A própria legislação tem sido alterada no sentido de garantir as ferramentas de gestão do

conhecimento para agregar maior transparência e eficiência às práticas desta Corte Castrense, com o intuito de produzir benefícios aos cidadãos.



INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS UTILIZADAS NA GESTÃO DOCUMENTAL DA JMU

INTEGRA-JMU
Repositório Institucional

Ferramenta que reúne, em uma mesma interface, doutrina, jurisprudência e legislação.

ARQUIMEDES

Plataforma de disseminação e preservação do acervo da JMU.

TESAURO

Instrumento de controle terminológico utilizado para traduzir a linguagem natural para uma linguagem sistêmica.

sei!

Sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho.

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO, DA DOCUMENTAÇÃO E DO CONHECIMENTO



PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Criação do *Hot Site* da Gestão da Informação e disponibilização no Portal e Intranet

Consolidação de 100% das Resoluções do STM

Disseminação da informação bibliográfica



Controle da Explosão da Informação e o acesso à informação

GESTÃO DA MEMÓRIA

Recolhimento pelo Arquivo do STM de 15.537 processos judiciais históricos e 1.562 livros, custodiados pelas Auditorias

Digitalização de 5.136.455 imagens referentes aos processos judiciais históricos

Digitalização de 33.213 processos judiciais históricos

Descrição e difusão de 26.439 documentos judiciais históricos no Arquimedes-JMU

Exposições históricas

Transcrição de livros históricos – Série 1900



Preservação e difusão da memória da JMU



Mitigação do risco de perda da informação



Redução da massa documental judicial acumulada

Promover atividades relativas às informações bibliográficas, legislativas, documentações judiciais históricas, administrativas e do acervo museológico da JMU

DEMANDA



Cidadão



Unidades Administrativas



Órgãos Públicos

GESTÃO DOCUMENTAL

Eliminação de 271 caixas-arquivos de documentos administrativos físicos da Secretaria do STM; e Implantação do SEI-Julgar

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO, DA DOCUMENTAÇÃO E DO CONHECIMENTO



IMPLANTAÇÃO DO SEI-JULGAR

Foi implantada a macrofuncionalidade SEI-Julgar, cedida ao STM por meio de Acordo de Cooperação Técnica pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. As ações de parametrização e customização, necessárias para adequação do sistema à realidade do STM, foram finalizadas em cinco meses.

Automatizar todas as etapas do julgamento administrativo em colegiado dos processos em tramitação no SEI-JMU.

Permitir que os termos e atos processuais sejam realizados em uma única ferramenta digital.

sei!

Propiciar, além da Sessão Administrativa Presencial, a implantação do Plenário Virtual, para que os Ministros possam deliberar assuntos administrativos em seu próprio gabinete.

Possibilitar ao Plenário Virtual a prática de termos e atos processuais em qualquer dia, lugar e horário.

Oferecer acesso em tempo real da Sessão Administrativa aos gabinetes.

DESAFIOS

Riscos da transformação do físico para o digital:

dados digitais descentralizados, sem classificação e sem organização e a dificuldade de implantar ações de prevenção para evitar acúmulo de massa documental digital.

Administração de ferramentas de gestão da

informação e do conhecimento: manutenção e disseminação do Repositório Institucional da JMU - Plataforma Integra e Plataforma Arquimedes - **Arquivo, Memória, Descrição.**

Mudança do perfil do usuário e o acesso à

informação: transformar a biblioteca do STM de guardiã dos espaços e do acervo em uma unidade mais proativa na recepção, organização e disseminação do conhecimento direcionado aos usuários, cada vez mais exigentes e autônomos.

Regulação das ferramentas de gestão da

informação e documental: aprovação dos normativos para melhor utilização dos recursos e plataformas digitais da JMU.



RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO, DA DOCUMENTAÇÃO E DO CONHECIMENTO

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



Propor a revogação, revisão e atualização dos textos consolidados dos Atos Normativos e Provimentos para disponibilização no Integra-JMU.

Desenvolver projeto de exposição histórica com visitas guiadas para escolas, universidades e sociedade.

Criar a linha do tempo digital do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar na Intranet e Internet.

Desenvolver a 2ª fase do Projeto de Recolhimento dos Processos Judiciais custodiados pelas Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs).

Desenvolver aplicativo para atendimento virtual (*chatbot*).

Continuar a 2ª fase do Projeto de Transcrição dos Livros Históricos da JMU - Série 1900.

Implantar o Peticionamento Eletrônico no SEI-JMU.

Implantar a versão 4.0 do SEI.

Implantar a versão *mobile* do SEI-JMU.

RESULTADOS DA GESTÃO

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Superior Tribunal Militar tem observado os critérios de sustentabilidade em suas contratações e compras. Entre eles, merecem destaque:



CRITÉRIOS DE
SUSTENTABILIDADE NAS
CONTRATAÇÕES E NAS
AQUISIÇÕES

- 01** Exigência de Plano de Prevenção de Riscos Ambientais para contratação de serviços de limpeza e higienização de caixas d'água, reservatórios e cisternas em edificações pertencentes ao STM;
- 02** Aquisição de mobiliários e outros itens fabricados em madeira, acompanhados de certificado ambiental e selo verde de manejo florestal responsável ou reflorestamento, observados os requisitos sustentáveis de fabricação, transporte e armazenamento dos produtos;
- 03** Aquisição de copos biodegradáveis de água e café;
- 04** Contrato de manutenção e recarga do parque de extintores de incêndio com base nos requisitos ambientais e critérios previstos pelo INMETRO; previsão de que os produtos de recarga adquiridos não contenham substâncias perigosas acima do recomendável;
- 05** Compra de café torrado com base na Resolução Conama nº 82/2006, a fim de mitigar os efeitos da respectiva atividade agrícola;
- 06** Exigência de que a empresa prestadora de serviços de limpeza observe boas práticas ambientais, com a substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, racionalização e economia no consumo de energia elétrica e água, capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição e reciclagem/destinação adequada dos resíduos.

RESULTADOS DA GESTÃO

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quanto à aquisição de cartuchos de toner para impressoras, o STM tem determinado que a empresa fornecedora adote procedimento de logística reversa, assim como descarte os cartuchos utilizados e recolhidos de acordo com as políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei.



o projeto arquitetônico da nova sede do STM vem sendo desenvolvido de acordo com a certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*) em padronização de construção sustentável.



AÇÕES DE REDUÇÃO DE CONSUMO

Impressão em papel

A implementação dos sistemas jurídicos e administrativos digitais (e-Proc JMU, SEI e SEI-Julgar) possibilitou a redução do consumo e dos gastos com o uso do papel, bem como gerou maior economia com a aquisição de equipamentos e suprimentos de impressão.

A contratação de serviços de *outsourcing* de impressão permitiu melhor gerenciamento dos trabalhos de impressoras e copiadoras, além de maior economia no uso do papel ao longo dos próximos anos. Há dois anos o Tribunal não adquire nenhuma impressora.

No final de 2019, o STM alterou a forma de contratação e passou a assinar boa parte de suas revistas e jornais apenas no formato digital, contribuindo assim para redução do impacto ambiental nas impressões dos periódicos.



REDUÇÃO EXPRESSIVA
no valor do convênio com os Correios: os gastos
reduziram de R\$ 437.500,00 em 2017 para R\$
180.000,00 em 2018 e 2019.

RESULTADOS DA GESTÃO

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

AÇÕES DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS



ECONOMIA GERADA EM 2019
369 resmas
 12,52% no consumo

ECONOMIA GERADA EM 2019
4.629,84
 11,46% no consumo

ECONOMIA GERADA EM 2019
17 equipamentos
 6,6% no parque de impressoras

ECONOMIA GERADA EM 2019
227.131,80
 63,6% na despesa

Nota-se uma redução no consumo de combustíveis, decorrente de uma política de otimização da manutenção preventiva nos veículos, com a ampliação do uso de soluções tecnológicas para a terceirização dos serviços.



ECONOMIA GERADA EM 2019
249.874,82
 45,45% na despesa

Para maiores informações, acessar o Relatório de Desempenho dos Indicadores: <https://bit.ly/2vKyj8a>

RESULTADOS DA GESTÃO

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



ATIVIDADES DE QUALIDADE DE VIDA E AÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Desde 2016, o STM promove uma ação solidária no mês de junho, sem nenhum ônus para o erário, que envolve todas as unidades do órgão e mobiliza cerca de 400 pessoas, revertendo toda a renda arrecadada para instituições de caridade.

Além disso, o STM vem focando em ações de qualidade de vida para seu corpo funcional, com a promoção de campanha de vacinação contra a gripe, ginástica laboral, programas de controle de peso, prevenção ao suicídio, auxílio para parar de fumar, oficinas de educação financeira, entre outras ações de integração socioprofissional. Tais ações reduzem o absenteísmo e aumentam a produtividade do corpo funcional do órgão.

Em 2019, foram registradas 1.574 participações do corpo funcional em eventos de ações de qualidade de vida no trabalho.



RESULTADOS DA GESTÃO

CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS



CONFORMIDADE LEGAL

A Unidade de Auditoria Interna da Justiça Militar da União é a Secretaria de Controle Interno – SECIN, conforme o Ato Normativo STM nº 12/2011 e o Manual de Organização do STM (Resolução STM nº 241/2017). Dessa forma, a atuação da SECIN está relacionada ao alcance dos objetivos organizacionais da JMU e ao aprimoramento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controle. Visando contribuir com o aperfeiçoamento desses processos, a SECIN considera a relação entre eles, as características específicas das unidades descentralizadas, Circunscrições Judiciárias Militares – CJMs (Auditorias da Justiça Militar distribuídas pelo país), e define a melhor estratégia de atuação na etapa de elaboração do Plano Anual de Auditoria e do Plano de Auditoria de Longo Prazo.

Além desses planos, a avaliação e a consultoria são consideradas duas vertentes típicas da atividade da SECIN. O trabalho de avaliação pode ser definido como a obtenção e a análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria do controle interno da JMU. Com relação aos trabalhos de consultoria da SECIN, é importante salientar que essa atividade consiste em assessoramento, aconselhamento e outros serviços relacionados fornecidos à alta administração do STM, com a finalidade de respaldar as operações das unidades.

Quanto à independência e à objetividade dos trabalhos de avaliação e consultoria, registra-se que a vinculação da SECIN diretamente à Presidência do STM tem por objetivo proporcionar à unidade de auditoria interna um posicionamento suficientemente elevado de modo a exercer suas responsabilidades com alta abrangência e maior independência. Nesse sentido, a SECIN exerce suas atividades de maneira imparcial e livre de interferências externas, desde a elaboração dos planos de auditoria de longo prazo e anuais, passando pelas escolhas dos escopos e amostras de auditoria, em que são observadas as variáveis de materialidade, risco, relevância e criticidade.



CONTROLES INTERNOS

O gerenciamento de riscos requer a implementação, manutenção, monitoramento e revisão periódica de controles internos da gestão da JMU de forma a identificar, avaliar e gerenciar os riscos que possam atingir os processos de trabalho e os objetivos da Instituição.

Atualmente, a JMU considera que os controles internos da gestão poderão ser realizados por servidores responsáveis tanto pelo gerenciamento quanto pela operacionalização das atividades do STM e, também, pelas 12 Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs), que por sua vez abrigam uma ou mais Auditorias da JMU, os órgãos de Primeira Instância.

Sendo assim, os objetivos dos Controles Internos da JMU são:

1. Garantir o alcance dos objetivos estratégicos do STM e dos órgãos de 1ª Instância (Auditorias da JMU);
2. Assegurar que as metas organizacionais sejam atingidas, aumentando a eficiência, a eficácia e a efetividade operacional;
3. Possibilitar a conformidade das atividades com as leis, normas, planos e programas, propiciando integridade e confiabilidade das informações geradas;
4. Assegurar que as informações geradas pela JMU e veiculadas sejam íntegras e confiáveis, cumprindo, dessa forma, as obrigações de transparência e a prestação de contas;
5. Proteger bens, ativos e recursos públicos contra o desperdício, perda, mau uso, dano e apropriação indevida.

Com a implantação completa do Plano do Projeto de Gestão de Riscos, o órgão almeja executar regras e procedimentos que direcionem as ações individuais na implementação da Política de Gestão de Riscos, a fim de assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas, ensejando, assim, o cumprimento da Resolução STM nº 257/2018, que institui a Política de Gestão da JMU.

A JMU tem ciência de que essas atividades devem estar distribuídas em toda a sua estrutura, em todos os níveis e em todas as funções, referindo-se, assim, aos controles preventivos e detectivos, podendo ser implementadas de forma manual ou automatizadas (com auxílio dos sistemas SEI e e-Proc).

RESULTADOS DA GESTÃO

CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de risco consiste no processo pelo qual o risco é medido ou estimado, sendo desenvolvidas estratégias para evitá-lo, reduzi-lo ou mitigá-lo. Além disso, para um gerenciamento eficaz, é fundamental que os riscos sejam quantificados, visando eliminar ou reduzir as possíveis perdas, bem como maximizar o aproveitamento das oportunidades de ganhos e geração de valor para os servidores e para a organização. Na JMU, a Gestão de Riscos está consubstanciada no Planejamento Estratégico - Exercício 2012/2020, tendo como um dos seus objetivos estratégicos o aperfeiçoamento e modernização da gestão, da estrutura administrativa e das ações de controle.

Vale destacar que, a fim de dar continuidade ao processo de implantação da Gestão de Riscos na JMU, iniciado em 2018, foram alterados em 2019 alguns produtos dos ciclos de implantação apresentados no Projeto Estratégico, o qual prevê além dos ciclos, as iniciativas e ações a serem executadas.

Frisa-se, ainda, que o Sistema de Gestão de Riscos da JMU está sendo implementado, inicialmente, no âmbito do Superior Tribunal Militar por meio de ações desenvolvidas pela SECIN, em parceria com a Presidência do Superior Tribunal Militar (PRSTM), a Diretoria-Geral (DIREG) e suas unidades subordinadas.

CICLO V-PRODUTO 5
Manual com a metodologia para a Gestão de Riscos da JMU

CICLO IV-PRODUTO 4
Capacitação dos Servidores pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil-IIA

CICLO III-PRODUTO 3
Estudos e pesquisas para implantação de Sistema de Gerenciamento de Riscos



CICLO I-PRODUTO 1
Normativo sobre Política de Gestão de Riscos da JMU

CICLO II-PRODUTO 2
Estrutura de Governança da Gestão de Riscos na JMU

*CICLO I	*CICLO II	*CICLO III	**CICLO IV	*CICLO V
Elaboração de resolução com a política de gestão de riscos, que deverá integrar o sistema de gestão de riscos da JMU, o qual consiste no conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam a concepção, implementação e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização. A Política de Gestão de Riscos é uma declaração das intenções e diretrizes gerais de uma organização e aplica-se aos órgãos e unidades administrativas, abrangendo os servidores, militares, prestadores de serviço, colaboradores, estagiários, consultores externos e quem, de alguma forma, desempenhe atividades na JMU.	Elaboração de normativo com a definição da estrutura de Governança da Gestão de Riscos na JMU, com o objetivo de apoiar as responsabilidades de governança de riscos e assegurar que a gestão de riscos seja integrada aos processos de gestão, desde o planejamento estratégico até os projetos e processos de todas as áreas, funções e atividades relevantes para o alcance dos objetivos-chaves da organização.	Desenvolvimento de atividades e tarefas de estudo e pesquisa junto aos órgãos da Administração Pública Federal, em especial, junto aos Tribunais Superiores, no sentido de se implantar um <i>software</i> livre, sem custo para o Tribunal, visando à implantação do Gerenciamento de Riscos de forma padronizada, eficaz e efetiva. O objetivo de se implantar um sistema dinâmico de gestão de riscos corporativos, em uma plataforma eletrônica, visa permitir identificar, avaliar, definir posicionamento, gerar planos de ação e monitorar em tempo real a implementação, exposição e mitigação de riscos corporativos na JMU.	Desenvolvimento de atividades relacionadas ao treinamento dos servidores da Secretaria de Controle Interno pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA, com o objetivo de capacitar os participantes em conceitos de riscos, transparência, governança, procedimentos, técnicas e metodologias necessárias para o desempenho das responsabilidades na auditoria interna governamental, como também, técnicas para a execução de auditoria interna baseadas em riscos e controles internos administrativos. Deverá ser desenvolvido em atividades que resultem nos Marcos de Entrega Contratação e Execução em conjunto com o Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA dos seguintes cursos: Marco 1 - Curso Audi 1 / EOP - Ênfase em Órgãos Públicos - IIA / Execução 2019; Marco 2 - Curso COSO ERM 2017 - Execução 2019; Marco 3 - Curso Audi 2 / EOP - Ênfase em Órgãos Públicos - IIA / Execução 2020; Marco 4 - Curso AAC - Autoavaliação de Controles - IIA / Execução 2020; Marco 5 - Curso IA - CM / Execução 2020; Marco 6 - Certificação CGAP e CIA / Execução 2020.	Desenvolvimento de atividades e tarefas de estudo e pesquisa junto aos órgãos da Administração Pública Federal, em especial, junto aos Tribunais Superiores, no sentido de se adotar um Manual de Gerenciamento de Riscos, a fim de padronizar os procedimentos em todas as unidades envolvidas no levantamento de riscos e definir uma metodologia de governança de riscos, respeitando a especificidade desta Justiça Especializada, de forma a ser institucionalizado para ser adotada em todas as unidades da JMU.

* Impacto em todas as unidades do Superior Tribunal Militar - STM, Foros e Auditorias da Justiça Militar da União - JMU.

** Impacto nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno.

RESULTADOS DA GESTÃO

CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em 2018, dado início à execução do primeiro ciclo, foi aprovada, pelo Plenário do STM, a Resolução STM nº 257 (<https://bit.ly/31nythk>), de 12 de dezembro de 2018. De acordo com a Política aprovada, a gestão de riscos da JMU consiste no conjunto de instrumentos de governança e de gestão que suportam a concepção, a implementação, o monitoramento e a melhoria contínua da gestão de riscos em toda Justiça Castrense, compreendendo ainda: política, estruturas organizacionais, planos de relacionamentos, responsabilidades, atividades, processos, capacitação e recursos. Ademais, por meio da política proposta, busca-se assegurar que os riscos de cada área de negócio do STM sejam gerenciados de forma eficaz, eficiente e coerente, além de sistemática, transparente e confiável, com vistas a prover razoável segurança no cumprimento da missão e no alcance dos objetivos estratégicos da JMU.

Dessa forma, pode-se verificar que a adoção dos mecanismos de controle e o processo de implantação da sistemática de gestão de riscos estão em andamento na JMU. Tais ações visam, sobretudo, elevar o grau de maturidade da instituição quanto à avaliação dos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos propostos no PE-JMU.



No Exercício de 2019, com a continuidade do processo de implantação e execução dos ciclos do Projeto Gestão de Riscos, foi dado início ao processo de capacitação dos servidores da Secretaria de Controle Interno e dos gestores do Superior Tribunal Militar com os seguintes treinamentos:

Seminário de Gestão de Riscos - 12 de abril de 2019

Curso Audi 1 / EOP - Ênfase em Órgãos Públicos -

IIA - 26 a 30 de agosto de 2019

Curso COSO ERM 2017 - 13 a 29 de novembro de 2019

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RESULTADOS

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Aprimoramento da Gestão de Pessoas



Aperfeiçoar a gestão de pessoas



Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de magistrados e servidores

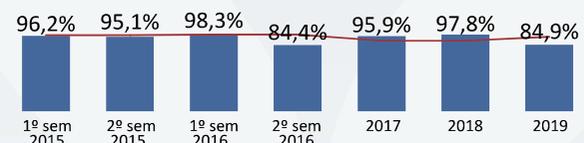


Gestão de Pessoas por Competências: Implantação do método de Gestão de Pessoas por Competências na JMU



Programa de Valorização da 1ª Instância (PROGVALOR): construir, de forma customizada, ações que possibilitem o equilíbrio nas relações de trabalho entre a contribuição do servidor e a da JMU

SATISFAÇÃO COM TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO



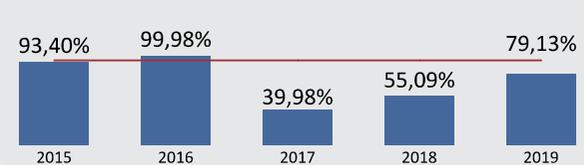
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO



ORÇAMENTO DE CAPACITAÇÃO NAS AUDITORIAS



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPACITAÇÃO



■ Resultado — Meta

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS



CONFORMIDADE LEGAL

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a JMU observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas tanto pelos órgãos do Poder Judiciário (CNIJ), quanto pelos órgãos de controle (Tribunal de Contas da União – TCU).

Dessa forma, por meio do trabalho de orientação das unidades, quanto aos regulamentos aplicáveis (resoluções, julgados etc.), foi possível cumprir as normas sobre a organização judiciária exaradas pelos referidos órgãos.



APONTAMENTOS DO ÓRGÃO DE CONTROLE

Por meio do acompanhamento no sistema e-Pessoal do TCU, são detectados os indícios de irregularidades apontadas pelo respectivo Tribunal, além das auditorias preventivas realizadas periodicamente pela Secretaria de Controle Interno (SECIN). Portanto, todas as diligências e apontamentos dos órgãos de controle são devidamente acompanhados para que sejam prestados os devidos atendimentos pelas unidades envolvidas.



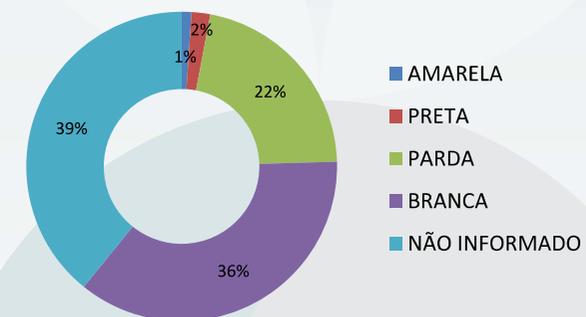
DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O quadro de pessoal da JMU, em razão de seu papel, é bastante diversificado, acarretando a necessidade de diversos perfis profissionais.

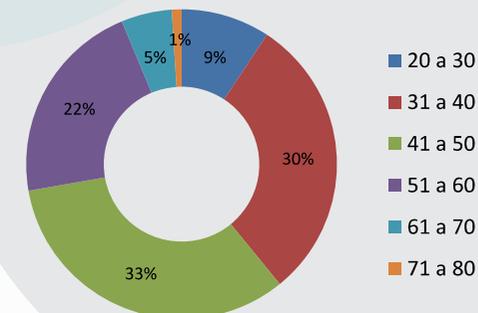
DOS 1.179 SERVIDORES



ETNIA	
AMARELA	12
PRETA	23
PARDA	254
BRANCA	428
NÃO INFORMADO	462
TOTAL	1.179



FAIXA ETÁRIA	
20 a 30	109
31 a 40	352
41 a 50	391
51 a 60	253
61 a 70	62
71 a 80	12
TOTAL	1.179



RESULTADOS DA GESTÃO

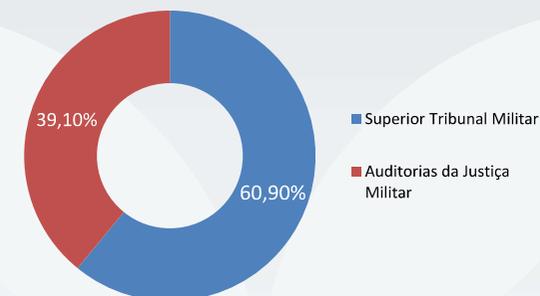
GESTÃO DE PESSOAS



QUADRO DE MAGISTRADOS DA JMU

Distribuição por Situação Funcional				
Ministro	Juiz-Corregedor Auxiliar	Juiz Federal	Juiz Federal Substituto	Magistrado cedido ou afastado para curso de capacitação
15	1	17	19	2
1,27%	0,08%	1,44%	1,61%	0,17%

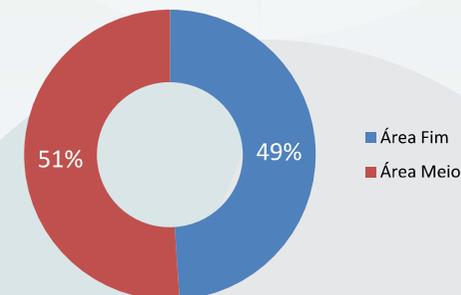
Distribuição dos servidores por unidades de exercício		
Servidores	Superior Tribunal Militar	Auditorias da Justiça Militar
	718	461
	60,90%	39,10%



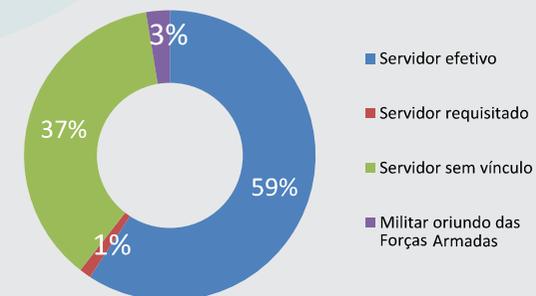
QUADRO DE SERVIDORES DA JMU

Distribuição por Situação Funcional						
Servidor Efetivo	Efetivo Cedido/Exercício provisório em outros órgãos	Requisitado/Exercício provisório na JMU	Militar	Cargos em Comissão sem Vínculo	FC – sem vínculo	Cargos Efetivos Vagos
769	8	10	303	34	1	37
65,22%	0,68%	0,84%	25,70%	2,88%	0,08%	

Distribuição dos servidores por área	
Área Fim	Área Meio
577	602



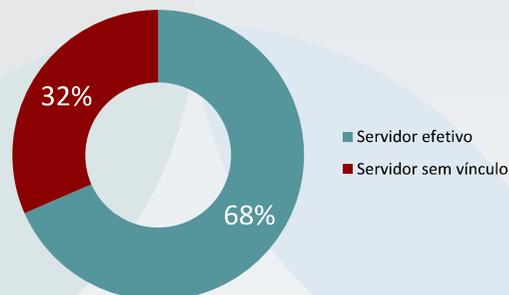
Ocupação dos Cargos em Comissão no STM	
Servidor efetivo	45
Servidor requisitado	1
Servidor sem vínculo	28
Militar oriundo das Forças Armadas	2
Cargos em Comissão vagos	0
TOTAL	76



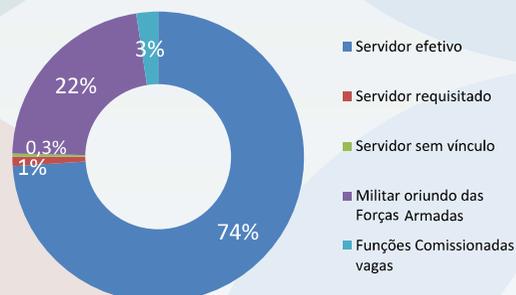
RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

Ocupação dos Cargos em Comissão nas Auditorias	
Servidor efetivo	13
Servidor requisitado	0
Servidor sem vínculo	6
Militar oriundo das Forças Armadas	0
Cargos em Comissão vagos	0
TOTAL	19



Ocupação das Funções Comissionadas no STM	
Servidor efetivo	213
Servidor requisitado	3
Servidor sem vínculo	1
Militar oriundo das Forças Armadas	64
Funções Comissionadas vagas	7
TOTAL	288



Ocupação das Funções Comissionadas nas Auditorias	
Servidor efetivo	43
Servidor requisitado	0
Servidor sem vínculo	0
Militar oriundo das Forças Armadas	0
Funções Comissionadas vagas	0
TOTAL	43

apresentado no gráfico a seguir, observa-se um aumento gradual das despesas com pessoal ao longo dos últimos anos, devido, entre outros fatores, ao reajuste concedido aos magistrados e servidores do Poder Judiciário e ao preenchimento de cargos vagos.

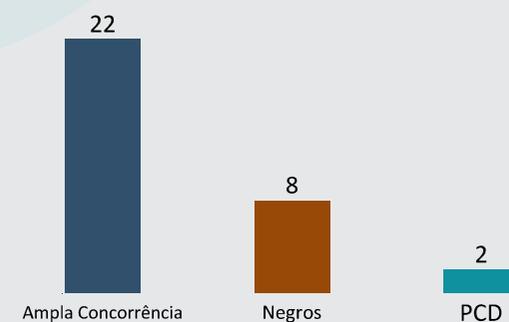
Evolução das Despesas com Pessoal e Benefícios (em milhões)



NECESSIDADE DE RECURSOS HUMANOS

Ao longo de 2019, foram nomeados 32 candidatos aprovados no Concurso STM para provimento de cargos vagos na JMU. As nomeações ocorreram para os cargos de Analista Judiciário (áreas: Administrativa, Análise de Sistemas, Contabilidade e Judiciária) e para os cargos de Técnico Judiciário (áreas: Administrativa e Programação). Vale destacar que a JMU contribuiu para as políticas inclusivas, garantindo a nomeação de candidatos declarados negros e de pessoas com deficiência (PcD)

Nomeações na JMU



Em 2019, a JMU apresentou um gasto de R\$ 188,8 milhões com Pessoal Ativo, R\$ 137,3 milhões com Pessoal Inativo (aposentados), além de despesas com pensões e outros elementos. Conforme

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

A lotação dos novos servidores levou em consideração o perfil das vagas e do candidato nomeado, avaliado por meio do questionário de avaliação comportamental (DISC), entrevistas e análise curricular.

Além das nomeações para o próprio órgão, a JMU também contribuiu para o incremento da força de trabalho do Poder Judiciário como um todo, mediante a indicação de candidatos aprovados no Concurso STM 2017 para nomeação em outros tribunais. Nesse sentido, vinte e sete pessoas aprovadas foram nomeadas em outros órgãos do Judiciário, das quais seis figuram na lista de aprovados para cotistas negros.

Órgão	Candidatos indicados
STF	1
CNJ	2
STJ	5
TSE	3
TJDFT	12
TRE/CE	1
TRE/PA	1
TRF 1ª Região	1
Justiça Federal/PA	1

Movimentação Interna/Remoção

Os institutos de movimentação interna e remoção integram a política de nomeação de servidores. Esses institutos fornecem aos gestores a possibilidade de selecionar, no âmbito do STM/Auditorias, pessoas interessadas em exercer atividades de sua área. É um importante fator motivacional para os servidores, que têm a oportunidade de buscar novos desafios em áreas que tenham afinidade, experiência ou interesse profissional.

Visando valorizar os servidores da JMU, foi realizado o Concurso de Movimentação Interna para preenchimento das vagas existentes no STM. Esse concurso ocorreu por meio de análise curricular e entrevistas, previamente à convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público STM 2017. Assim, foram oferecidas vagas de Técnico e Analista Judiciários em várias unidades do Tribunal: Administração, Orçamento e Finanças, Saúde, Gestão Estratégica, Tribunal Pleno, Pessoal, Controle Interno, Corregedoria e Secretaria Judiciária.

Destaca-se que a remoção permite aos servidores exercerem suas atribuições em cidades diversas das quais foram nomeados, ajustando assim suas necessidades à demanda de pessoal das Auditorias.



CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

O processo de capacitação da JMU encontra-se alinhado ao PE-JMU e ao modelo de Gestão por Competências da Instituição. Em 2019, foi lançado o novo Programa de Capacitação da 1ª Instância (2019/2020), elaborado com base nas oficinas de *design* instrucional realizadas nas Auditorias da Justiça Militar, em decorrência do Programa de Valorização da 1ª Instância (PROGVALOR). Iniciado em 2018, com foco em gestão do clima, capacitação e demais demandas de gestão de pessoas dos juízos, o PROGVALOR tem como premissa a gestão participativa, adotando ferramentas de construção coletiva para planejar ações.

Importante destacar as seguintes ações de capacitação em 2019:

- Iniciou-se o Projeto de Implantação de Gestão de Riscos com os seguintes eventos: Seminário de Gestão de Riscos, Curso Audi 1/EOP – Ênfase em Órgãos Públicos – IIA e Coso ERM 2017 – Enterprise Risk Management;
- Revisão do Planejamento Estratégico com as Oficinas de Diagnóstico Estratégico;
- Revisão e mapeamento das competências gerenciais de forma participativa com os gestores da 1ª Instância e do STM.

Programa de Ambientação (PROAMB): Para receber os novos servidores nomeados em 2019, foram oferecidas várias ações de capacitação na modalidade presencial e a distância. Vale destacar o conteúdo disponibilizado on-line, no Portal da JMU, desenvolvido em formato de trilha de capacitação, que contempla não só novos servidores efetivos, como também gestores, militares cedidos e estagiários que ingressam na instituição em todo o país. Para acolher os novos integrantes de 2019, foram trabalhados conteúdos como: estrutura da JMU, ética, acessibilidade, sustentabilidade, gerenciamento de projetos, comunicação não violenta, entre outros. Até dezembro de 2019, mais de cem pessoas já haviam se beneficiado com o Programa de Ambientação a distância.

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

Alinhada às orientações dos órgãos de controle e com o Planejamento Estratégico, a JMU tem focado no desenvolvimento de sua plataforma de ensino a distância (EaD), de forma a atingir um maior número de servidores e cidadãos nas ações de capacitação.

Importante destacar as seguintes ações da EaD:

-Análise estratégica das tendências voltadas para a inovação das plataformas de EaD e reformulação do portal EAD JMU;

-Desenvolvimento e disponibilização dos cursos: gramática aplicada e questões práticas do pregão eletrônico na JMU. Esses cursos foram realizados em decorrência do PROGVALOR e tiveram participação on-line dos alunos por meio do YouTube.

TOTAL DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PRESENCIAIS **1731**

Área de Conhecimento com valores investidos	Quantidade	Participantes
Tecnologia da Informação	13	66
Judiciária	16	130
Administrativa-Gestão	107	1.161
Línguas	3	4
Responsabilidade Social	1	4
Educação	5	6
Saúde e Qualidade de Vida	5	176
Total		1.547

Área de Conhecimento sem custo	Quantidade	Participantes
Judiciária (PROGVALOR)	2	52
Administrativa-Gestão (PROGVALOR)	4	66
Saúde e Qualidade de Vida (PROGVALOR)	2	66
Total		184

TOTAL DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO A DISTÂNCIA **1045**

Capacitações em EaD com valores investidos	Participações
Desenvolvidas pela JMU – área fim	27
Desenvolvidas pela JMU – área meio	87
Competências gerenciais e transversais	70
Total	184

Capacitações em EaD sem valores investidos	Participações
Desenvolvidas pela JMU – abertos à sociedade em geral	465
Promovidas em parceria com outras instituições	81
Desenvolvidas pela JMU – área fim	4
Desenvolvidas pela JMU – área meio	93
Competências gerenciais e transversais	218
Total	861

CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA EM NÚMEROS

A capacidade operacional da área responsável pela promoção dos treinamentos necessita de aprimoramento em relação à estrutura orgânica e tecnológica de EaD, bem como de fortalecimento da disponibilidade de colaboradores para condução dos cursos de capacitação. Isso compromete a execução do orçamento programado e a implementação das políticas e dos programas propostos.

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

Categoria Orçamentária	Orçamento Programado (R\$)	Orçamento Executado (R\$)*
Treinamentos – STM	705.377,00	660.139,27
Auxílio-Bolsa de Estudo Pós-Graduação	72.265,80	72.265,81
Instrutoria Interna	298.500,00	194.820,95
Gestão por Competências	100.000,00	100.000,00
Treinamentos - Auditorias	145.696,80	145.696,80
Total	1.321.839,60	1.172.922,83

* Valor atualizado ao final do exercício financeiro de 2019



TELETRABALHO

A JMU vem buscando o amadurecimento e a melhoria contínua da gestão do trabalho remoto por meio de várias ações implementadas desde sua criação. Destaca-se a criação da Comunidade Virtual do Teletrabalho. Essa Comunidade consiste em um grupo de discussão que, por meio da plataforma de EaD da JMU e de aplicativo para a troca de mensagens, vem promovendo a interação de servidores em teletrabalho com a instituição e permitindo a troca de informações entre as partes interessadas.

A JMU iniciou em 2019 parceria com o Grupo E-Trabalho, da Universidade de Brasília, sob coordenação da Prof.^a Dr.^a Gardênia Abbad, para realização de pesquisas e a promoção de importantes subsídios para a melhoria contínua e o amadurecimento da gestão do trabalho remoto na instituição, por meio da análise das informações e dos dados levantados pelos pesquisadores, com foco no acompanhamento e desenvolvimento de gestores e servidores. Dentre as atividades desenvolvidas, encontram-se a aplicação de questionários e a realização de entrevistas individuais com teletrabalhadores, além da condução de grupos focais com os gestores sobre benefícios e dificuldades do teletrabalho.

Em setembro, foi realizado o 1º Encontro de Teletrabalho da JMU, com participação presencial e remota (por meio de transmissão simultânea no YouTube) de mais de 100 pessoas. O evento foi concebido de forma colaborativa através da disponibilização de enquete eletrônica ao público-alvo, para coleta de sugestões acerca dos principais pontos a serem abordados. Foram dez horas de capacitação, contemplando painéis, mesas redondas, oficinas e palestras.



GESTÃO DO CLIMA

ORGANIZACIONAL

A JMU preza pela atuação contínua na gestão do clima organizacional, implementando, em 2019, várias ações voltadas à valorização dos servidores e do ambiente de trabalho. O Programa SER MAIS, realizado em parceria com a Assessoria de Cerimonial da Presidência, ofereceu aos colaboradores lotados em Brasília um leque de atividades focadas na melhoria do clima organizacional e no fortalecimento da força de trabalho, em consonância com os pilares do programa: família, integração e equipe, finanças, sociedade e bem-estar.

Além disso, foram realizadas Oficinas de Gestão do Ambiente de Trabalho no STM, focadas em equipes com necessidades de mediação de conflitos, com o objetivo de promover um espaço de escuta e compartilhamento de ideias e sugestões, bem como a construção colaborativa e coletiva de ações que possam impactar positivamente no ambiente de trabalho, valorizando o papel de cada indivíduo no processo de mudança. Para as Auditorias, como continuidade do Programa de Valorização da 1ª Instância, foi iniciado o projeto “Encontros Temáticos”, que consiste em bate-papo realizado por meio de canal no YouTube, com interação simultânea dos participantes, para a discussão de temas relevantes. Por meio do projeto, objetiva-se estreitar e melhorar a comunicação entre os servidores das Auditorias com o Tribunal, além de promover o reconhecimento das equipes e a disseminação de boas práticas.



ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DA JMU - ENAJUM

De acordo com a Resolução nº 220, de 3 de dezembro de 2015, compete a ENAJUM promover a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados da Justiça Militar da União, por meio de cursos oficiais de Formação Inicial, Continuada e de Formadores.

O curso de Formação Inicial visa ao desenvolvimento das competências profissionais do magistrado recém-empossado, integrando os conhecimentos jurídicos adquiridos na formação acadêmica com as

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

competências profissionais necessárias para o exercício da magistratura federal da JMU. Por sua vez, a Formação Continuada visa à atualização e ao aprimoramento técnico-profissional dos magistrados na JMU, por meio de seminários, palestras, painéis e debates envolvendo temas afetos à justiça comum e especializada.

A Formação de Formadores visa desenvolver as habilidades docentes referentes ao planejamento, execução e avaliação de aulas no contexto da magistratura federal da JMU.

O público-alvo da ENAJUM divide-se em:

Ministros	Juíza-Corregedora Auxiliar	Juízes Federais	Juízes Federais Substitutos
15	1	19	19

Em atenção à Resolução nº 220/2015, foi elaborado e executado o Plano Anual de Atividades da ENAJUM de 2019, conforme planilha a seguir:

Capacitação	Orçamento Programado (R\$)	Executado (R\$)	Índice de Execução
Curso de Formação Continuada (EaD)	7.071,44	7.071,44	100,00%
Seminário/Encontro de Magistrados	210.512,69	210.512,69	100,00%
Curso de Formação Continuada	355.799,00	370.337,33	104,08%
Curso de Formação de Formadores	199.150,00	173.851,53	87,30%
Curso de Formação Inicial para Magistrados	11.489,50	31.554,56	275,01%
Curso de Extensão para Ministros	15.000,00	2.225,36	14,84%
9ª Conferência da IOJT	32.402,50	36.370,67	112,25%
Cursos de Pós-Graduação	77.832,00	72.963,55	93,74%
Cursos Requisitados pelos Magistrados	115.400,00	16.736,42	14,50%
Total	1.024.657,13	928.623,55	90,63%

Quanto às áreas de conhecimento e à quantidade de participações dos magistrados nos cursos de capacitação, destaca-se:

Área de Conhecimento com valores investidos	Quantidade	Participações
Judiciária / Cursos Diversos	7	52
Administração e Gestão	1	36
Línguas	1	5
Total	9	93

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



Dar continuidade à execução do Plano de Capacitação da 1ª instância, integrante do Programa de Valorização da 1ª Instância.

Incremento do número de capacitações desenhadas pela Instituição, alinhadas ao Planejamento Estratégico e como modelo de Gestão por Competências da JMU.

Execução do Programa de Desenvolvimento Gerencial, desenhado com base na nova metodologia colaborativa de mapeamento de competências.

Dar continuidade às ações focadas na melhoria do clima organizacional da 1ª Instância e desenvolver iniciativas de melhoria de clima organizacional para o STM.

Melhoria da estrutura da área de EaD e do Sistema Informatizado de Recursos Humanos (SRH)

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RESULTADOS

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Promoção da Qualidade de Vida, da Saúde e das Condições Psicossociais



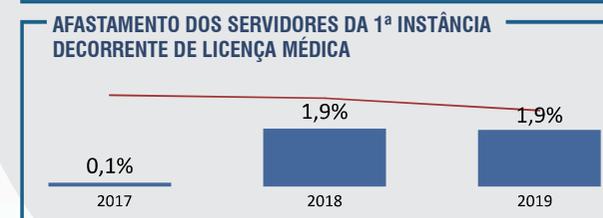
Aprimorar a qualidade de vida, a saúde e as condições psicossociais dos magistrados e dos servidores da JMU



Programa de Valorização da 1ª Instância (PROGVALOR): construir, de forma customizada, ações que possibilitem o equilíbrio nas relações de trabalho entre a contribuição do servidor e a da JMU



Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores: implementação, em caráter permanente, de programas, projetos e ações institucionais voltadas à promoção e à preservação da saúde física e mental do quadro de pessoal da JMU



■ Resultado — Meta

RESULTADOS DA GESTÃO

PROMOÇÃO DA SAÚDE



CONFORMIDADE LEGAL

Os normativos, abaixo, embasam as ações que visam à Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores da JMU, assim como à prevenção de riscos e doenças:

- Resolução CNJ Nº207/15 - Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.
- Resolução STM Nº 258/18- Institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores no Âmbito da Justiça Militar da União.



POLÍTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE NA JMU

Foram implementados, em caráter permanente, programas, projetos e ações institucionais voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental de magistrados e servidores. As ações desenvolvidas visam oferecer uma atenção integral ao corpo funcional da JMU, mediante programas preventivos, assistência direta e levantamento de indicadores que norteiam outras iniciativas de melhoria na área da saúde.



AÇÕES PREVENTIVAS



PROGRAMA STM NA MEDIDA

Prevenção da obesidade e comorbidades associadas

228 Atendimentos realizados pela nutricionista



GINÁSTICA LABORAL

Prevenção de doenças osteomusculares e promoção do bem-estar individual

Em média **99** Colaboradores dedicam, diariamente, alguns minutos à ginástica laboral.



SETEMBRO AMARELO

Palestra e Curso de capacitação sobre o manejo do comportamento suicida

Disponibilização de palestra para todas as Auditorias Militares por meio de plataforma on-line.



ACOMPANHAMENTO PARA PARAR DE FUMAR

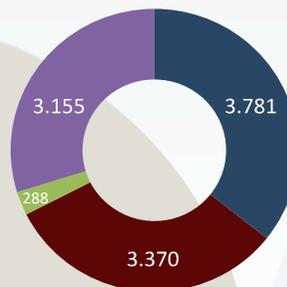
Atuação de equipe multidisciplinar com acompanhamento psicológico ou social e fornecimento de medicamento para auxiliar no tratamento do tabagismo.

Ação continuada



ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

ASSISTÊNCIA DIRETA



- **Atendimentos Médicos**
- **Atendimentos de Enfermagem**
- **Atendimentos Psicológicos**
- **Atendimentos Odontológicos**



INDICADORES E INFORMAÇÕES

Índice de Afastamento de Servidores do STM decorrente de licença médica

(Somatório de dias de afastamento/ (Quantidade de servidores x 365)) x 100

((5850/(586X365)) x 100 = 2,7

Índice de Participação no Exame Periódico de Saúde no STM

(Quantidade de servidores que completaram o exame periódico no ano/ Quantidade total de servidores convidados)

305/586 = 52%



PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA 1ª INSTÂNCIA

Ressalta-se que foi dada continuidade em 2019 ao Programa implantado em 2018 para a construção de ações que visam à melhoria do clima organizacional nas Auditorias da JMU.



RESULTADOS DA GESTÃO

PROMOÇÃO DA SAÚDE



GESTÃO DO **ABSENTEÍSMO**

As ações de saúde têm por objetivo reduzir as doenças mais frequentes constatadas nos Exames Periódicos de Saúde, além das maiores causas de absenteísmo. Programas, como a Campanha de Vacinação, STM na Medida e Ginástica Laboral, são exemplos de ações de prevenção e acompanhamento de patologias comuns no público do STM.

DOENÇAS MAIS FREQUENTES	AÇÃO	OBJETIVO
RESPIRATÓRIAS	Campanha de Vacinação Contra a Gripe	Prevenção de doenças respiratórias tais como: sinusites, infecções de vias aéreas superiores e nasofaringites.
DISLIPIDEMIAS	Programa STM na Medida	Prevenir e tratar a obesidade e comorbidades associadas. Controle de peso e das taxas de colesterol e triglicérides.
OSTEOMUSCULARES	Programa de Ginástica Laboral	Prevenir doenças osteomusculares com exercícios posturais, de força e flexibilidade.

É válido destacar que soma-se às ações descritas a disponibilização na intranet de artigos e infográficos que visam orientar magistrados e servidores com dicas de prevenção e orientações de saúde. Os temas estão sempre relacionados às patologias que mais acometem o público da JMU.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS



As ações desenvolvidas visam oferecer uma atenção integral aos magistrados e servidores da JMU, mediante a implantação de programas preventivos, a assistência direta e o levantamento de indicadores que nortearão outras ações de melhoria na área da saúde para os próximos anos. Dessa forma, o aprimoramento dos sistemas de informação tem sido uma demanda recorrente, uma vez que se fazem necessários programas cada vez mais efetivos, bem como maior integração e comunicação entre os dados gerados pelos diferentes sistemas informatizados.

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RESULTADOS

OBJETIVO

ESTRATÉGIAS

PROJETOS/AÇÕES

INDICADORES

Captação de Recursos e Aprimoramento da Programação e Execução Orçamentária e Financeira



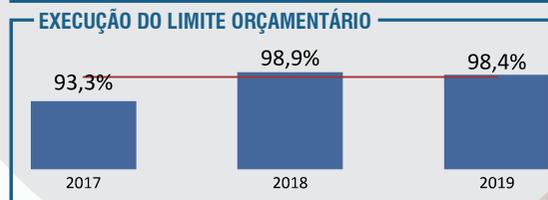
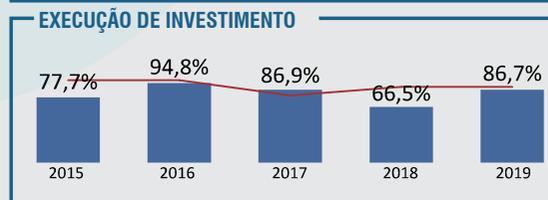
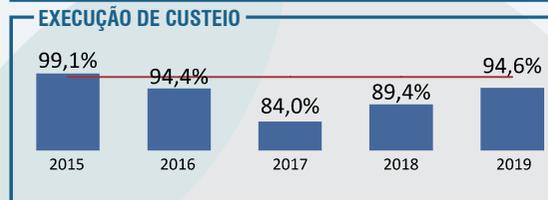
Aprimorar a Programação e Execução Orçamentária e Financeira



Modernização do SIPOC: desenvolver um novo Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle (SIPOC) para a JMU, em plataforma disponível para a internet, atualizando a linguagem de desenvolvimento e banco de dados do sistema



Painel de Custos da Justiça Militar da União – PCJ: acompanhar e produzir informações a respeito dos custos de programas, projetos, ações e eventos para subsidiar o processo de tomada de decisões da JMU



■ Resultado — Meta

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DECLARAÇÃO DO DIRETOR



“ A missão institucional da DORFI é tratar das atividades inerentes à programação e execução orçamentária e financeira, bem como supervisionar o controle orçamentário dos órgãos subordinados. ”

AFONSO IVAN MACHADO

Conforme Resolução STM nº 241, de 9 de maio de 2017, a Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) integra a estrutura do STM, órgão pertencente à JMU. A Diretoria é subordinada à Secretaria do Superior Tribunal Militar, dirigida pela Diretoria-Geral (DIREG).

A missão institucional da DORFI é tratar das atividades inerentes à programação e execução orçamentária e financeira, bem como supervisionar o controle orçamentário dos órgãos subordinados (Resolução STM 241/17).

No contexto do Sistema de Orçamento Federal, a DORFI exerce a função de Setorial de Programação Orçamentária e Financeira da JMU (UG 060025), e as atividades de execução da administração financeira e contábil do STM (UG 060001). Além disso, provê o assessoramento à Presidência do Tribunal e ao DIREG, nas matérias pertinentes a sua área de atuação, mais especificamente, quanto à elaboração, execução e acompanhamento dos planos, programas, orçamento e programação financeira da Justiça Militar da União.

Essas atribuições são concretizadas por intermédio da Coordenadoria de Programação Orçamentária e Financeira (CPROF), a qual realiza o processo de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação orçamentária e financeira da JMU (UG 060025), e por intermédio

da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira (CEOFI), a qual exerce a execução orçamentária e financeira do STM e supervisiona as atividades de natureza fiscal e contábil do Tribunal (UG 060001).

A 1ª instância da JMU é composta por 19 (dezenove) Auditorias da JMU em 14 (quatorze) Unidades Gestoras de Recursos, distribuídas nos seguintes estados: Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Pernambuco, Pará, Mato Grosso do Sul, Ceará e Amazonas.

Essas Auditorias recebem recursos orçamentários e financeiros por provisões e sub-repasses da Unidade Setorial do STM (UG 060025), de forma que possuem autonomia de gestão quanto aos recursos de custeio e investimentos. As despesas de Pessoal e Encargos Sociais da JMU são centralizadas no Superior Tribunal Militar (UG 060001) e geridas por ele com intuito de racionalizar o tamanho da estrutura administrativa das unidades da 1ª instância.

As informações prestadas nesse capítulo são fundamentadas nos principais sistemas gerenciais da Administração Pública Federal, tais como SIAFI e SIOP, além do Sistema Interno de Planejamento, Orçamento e Controle da JMU (SIPOC). A conformidade e confiabilidade das informações desses sistemas foram atestadas nas declarações de conformidade apresentadas pelos gestores responsáveis.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão

da DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo, além dos princípios administrativos que regem a Administração Pública Federal.

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



CONFORMIDADE LEGAL

A Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) desenvolve seus trabalhos com base nos seguintes normativos:

- Lei nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal
- Lei nº 4.320/1964 - Lei de Finanças Públicas
- Emenda Constitucional nº 95/201-Novo Regime Fiscal
- Lei nº 13.707/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Lei nº 13.808/2019 - Lei Orçamentária Anual (LOA)
- Ato Normativo STM nº 65/2014 - Estabelece as diretrizes para a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, orçamento e programação financeira, bem assim do Plano de Ação da Justiça Militar da União (PA/JMU).



CONTEXTO

A análise orçamentária deste Relatório refere-se ao órgão orçamentário código 13000, JMU, o qual agrega as informações do STM e de dezenove Auditorias da JMU, unidades de 1ª instância, todas essas unidades gestoras de execução orçamentária. Destaca-se que, com o

advento da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95/16), de 15 de dezembro de 2016, foi instituído um Novo Regime Fiscal aos Órgãos Federais, aplicável a partir de 2017, com duração de vinte anos, podendo ser revisado após dez anos do início de sua vigência. Conforme os incisos I e II do art. 107 dos Atos de Disposição Constitucional Transitória (ADCT), o limite de despesas primárias para a JMU, no exercício 2019, e subsequentes, foi definido como a despesa primária paga de 2016, acrescida anualmente pelo IPCA, no período de doze meses, encerrado em junho do exercício anterior a que se refere à Lei Orçamentária Anual (LOA). Somado ao limite supracitado, os §§ 7º e 8º do art. 107 do ADCT estabelecem que os Poderes poderiam ser compensados, nos anos de 2017, 2018 e 2019, com um percentual que não excedesse a 0,25% do Limite de despesas primárias do Poder Executivo. Essa compensação seria distribuída entre os órgãos autônomos dos Poderes, conforme os valores autorizados nas leis orçamentárias.

Portanto, a análise da execução orçamentária e financeira deve ser pautada por um viés orçamentário, constante das autorizações de gastos nas leis orçamentárias, e por um viés de controle fiscal, tendo como parâmetro os pagamentos realizados das despesas primárias.



LOA 2019

A Lei nº 13.808/19 (LOA/2019) consignou à JMU autorização de gasto no montante de R\$593.613.268,00. Nesse montante, consta a reserva de contingência financeira, no valor de R\$11.021.438,00. Essa reserva não é passível de execução por esta Corte, de forma que seu valor deve ser abatido das autorizações de gasto. Portanto, a JMU pode efetivamente empenhar o montante de R\$582.591.830,00.

Das dotações autorizadas na LOA/2019, a JMU efetivou alterações orçamentárias que resultaram em um remanejamento de dotações de aproximadamente R\$ 2,5 milhões entre o grupo de despesa de custeio para o de investimento. Sem contabilizar a reserva de contingência financeira, a dotação autorizada no final do exercício, após as alterações orçamentárias, foi segregada em Pessoal e Encargos Sociais (incluindo Benefícios), Outros Custeios e Investimentos representando, respectivamente, R\$ 465,5 milhões, R\$ 108,9 milhões e R\$ 8,3 milhões.

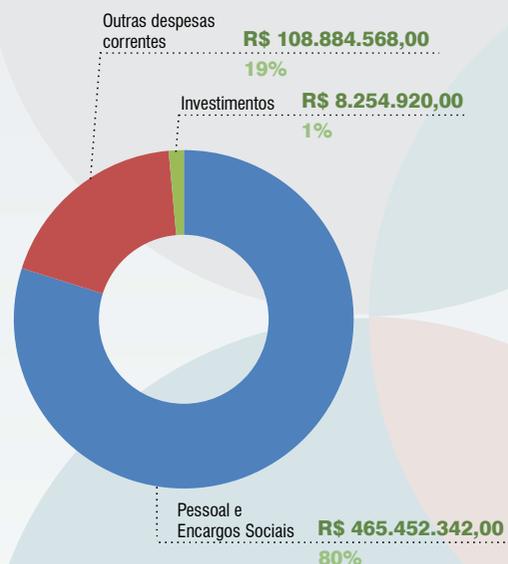


Grupos de despesas	LOA/2019 (R\$)	LOA/2019 + alterações orçamentárias (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	465.452.342,00	465.452.342,00
Outros custeios e capital	117.139.488,00	117.139.488,00
Custeio	111.441.518,00	108.884.568,00
Capital	5.697.970,00	8.254.920,00
Autorização de gasto LOA/2019	582.591.830,00	582.591.830,00
Reserva de contingência financeira	11.021.438,00	11.021.438,00
Total	593.613.268,00	593.613.268,00

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Orçamento autorizado (excluído o valor de contingenciamento)



Com relação à obrigatoriedade da despesa, a LOA/2019 autorizou dotação de R\$ 497.712.854,00 para despesas de caráter obrigatório e R\$ 84.878.976,00 para as de caráter discricionário. Isso representa respectivamente 85% e 15% do orçamento consignado na LOA/2019. As despesas obrigatórias são compostas por Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios. Todas as demais despesas são classificadas como de execução discricionária.



NOVO REGIME FISCAL

O limite de gasto com despesas primárias foi definido para a LOA/2019, conforme art. 27 da Lei nº 13.707/2018, LDO/2019. Esse limite é obtido pela soma das despesas classificadas como primárias obrigatórias e primárias discricionárias.

Descrição	Valor (R\$)
Limite de despesa primária para 2019*	542.545.690,00
Pagamentos realizados em 2019	534.031.497,82
Limite de despesa primária não utilizado em 2019	8.514.192,18
Limite de despesa primária sem compensação do § 7º do art. 107 da EC nº 95/2016 (até 0,25%)	527.401.606,79
Compensação (§ 7º do art. 107 da EC nº 95/2016)	15.144.083,21

Fonte: DORFI/CPROF/SEANP

* A diferença entre a dotação autorizada e o limite estabelecido pela EC 95/2016 é o valor de R\$ 51,07 milhões, correspondente às despesas previdenciárias (R\$ 40,05 milhões) e à reserva de contingência financeira (R\$ 11,02 milhões).

A compensação de limite de despesa primária constante do §7º do art. 107 do ADCT (EC 95/2016) foi incorporada aos orçamentos da JMU nos anos de 2017, 2018 e 2019. Em 2019, esse valor foi de R\$15.144.083,21, o que representa 2,8% do limite de despesa primária para 2019. Esses recursos tiveram por finalidade custear o aumento remuneratório concedido aos Servidores do Poder Judiciário Federal, entre os anos de 2016 e 2019, conforme a Lei nº 13.317/2016.

Segundo relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Poder Judiciário foi compensado com um aumento de limite de despesa primária no montante de R\$ 2.929.135.918,00. A participação da JMU nesse montante foi de 0,5%. Ressalta-se que essa compensação será excluída dos limites de despesa primária desta Corte a partir do exercício de 2020. Dessa forma, o impacto negativo dessa medida será em grande parte absorvido pelas despesas discricionárias, já que o limite de despesa primária não

utilizado não absorve integralmente a perda da compensação de limite.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As ações orçamentárias de Processamento de Causas e Gestão Administrativa, Processo Judicial Eletrônico, Construção do edifício-sede do STM, e Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos compuseram o orçamento de outras despesas de custeio e de capital da JMU.

Em 2019, segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), esta Corte empenhou dotações de outras despesas de custeio e despesas de investimentos, respectivamente, no valor de R\$ 67.224.794,31 e R\$ 7.154.587,87. Quanto aos benefícios, o valor empenhado foi de R\$ 37.834.022,79.

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Grupos de Despesa	Dotação Atualizada (R\$)		
	2017	2018	2019
Pessoal (1) e Benefícios	452.704.294,00	462.705.482,00	503.312.854,00
Outras Despesas Correntes (3)	73.204.231,00	73.916.156,00	71.029.056,00
Investimentos (4)	7.895.276,00	13.429.940,00	8.249.920,00
Reserva Financeira (9)			11.021.438,00
TOTAL	533.803.801,00	550.051.578,00	593.613.268,00

	Empenhada (R\$)		
	2017	2018	2019
	452.123.380,79	458.075.729,55	496.358.757,86
	61.864.528,29	66.033.113,01	67.224.794,31
	5.499.688,52	8.886.556,91	7.154.587,87
	0,00	0,00	0,00
TOTAL	519.487.597,60	532.995.399,47	570.738.140,04

	Liquidada (R\$)		
	2017	2018	2019
	428.702.995,81	453.196.773,52	493.798.013,83
	50.947.897,43	58.067.173,59	55.968.769,71
	3.609.251,18	6.294.809,38	3.469.636,75
	0,00	0,00	0,00
TOTAL	483.260.144,42	517.558.756,49	553.236.420,29

Grupos de Despesa	Pago (R\$)		
	2017	2018	2019
Pessoal (1) e Benefícios	428.684.726,43	453.153.457,22	493.718.247,60
Outras Despesas Correntes (3)	50.855.614,84	57.879.420,11	55.728.548,18
Investimentos (4)	3.609.251,18	6.294.809,38	3.351.359,17
Reserva Financeira (9)	0,00	0,00	0,00
TOTAL	483.149.592,45	517.327.686,71	552.798.154,95

	Restos a Pagar pagos (R\$)		
	2017	2018	2019
	966.275,17	11.699.737,93	2.639.688,18
	7.806.563,50	5.927.026,47	5.900.665,49
	1.221.367,67	1.697.709,39	3.611.867,96
	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.994.206,34	19.324.473,79	12.152.221,63

	Total Pago (R\$)		
	2017	2018	2019
	429.651.001,60	464.853.195,15	496.357.935,78
	58.662.178,34	63.806.446,58	61.629.213,67
	4.830.618,85	7.992.518,77	6.963.227,13
	0,00	0,00	0,00
TOTAL	493.143.798,79	536.652.160,50	564.950.376,58

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA JMU DESCENTRALIZADO 2019

DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR DESTAQUE	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DESPESAS CORRENTES	436.132,17	436.132,17	299.703,78	299.703,78
DESPESAS DE CAPITAL	341.001,82	341.001,82	67.353,27	67.353,27
TOTAL DESCENTRALIZADO	777.133,99	777.133,99	367.057,05	367.057,05

Ressalta-se que a tabela referente à descentralização da execução orçamentária evidencia os termos de cooperação firmados por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), pelo qual a JMU descentraliza seu orçamento para que outros órgãos públicos executem atividades utilizando-se dos valores transferidos. Os órgãos públicos parceiros são: Fundação Universidade de Brasília (FUB), Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército Brasileiro, entre outros.

Destaca-se que, em 2019, encerrou-se a execução orçamentária da ação Desenvolvimento e Implantação do Sistema Projeto Judicial Eletrônico na Justiça Militar da União (PJe). Desde 2017, a JMU vem adaptando o Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais do TRF da 4ª Região (e-Proc) para implantação na JMU. Com a finalização desse processo em 2019, essa ação orçamentária não constará mais da LOA/2020.

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Em 2019, os pagamentos mais significativos, nesta Corte, ocorreram na rubrica de Pessoal, mais especificamente no pagamento de pessoal ativo, seguido do pagamento de pessoal inativo. Essas duas despesas somaram aproximadamente R\$ 326 milhões anuais em pagamentos, 65% dos pagamentos com pessoal ativo e encargos sociais.

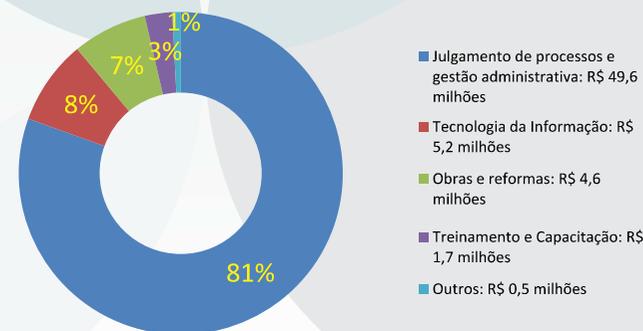
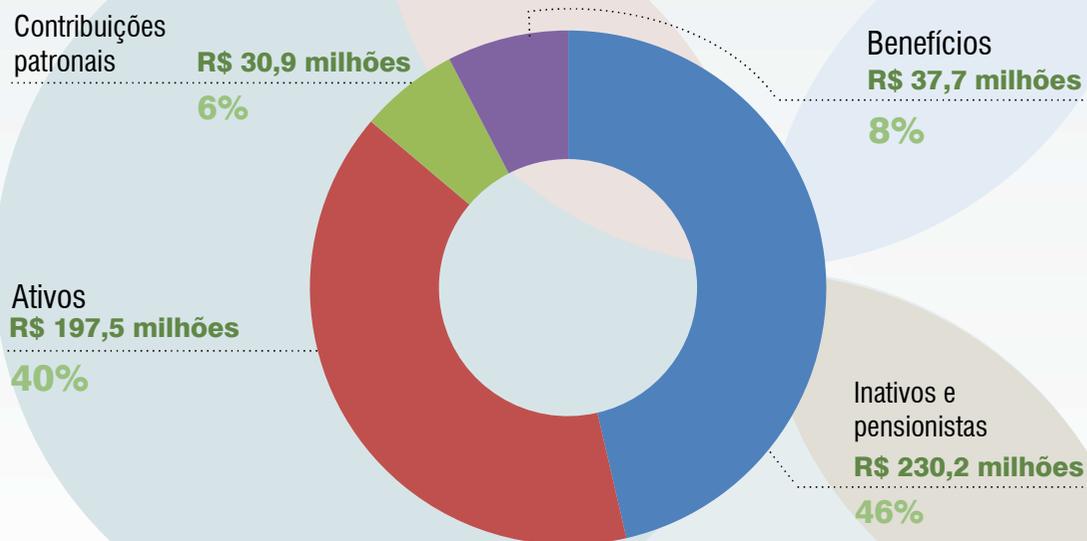
No detalhamento dessas despesas, destacam-se o pagamento em janeiro da última parcela do plano de cargos e salários dos servidores desta Corte (Lei nº 13.317/16), o pagamento de aproximadamente R\$ 8 milhões de reais em passivos de pessoal e o preenchimento de 30 vagas, constante do Anexo V da LOA/2019.

Pessoal e benefícios	Total Pago (R\$ milhões)	Total Pago
319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	188,8	188.769.697,12
319001 - Aposent. RPPS, reser. remuner. e refor. militar	137,3	137.312.927,67
319003 - Pensões do RPPS e do militar	86,7	86.730.006,65
Demais elementos	83,5	83.545.304,34
Total	496,4	496.357.935,78

CUSTEIO

Com relação ao orçamento de custeio, ressaltam-se as despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas e de pessoal terceirizado. Essas duas rubricas atingiram juntas aproximadamente R\$ 46 milhões de reais em pagamentos, sendo que todo o custeio somou R\$ 62 milhões de reais. Isso representa 74% dos pagamentos de custeio. Essas despesas decorrem basicamente da manutenção da estrutura das unidades do STM e da 1ª Instância.

É válido notar que a nova regulamentação para concessão de auxílio-moradia a Membros do Poder Judiciário, conforme a Resolução CNJ nº 274, de 18 de dezembro de 2018, gerou uma economia de recursos da ordem de R\$ 1.800.000,00, já que esse foi aproximadamente o valor empenhado nessa ação orçamentária em 2018.



RESULTADOS DA GESTÃO

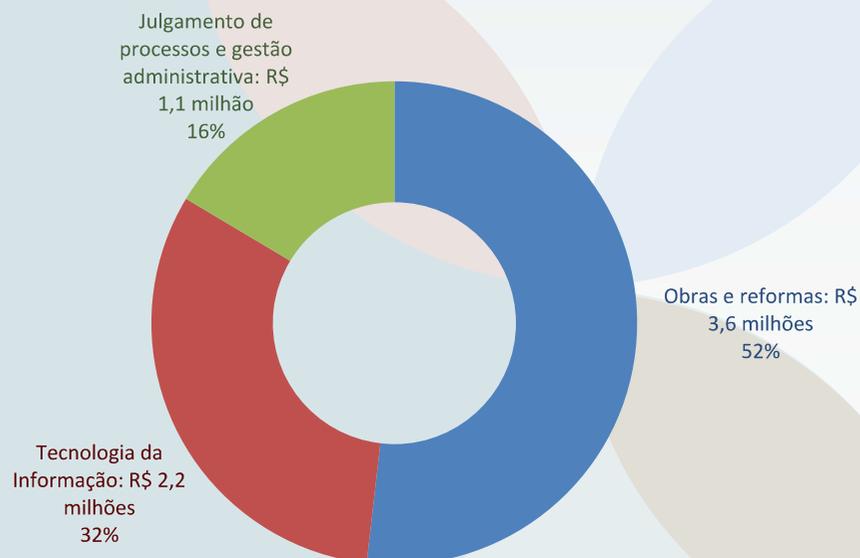
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Outras despesas correntes	Total Pago (R\$ milhões)	Total Pago
339037 - Locação de mão-de-obra	26,0	26.039.571,90
339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	19,5	19.547.222,75
339040 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	7,1	7.089.679,77
Demais elementos	9,0	8.952.739,25
Total	61,6	61.629.213,67

Investimentos	Total Pago (R\$ milhões)	Total Pago
449052 - Equipamentos e material permanente	2,8	2.806.938,40
449039 - Outros serviços de terceiros- pessoa jurídica	1,8	1.770.420,03
449051 - Obras e instalações	1,5	1.499.129,21
Demais elementos	0,9	886.739,49
Total	7,0	6.963.227,13

INVESTIMENTOS

Por fim, os investimentos desta Corte somaram aproximadamente R\$ 7 milhões de reais, sendo a maioria, quase R\$ 2,8 milhões de reais, referentes a despesas com equipamentos e materiais permanentes.



Cabe mencionar que a execução de investimento sofre significativa influência da ação orçamentária de construção do Edifício-Sede do STM. Os projetos básico e executivo foram finalizados pelo Departamento de Engenharia do Exército (DEC), que o apresentou ao Plenário do Superior Tribunal Militar (STM) em outubro de 2019. O projeto foi aprovado e, em seguida, tiveram início as tratativas para a construção do Edifício-Sede.

Tendo em vista as limitações do Novo Regime Fiscal, tornou-se inviável a execução dessa obra com recursos orçamentários consignados na LOA da JMU. Para isso, as unidades técnicas do STM estão trabalhando com a possibilidade de permuta de imóveis e outras formas factíveis para início das obras. Dessa forma, havia aproximadamente R\$ 3 milhões de reais inscritos em restos a pagar nessa ação orçamentária, dos quais R\$ 2,5 milhões de reais foram pagos e R\$ 400 mil reais foram cancelados. Ressalta-se, ainda, que foi excluída a ação orçamentária da Construção do Edifício-Sede da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM). Isso se deveu à suspensão dos projetos básicos para execução da obra.

SISTEMA DE CUSTOS

Aspectos Normativos

O art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece que a Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011, dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Federal. Esse Sistema visa evidenciar os custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal.

O Sistema de Custos do Governo Federal é integrado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central, e pelas unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União, como órgãos setoriais. As unidades de gestão interna do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público da União poderão integrar o Sistema de Custos do Governo Federal como órgãos setoriais.

Normas e estruturação na Justiça Militar da União

A Portaria nº 142 – DIREG, de 19 de julho de 2010, instituiu o Comitê de Análise e Avaliação das Informações de Custos (CAAIAC), para avaliação e validação dos relatórios de informações de custos gerados por meio do Sistema de Informações de Custos (SIC) do Governo Federal.

Em 2015, foi criada na Secretaria de Planejamento do STM (SEPLA/STM) a Seção de Informações de Custos e Despesas (SICDE)

A Resolução nº 241, de 9 de maio de 2017, criou o Setor de Informações de Custos e Despesas (SICDE) dentro da estrutura da Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI).

Por meio do sistema *Qlik View*, em 2018, o SICDE elaborou o Painel de Custos da Justiça Militar da União (PCJ).

ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

O PCJ possui uma seção na qual são apresentados os custos do Superior Tribunal Militar separados por área de atuação. São apresentados nessa seção os seguintes custos diretos e indiretos: Pessoal ativo, diárias, passagens e material de consumo (custos diretos) e serviços de saúde, apoio administrativo, demais serviços prediais, limpeza, copa e cozinha, água e esgoto, energia elétrica, telefonia e depreciação de bens móveis e imóveis (custos indiretos).

Os custos diretos são aqueles em que é possível a alocação direta ao centro de custo. Os custos indiretos foram alocados seguindo um critério de rateio, que, nesse caso, foi o valor proporcional ao número de servidores de cada área do STM.

A metodologia completa adotada na construção do PCJ, bem como, conceitos importantes a respeito

da gestão de custos, está no manual do painel, que pode ser acessado no seguinte link: <https://bit.ly/3b9CwSY>

Considerando o STM, temos os seguintes custos por área de atuação para o exercício de 2019:



Fonte: SICDE/SEANP/CPROF/DORFI

(Em reais)

Item de custo	Área administrativa	Área judiciária	Custo Total
SERVIÇOS DE SAÚDE	14.368.586,24	8.071.058,81	22.439.645,05
APOIO ADMINISTRATIVO	4.111.810,13	2.305.991,71	6.417.801,84
DEMAIS SERVIÇOS PREDIAIS	2.597.624,35	1.449.858,40	4.047.482,75
DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	2.548.388,09	1.424.242,75	3.972.630,84
LIMPEZA	2.180.485,91	1.223.448,57	3.403.934,48
DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	1.288.856,45	725.118,17	2.013.974,62
COPA E COZINHA	997.186,60	559.566,13	1.556.752,73
ENERGIA ELÉTRICA	920.489,17	515.261,84	1.435.751,01
ÁGUA E ESGOTO	162.541,35	91.013,01	253.554,36
TELEFONIA	77.078,94	42.897,25	119.976,19
Total Geral	29.253.047,23	16.408.456,64	45.661.503,87

Fonte: SICDE/SEANP/CPROF/DORFI

RESULTADOS DA GESTÃO

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

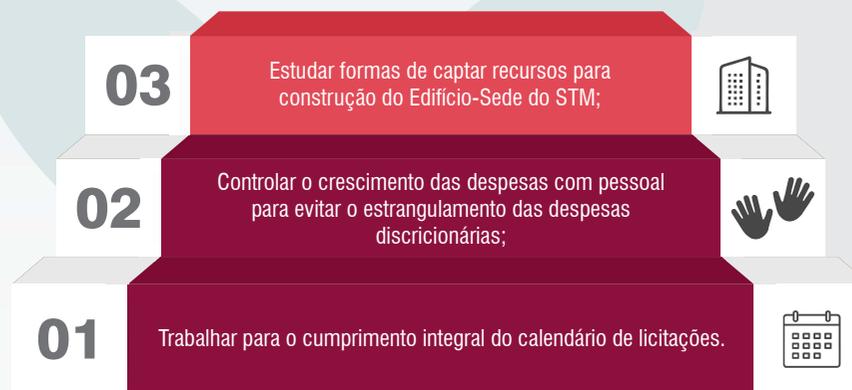
1 **VIABILIZAR** a construção do Edifício-Sede do STM;

2 **ADEQUAR** as despesas frente ao fim da compensação de limite de despesa primária constante da EC 95/16;

3 **RACIONALIZAR** os gastos para evitar grandes impactos na diminuição de dotações para despesas discricionárias, priorizando dotações para investimentos;

4 **PRIORIZAR** dotações orçamentárias discricionárias para a atividade fim, principalmente para as Unidades de 1ª Instância; e

5 **REALIZAR** gestão orçamentária para diminuir as dotações orçamentárias não utilizadas no exercício.



RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

O mundo atual vive em constante evolução, fruto, sobretudo, da expansão da globalização, da integração econômica, do maior engajamento social, do ativismo cultural e da democratização da informação por meio dos diversos instrumentos tecnológicos disponíveis no mercado.

Esse mesmo ambiente de transformação pode ser observado no âmbito da Administração Pública. Cada vez mais, os cidadãos estão conscientes dos seus direitos e deveres. Além disso, a sociedade exige dos órgãos e das entidades públicas a prestação de serviços de qualidade, pautados na eficiência – mais resultados com menos recursos – e na eficácia – alcance dos objetivos propostos –. Da mesma forma, obriga-se que a gestão pública contemporânea esteja ancorada na transparência, na moralidade e na probidade.

Nesse contexto, uma nova agenda de mudança vem sendo implantada no âmbito do Poder Judiciário a fim de promover maior desburocratização nos atos e procedimentos judiciais, por meio da simplificação dos processos, do incentivo à inovação e do aumento da confiança entre o Estado e o cidadão.

Diante disso, são diversos os **riscos** encontrados pela Justiça Militar da União que afetam a sua capacidade de gerar valor no curto, médio e longo prazo, comprometendo assim o alcance dos seus objetivos estratégicos e o cumprimento da sua missão institucional, conforme apresentados a seguir:



Diante disso, faz-se necessário que a JMU adote uma nova cultura administrativa, moderna e versátil, com vistas a prover uma prestação jurisdicional célere e efetiva ao cidadão. Nesse sentido, é fundamental identificar oportunidades futuras que promovam a melhoria dos serviços jurisdicionais prestados aos cidadãos.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



Destaca-se que, conforme apresentado ao longo deste Relatório, para os próximos ciclos de implantação da Política de Gestão de Riscos da JMU, estão previstas as definições das fontes específicas dos riscos de cada área de negócio, bem com as suas probabilidades de impacto visando à construção de estratégias para mitigá-los.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR



PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA

A Seção de Contabilidade possui a atribuição de analisar as contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis, bem como proceder à conformidade contábil das unidades gestoras que integram a JMU, conforme preceitua o Ato Normativo STM nº 012, de 15 de março de 2011. Destaca-se que todo processo de monitoramento e acompanhamento anual é expresso por meio das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e por esta Declaração do Contador, partes integrantes da Prestação de Contas Anual da JMU.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada em consonância com os procedimentos descritos no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal pelo qual são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da JMU são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos da Justiça Militar;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a

arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;

-Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro da Justiça Militar no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;

-Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);

Nota-se, ainda, que essas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Declaração

Denominação Completa (órgão Superior)	Código órgão
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO - JMU	13000

Esta Declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, de 31 de dezembro de 2019, da Justiça Militar da União (JMU).

Esta Declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na

Macrofunção n.º 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração de Fluxo de Caixa e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e com o citado Manual SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2020.

Paulo Daniel Assis de Oliveira

CRC nº DF-023894/O-0

Contador Responsável da Justiça Militar da União

“O gestor público é constantemente desafiado a fomentar boas práticas de gestão para subsidiar sua tomada de decisões, conduzindo-se de forma transparente e ética”

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial da JMU representa uma fotografia da situação patrimonial do Órgão, evidenciando os ativos e passivos, e sua evolução no ano de 2019 em relação a 2018. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pela Justiça Militar da União, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. Já o patrimônio líquido (PL) significa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

Contudo, frisa-se que, para entidades públicas, tais análises devem ser diferenciadas de acordo com a peculiaridade de sua atividade fim. No que tange à JMU, os custos para a manutenção e operacionalização das atividades do Judiciário são descentralizados pelo Poder Executivo da União.

É válido ressaltar, também, que a JMU está na vanguarda na adoção e modificação das políticas



contábeis exigidas pelas primeiras normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, publicadas em 2010.

R\$ Milhares

ATIVO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	53.277	52.797
Caixa e Equivalentes de Caixa	41.748	46.429
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10.594	5.342
Estoques	838	899
VPDs Pagas Antecipadamente	97	126
ATIVO NÃO CIRCULANTE	141.890	152.539
Ativo Realizável a Longo Prazo	46	498
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	46	498
Imobilizado	135.407	146.317
– Bens Móveis	60.497	61.710
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-27.228	-22.644
– Bens Imóveis	110.793	112.253
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	-8.656	-5.002
Intangível	6.439	5.723
TOTAL DO ATIVO	195.167	205.336
PASSIVO EXIGÍVEL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	776	944
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a CP	-	359
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	252	138
Demais Obrigações a Curto Prazo	525	446
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	64.709	279.515
Provisões a Longo Prazo	64.709	279.515
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	65.485	280.459
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018
Resultados Acumulados	129.682	-75.123
Resultado do Exercício	-9.256	346
Resultados de Exercícios Anteriores	-75.123	-104.313
Ajustes de Exercícios Anteriores	214.061	28.844
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	195.167	205.336

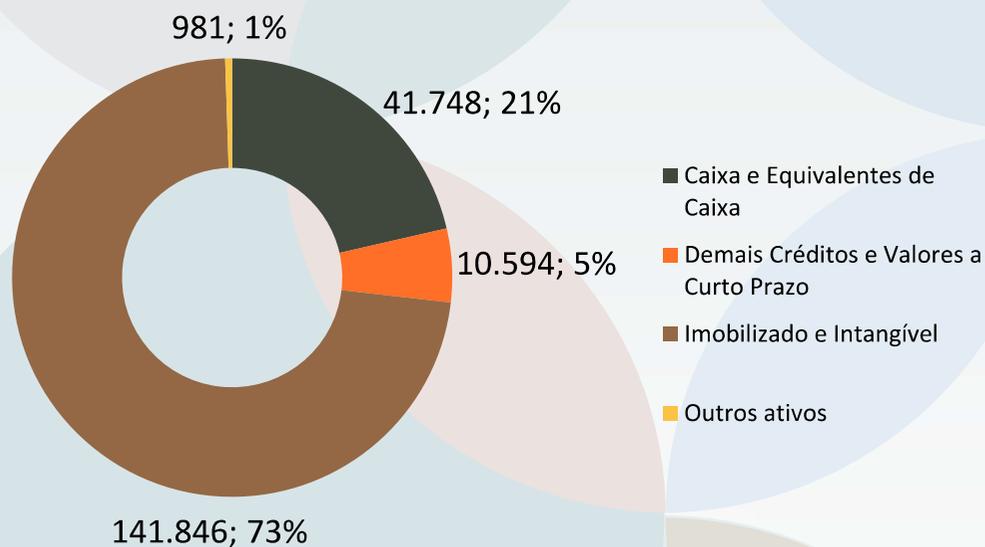
Fonte: SIAFI 2018 e 2019.

Acesse completo em: <https://bit.ly/2SXONDj>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

É válido notar que o órgão possui cerca de 73% do seu ativo total alocado em bens móveis e imóveis que serão utilizados para geração de benefícios futuros para sociedade e na manutenção de suas atividades operacionais. Já os outros 27% do ativo referem-se às disponibilidades financeiras (caixa e equivalente de caixa) e direitos a receber (Demais Créditos e Outros Ativos).

ATIVOS (em R\$ milhares)

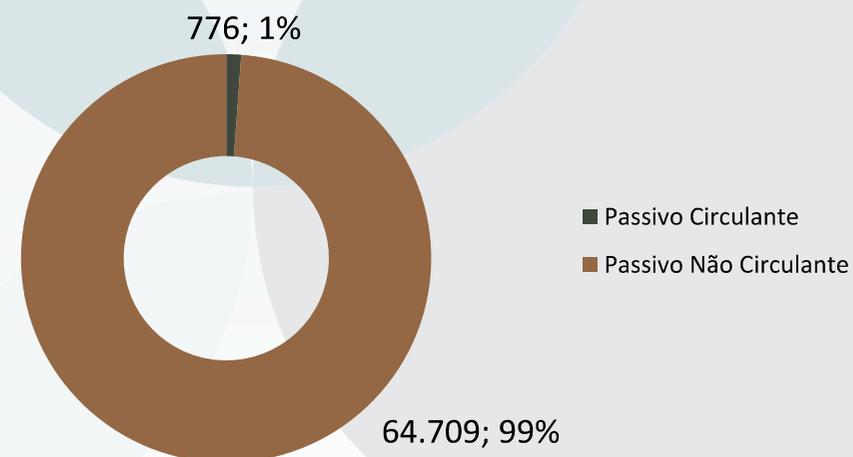


Vale destacar que a JMU vem diminuindo o endividamento de curto prazo ao longo dos exercícios financeiros. Tal diminuição deve-se à nova política de diminuição do estoque de restos a pagar e adoção de novo critério contábil para obrigações com pessoal a pagar, estabelecido pela STN mediante a [Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento](#).

Para os órgãos públicos que realizam o pagamento da folha no próprio mês de referência, como é o caso da JMU, tais obrigações são reduzidas significativamente.



Ressalta-se, também, que 99% do Passivo Exigível da JMU referem-se ao registro por competência das provisões de longo prazo. Esses passivos, reconhecidos pela Entidade como provisões para perdas judiciais e administrativas de longo prazo, totalizavam no valor de R\$ 279.515 mil em 31/12/2018. No exercício de 2019, não houve pagamento desses valores, apenas baixas de valores de passivos da rubrica VPNI - 13,23%, no valor de R\$ 219.879 mil, e atualizações monetárias e/ou recálculos dos valores de passivos das demais rubricas, conforme orientações e procedimentos definidos pela Secretaria de Controle Interno (SECIN) e informações prestadas pela DIPES, resultando em um montante de R\$ 64.709 mil em 31/12/2019.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No exercício de 2019, foram realizados diversos ajustes em contas contábeis de bens móveis, contabilizados como Ajustes de Exercícios Anteriores, tais como baixas de bens que foram objetos de doações, ajustes de saldos de depreciação acumulada, entre outros, com o objetivo de regularizar os saldos patrimoniais com vistas à migração do Sistema de Controle Patrimonial - LICIMAP para o GEAFIN.

Patrimônio Líquido - Superávit acumulado
(em R\$ milhares)



PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA

De acordo com o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit / déficit financeiro é apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

Apesar da mudança contábil quanto à visão patrimonial, o cálculo do superávit financeiro é realizado observando as classificações orçamentárias. O Superávit financeiro dará margem para o Órgão pleitear a abertura de créditos adicionais no exercício financeiro subsequente.

R\$ Milhares

SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Ativo Financeiro	41.748	46.429
Passivo Financeiro	30.294	29.290
SUPERÁVIT FINANCEIRO	11.454	17.139

R\$ Milhares

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	4.796
Recursos Vinculados	6.658
Seguridade Social (Exceto Previdência)	134
Previdência Social (RPPS)	237
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.287
TOTAL	11.454

Vale frisar que o superávit de R\$ 11.454 mil corresponde a valores de disponibilidades financeiras não comprometidas por meio da execução orçamentária no exercício financeiro de 2019. As disponibilidades financeiras não utilizadas diminuíram cerca de 33% em relação a 2018.



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

O resultado patrimonial da JMU acumulado no exercício financeiro de 2019 totaliza um déficit de R\$ 9.256 mil, representando uma redução de R\$ 9.602 mil em relação ao mesmo período de 2018 (superávit de R\$ 346 mil), conforme tabela a seguir:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

R\$ Milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.132.283	1.063.545
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.272	1.084
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	28	6.233
Transferências e Delegações Recebidas	13	17
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desin.de Passivos	1.123.502	1.053.992
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.813	1.675
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	654	544
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.141.539	1.063.198
Pessoal e Encargos	243.004	220.610
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	230.413	224.191
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	91.565	86.705
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	95	113
Transferências e Delegações Concedidas	572.270	529.737
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.704	1.005
Tributárias	271	259
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.215	577
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-9.256	346

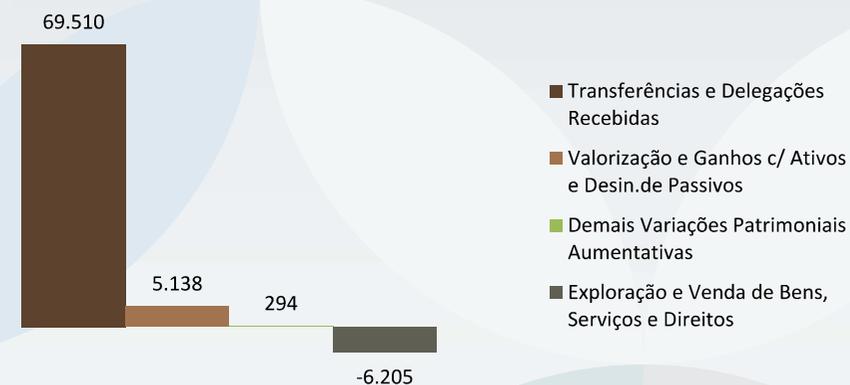
Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Acesse completo em: <https://bit.ly/38J4T8S>

Dentre as variações aumentativas que mais impactaram, destacam-se:

A variação negativa no valor de R\$ 6.205 mil corresponde à atipicidade da arrecadação no exercício de 2018, pois nesse período a JMU realizou concurso público com o fim de provimento de vagas e de formação de cadastro reserva para os cargos de Analista e Técnico Judiciários, auferindo receitas com as taxas de inscrição.

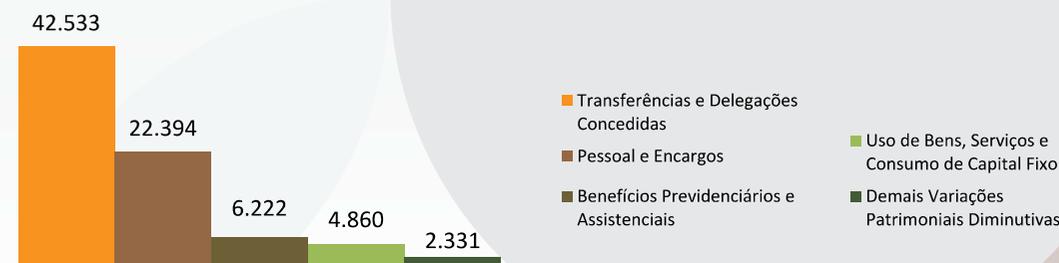
Evolução das Variações Patrimoniais Aumentativas (em R\$ milhares)



Dentre as variações diminutivas significativas, ressaltam-se:

No grupo de despesas com pessoal e encargos sociais, ocorreu um aumento de 10,15% - R\$ 22.394 mil - em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esses saldos são compostos, principalmente, pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial decorrentes da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei n.º 13.317/2016, bem como do reajuste do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – aumento do teto constitucional, aprovado pela Lei n.º 13.752/2018, que refletiu no aumento dos subsídios dos Magistrados de 1ª e 2ª instâncias desta Corte.

Evolução das Variações Patrimoniais Diminutivas (em R\$ milhares)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da JMU apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União (BGU). Sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

A JMU até o quarto trimestre de 2019 comprometeu 98% (R\$ 563.147 mil) do seu orçamento corrente (R\$ 574.337 mil). Desses empenhos pactuados, 81,4 % (R\$ 458.525 mil) referem-se às despesas com pessoal e encargos sociais e 18,6 % (R\$ 104.622 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades.

No tocante ao orçamento de capital, R\$ 8.255 mil foram contratados até o presente momento, sendo que 82,5% (R\$ 6.814 mil) correspondem a investimentos para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Em relação à reserva de contingência, cujo objetivo é sanar dívidas futuras, prováveis e possíveis de acontecerem, todavia incertas, até o presente momento encontram-se autorizados R\$ 11.021 mil.

R\$ Milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		
RECEITAS CORRENTES	632	632	324	-308
Receita Patrimonial	137	137	26	-112
Receitas de Serviços	35	35	2	-33
Outras Receitas Correntes	460	460	296	-164
SUBTOTAL DE RECEITAS	632	632	324	-308
DEFICIT ORÇAMENTÁRIO			569.637	569.637
TOTAL	632	632	569.961	569.329

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Acesse completo em: <https://bit.ly/3bTjWi8>

R\$ Milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					SALDO
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
DESPESAS CORRENTES	576.894	574.337	563.147	549.467	549.147	11.189
Pessoal e Encargos Sociais	465.452	465.452	458.525	456.061	456.051	6.928
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	111.442	108.885	104.623	93.406	93.096	4.262
DESPESAS DE CAPITAL	5.698	8.255	6.814	3.402	3.284	1.441
Investimentos	5.698	8.255	6.814	3.402	3.284	1.441
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.021	11.021	-	-	-	11.021
TOTAL	593.613	593.613	569.961	552.869	552.431	23.652

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Acesse completo em: <https://bit.ly/3bTjWi8>

Destaca-se que o resultado Orçamentário é resultante da relação entre a receita realizada e a despesa empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

É válido notar, também, que os resultados orçamentários dos poderes Judiciário e Legislativo da União são impactados em virtude das suas atividades finalísticas não estarem vinculadas a competência de arrecadação tributária. Diante disso, os valores necessários para seu custeio e manutenção são transferidos pelo Poder Executivo e evidenciados no Balanço Financeiro.

R\$ Milhares

Resultado Orçamentário JMU			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS
RECEITAS CORRENTES	324	DESPESAS CORRENTES	536.147
Receita Patrimonial	26	Pessoal e Encargos Sociais	458.525
Receitas de Serviços	2	Juros e Encargos da Dívida	-
Outras Receitas Correntes	296	Outras Despesas Correntes	104.623
SUBTOTAL DE RECEITAS	324	DESPESAS DE CAPITAL	6.814
	-	Investimentos	6.814
TOTAL	324	TOTAL	569.961
Déficit Orçamentário	569.637		

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

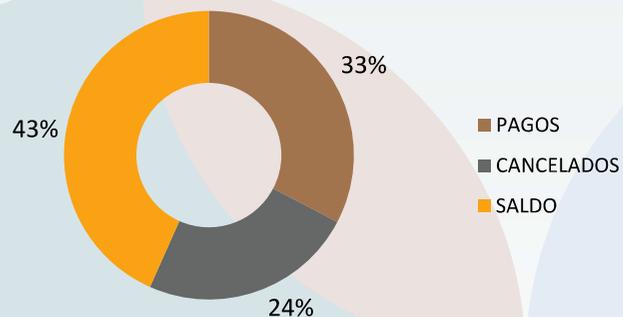
Restos a pagar não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos em 2018 e em anos anteriores, 57% (R\$ 16.485 mil) fazem referência às despesas com pessoal; 33%, a outras despesas correntes (R\$ 9.504 mil); 10%, a despesas de capital com investimentos (R\$ 2.728 mil).

R\$ Milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A)	LIQUIDADOS (B)	PAGOS (C)	CANCELADOS (D)	SALDO A-C-D
DESPESAS CORRENTES	25.989	8.311	8.310	6.705	10.974
Pessoal e Encargos Sociais	16.485	2.559	2.559	4.003	9.923
Outras Despesas Correntes	9.504	5.752	5.751	2.702	1.051
DESPESAS DE CAPITAL	2.728	1.067	1.067	193	1.469
Investimentos	2.728	1.067	1.067	193	1.469
TOTAL	28.717	9.378	9.376	6.898	12.443

Fonte: SIAFI 2019



Foram pagos, até o quarto trimestre de 2019, em torno de 33% (R\$ 9.376 mil) relativos aos restos a pagar não processados da JMU inscritos no exercício de 2018 e anos anteriores. Desses restos a pagar não processados pagos até o momento, 61% (R\$ 5.751 mil) são relacionados a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram liquidadas, ou seja, concluídas em 2018.

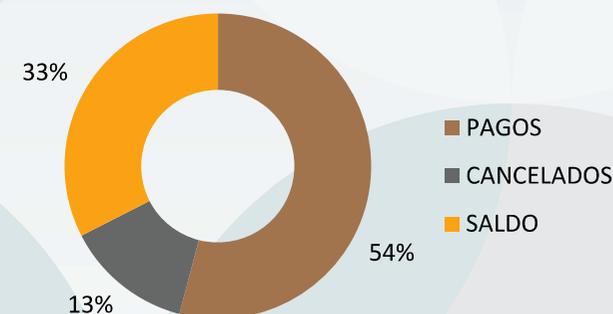
O valor de R\$ 12.443 mil, a ser executado como restos a pagar não processados, encontra-se sujeito aos limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a Emenda Constitucional n.º [95/2016](#).

Restos a pagar Processados

R\$ Milhares

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	372	201	50	121
Pessoal e Encargos Sociais	45	-	45	--
Outras Despesas Correntes	327	201	5	121
TOTAL	372	201	50	121

Fonte: SIAFI 2019



BALANÇO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro da JMU, no período de janeiro a dezembro/2019, foi negativo de R\$ 4.681 mil (R\$ 4.962 mil negativos no mesmo período do exercício anterior). Esse resultado é representado pelo confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da Justiça Militar da União.

Em função das particularidades da JMU, pela observância do princípio de caixa único, é possível verificar também o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Resultado Financeiro

	R\$ Milhares		
	2019	2018	AH
Receitas Orçamentárias	324	6.622	-95,10 %
Despesas Orçamentárias	-569.961	-531.760	7,20 %
Variação	-569.637	-525.138	8,50 %
Transferências Financeiras Recebidas	1.121.441	1.044.426	7,40 %
Transferências Financeiras Concedidas	-566.443	-526.319	7,60 %
Variação	554.998	518.107	7,10 %
Recebimentos Extraorçamentários	19.711	20.975	6,00 %
Pagamentos Extraorçamentários	-9.753	-18.906	-48,40%
Variação	9.958	2.069	381,30 %
Resultado Financeiro do Exercício	-4.681	-4.962	5,70 %

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Acesse completo em: <https://bit.ly/2HFYzD3>

Os recursos concernentes às receitas orçamentárias da JMU em 2019 (R\$ 324 mil) tiveram redução de R\$ 6.298 mil em relação ao valor auferido no ano anterior (R\$ 6.622 mil). Isso ocorreu em virtude do recebimento, em 2018, de taxas de inscrição provenientes do concurso alusivo ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Técnico e Analista Judiciários, realizado naquele ano.

Despesas Orçamentárias

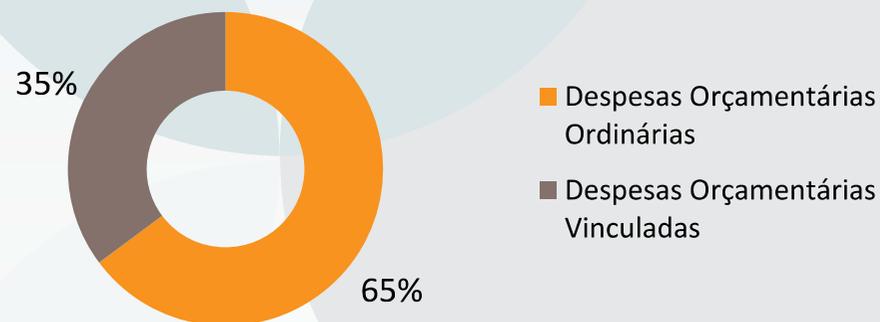
Em 2019, as despesas orçamentárias vinculadas atingiram o montante de R\$ 200.537 mil (R\$ 79.312 mil em 2018), representadas, principalmente, pelos gastos com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no valor de R\$ 123.820 mil (R\$ 68.367 mil em 2018). Já as despesas orçamentárias ordinárias somaram R\$ 369.424 mil em 2019 (R\$ 452.448 mil em 2018), havendo a redução de R\$ 83.024 mil, se comparados os dois períodos, conforme Tabela a seguir:

	R\$ Milhares		
	2019	2018	AH
Despesas Orçamentárias Ordinárias	369.424	452.448	-18%
Despesas Orçamentárias Vinculadas	200.537	79.312	153%
Previdência Social (RPPS)	123.820	68.367	81%
Seguridade Social (exceto Previdência)	76.318	--	--
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	399	10.945	-96%
TOTAL	569.961	531.760	7%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Acesse completo em: <https://bit.ly/2HFYzD3>

As despesas vinculadas com a seguridade social sofreram redução em 2018, em virtude de mudanças na operacionalização do detalhamento da fonte de recursos realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018. Essa situação é relacionada à redução do repasse de recursos do orçamento de fontes vinculadas (0156 e 0169) e ao aumento de repasse em fonte ordinária (0100) para pagamento de despesas com inativos e pensionistas.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

As receitas derivadas e originárias diminuíram, significativamente, em R\$ 6.298 mil no exercício de 2019, devido às receitas auferidas com taxas de inscrição, para o concurso de ingresso na JMU, terem sido contabilizadas no exercício de 2018.

Quanto ao desembolso relativo às atividades operacionais, as despesas com pessoal aumentaram R\$ 29.107 mil em comparação com o mesmo período do ano anterior, em função dos vencimentos e das gratificações de natureza salarial decorrentes, em especial, da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei n.º 13.317/2016, e em decorrência do aumento do teto constitucional, que provocou aumento remuneratório em todas as carreiras da magistratura.

R\$ Milhares

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-330	2.501,09
INGRESSOS	1.123.946	1.056.480
Receitas Derivadas e Originárias	324	6.622
Outros Ingressos das Operações	1.123.622	1.049.858
DESEMBOLSOS	-1.124.276	-1.053.979
Pessoal e Demais Despesas	-525.363	-496.256
Transferências Concedidas	-32.296	-30.940
Outros Desembolsos das Operações	-566.618	-526.783
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.351	-7.464
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-4.351	-7.464
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.464	-7.125
Outros Desembolsos de Investimentos	-887	-338
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.681	-4.963
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	46.429	51.391
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	41.748	46.429

Fonte: SIAFI 2018 e 2019. Acesse completo em: <https://bit.ly/2HFZtPX>

A geração líquida negativa de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 4.681 mil, indica o resultado financeiro da JMU no período de janeiro a dezembro/2019. O saldo da conta caixa e equivalentes de caixa final, no valor de R\$ 41.748 mil, representa o saldo de resultado financeiro que será levado para o exercício seguinte. Em 2019, o Fluxo de caixa da JMU apresentou uma redução de R\$ 4,7 milhões em relação a 2018.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



REGULARIZAÇÃO PATRIMONIAL

A Justiça Militar da União (JMU), desde o ano de 2010, emite Declarações do Contador com Ressalvas para compor o Relatório de Gestão enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) no tocante ao descumprimento dos normativos contábeis relativos ao controle patrimonial.

Para resolver essas ressalvas, foi elaborado o Plano de Projeto CDESC 0671003 e o respectivo Anexo - Plano de Gerenciamento de Pessoal 0671008, aprovado pela Diretoria-Geral do Superior Tribunal Militar (STM), Despacho DIREG nº 1025376, visando à implantação do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), com o fim de aperfeiçoar e modernizar a gestão patrimonial e de material no âmbito da JMU.

Os trabalhos foram desenvolvidos pelas equipes da Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN), da Diretoria de Administração (DIRAD) e da Secretaria de Controle Interno (SECIN), todas do STM, em parceria com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF da 4ª Região), para adequação do Sistema GEAFIN às necessidades da JMU, que resultaram na migração do Sistema antigo de gestão de material, denominado Sistema de Licitação, Material e Patrimônio (LICIMAP), para o GEAFIN, em julho de 2019, segundo o teor do Memorando COPAM nº 1491019.

Com isso, foi possível que a SECIN, na qualidade de Setorial Contábil da JMU, responsável por orientar as Unidades Gestoras Executoras quanto aos ajustes necessários para a correta classificação patrimonial do material permanente adquirido, realizasse, com as colaborações das Administrações das Auditorias e dos Foros desta Justiça Especializada, os acertos dos saldos contábeis e os lançamentos para regularização da depreciação no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e cooperou com as Áreas do STM para regularizar, quando necessário, os saldos patrimoniais no GEAFIN.

A partir da implementação dessas medidas, a JMU passa a cumprir os normativos contábeis sob o aspecto do controle patrimonial, favorecendo as emissões futuras de Declarações do Contador Sem Ressalvas, com a continuidade das atividades estabelecidas e o aperfeiçoamento do gerenciamento interno de cada Unidade em relação ao seu Inventário, com a conclusão do Projeto, cuja próxima fase é a Implantação Descentralizada do GEAFIN nas Auditorias e Foros, de acordo com a Portaria STM nº

3225/2019 1649805, Processo nº 019012/19-00.01.

Em complemento, destaca-se que a SECIN também subsidiou a Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI) do STM a verificar e a regularizar os saldos patrimoniais e contábeis de bens móveis do STM, bem como a respectiva depreciação, entre o SIAFI e o GEAFIN, de acordo com a Informação SEACO nº 1698656 e Memorando SEACO nº 1698690, Processo nº 001884/19-00.10.

Dessa forma, a SECIN considera concluída a etapa relativa à implementação, migração, conciliação e ajustes contábeis do Plano de Projeto CDESC 0671003, de acordo com a seguinte Tabela, contendo as indicações das Planilhas de Conciliação de Dados SIAFI versus GEAFIN/Depreciação, onde são disponibilizados os saldos de bens móveis conciliados entre o GEAFIN e o SIAFI, por conta contábil, aplicada a devida depreciação, das Unidades Gestoras Executoras das Auditorias e Foros da JMU:

TABELA SECIN/COAVO/SEACO - CONCILIAÇÃO DE DADOS SIAFI VERSUS GEAFIN/DEPRECIÇÃO			
UNIDADES	PLANILHAS DE CONCILIAÇÃO DE DADOS SIAFI VERSUS GEAFIN/DEPRECIÇÃO	PROCESSO	PERÍODO
FORO DA 1ª CJM	1698381	008286/19-00.13	DEZEMBRO/2019
FORO DA 2ª CJM	1696903	009037/19-00.13	NOVEMBRO/2019
1ª AUDITORIA DA 3ª CJM	1691827	009371/19-00.13	NOVEMBRO/2019
2ª AUDITORIA DA 3ª CJM	1691840	006060/19-00.13	NOVEMBRO/2019
3ª AUDITORIA DA 3ª CJM	1695181	009259/19-00.13	NOVEMBRO/2019
AUDITORIA DA 4ª CJM	1691812	000685/19-00.13	NOVEMBRO/2019
AUDITORIA DA 5ª CJM	1691822	009412/19-00.13	NOVEMBRO/2019
AUDITORIA DA 6ª CJM	1691805	004057/19-00.13	NOVEMBRO/2019
AUDITORIA DA 7ª CJM	1693973	002842/19-00.13	DEZEMBRO/2019
AUDITORIA DA 8ª CJM	1691540	002839/19-00.13	NOVEMBRO/2019
AUDITORIA DA 9ª CJM	1698598	004055/19-00.13	DEZEMBRO/2019
AUDITORIA DA 10ª CJM	1691721	003160/19-00.13	NOVEMBRO/2019
FORO DA 11ª CJM	1696037	009261/19-00.13	NOVEMBRO/2019
AUDITORIA DA 12ª CJM	1691858	007556/19-00.13	NOVEMBRO/2019

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base:

-As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

-As instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição, fundamentado na Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) n.º 6/2018, na Portaria Conjunta da STN e da Secretaria de Previdência (SPREV) n.º 7/2018 e na Portaria da STN n.º 877/2018;

-A estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), consoante aos dispositivos constantes da Lei n.º 4320/64 e da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis; e

-As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS), utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União (JMU), abaixo relacionadas, e compõem o Processo de Contas do Governo, a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI):

	Unidades Gestoras	Localização
060001	STM	Brasília/DF
060002	8ª CJM	Belém/PA
060003	10ª CJM	Fortaleza/CE
060004	7ª CJM	Recife/PE
060005	6ª CJM	Salvador/BA
060006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007	9ª CJM	Campo Grande/MS
060017	5ª CJM	Curitiba/PR
060018	1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019	2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
060020	3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021	12ª CJM	Manaus/AM
060025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027	Setorial Contábil	Brasília/DF
060028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o quarto trimestre de 2019.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar esclarecimentos sobre a posição e a mutação do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das Unidades Gestoras integrantes desta Justiça Especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2. Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo PCASP, que nortearam a elaboração dessas Notas Explicativas.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto n.º 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União. Ela é subdividida em: Conta Única Recursos Tesouro Nacional, Conta Única Recursos Previdenciários e Conta Única Recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

·Créditos tributários;

- Créditos não tributários;
- Dívida ativa;
- Transferências concedidas;
- Empréstimos e financiamentos concedidos;
- Adiantamentos; e
- Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Há também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, de construção ou de produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiver vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do Ativo Imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se esses gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período.

Em maio de 2017, a JMU formalizou um contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), desenvolvido e de propriedade do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF da 4ª Região). Ao fim do exercício de 2019, a JMU realizou todos os ajustes para as conciliações dos saldos dos bens móveis constantes do SIAFI e do GEAFIN, bem como a conciliação da depreciação.

A avaliação e a mensuração do Ativo Imobilizado da JMU têm como base o valor de aquisição ou de construção. As inclusões de eventuais gastos adicionais ou complementares podem ser realizadas, pois, com a implementação do GEAFIN, há a possibilidade da alteração do valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil. A depreciação é calculada pelo método linear (sistema de cotas constantes). O prazo de vida útil e o valor residual foram estabelecidos pela Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Ativo Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos que podem ser identificáveis. Na JMU, são os *softwares* destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção,

deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida), seguindo os procedimentos estabelecidos pela Macrofunção SIAFI 02.11.30.

Ativo Intangível - Amortização

A amortização consiste na alocação sistemática do valor amortizável de ativo intangível ao longo da sua vida útil, ou seja, o reconhecimento da perda do valor do ativo ao longo do tempo.

Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, e a despesa de amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado. São exemplos de intangíveis os direitos de exploração de serviços públicos mediante concessão ou permissão do Poder Público, marcas e patentes, *softwares* e o fundo de comércio adquirido.

Mensalmente deve ser contabilizada a amortização desses bens, em conta redutora específica.

O registro, no SIAFI, da amortização dos itens constantes do Ativo Intangível, de todas as Unidades Gestoras desta Corte, será realizado quando a operacionalização plena do módulo patrimonial do GEAFIN estiver concluída. Estudos e funcionalidades necessários ao controle, ao acompanhamento e à mensuração do Ativo Intangível estão sendo providenciados.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

As bases de cálculo para a depreciação, para a amortização e para a exaustão são o custo do Ativo Imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das cotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Verifica-se no tocante aos lançamentos contábeis relativos à depreciação, exaustão e amortização no âmbito da JMU que:

- Inexistem, no balanço da JMU, quaisquer valores e incorporações sujeitos à exaustão;
- As rotinas e registros contábeis das depreciações, conforme esclarecido, foram integralmente regularizadas durante o exercício de 2019; e
- Tendo em vista as rotinas e os procedimentos estabelecidos para a efetiva regularização das depreciações em 2019, decorrentes do Projeto GEAFIN, serão implementadas em 2020 as rotinas necessárias ao acerto contábil das amortizações. Dessa forma, em função da baixa materialidade dos itens sujeitos à amortização (conforme Nota 7, Tabela 7), tal fato, por si só,

não enseja a expedição de declaração do contador com ressalva no presente exercício. Entretanto, caso as Unidades Gestoras e Unidades responsáveis não deem prosseguimento ao término das regularizações iniciadas em 2019 e persistam as inconsistências até o término do exercício de 2020, a inércia da Administração poderá ensejar a expedição de declaração do contador relativa às DCONJMU do exercício de 2020, com ressalva.

As informações da depreciação dos bens móveis da JMU são apuradas por meio do GEAFIN, que utiliza, como regra de cálculo, os seguintes parâmetros:

Método das cotas constantes

Utilização da Tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/SUCON/STN/MF), inserida no Manual SIAFI, Macrofunção SIAFI 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta

MF/MPOG n.º 703, de 10 de dezembro de 2014. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos Sistemas Corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais são:

I - atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

-Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;

-Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; ou

-Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii)

fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas as suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Composição dos Principais Itens das Demonstrações

1.1. Balanço Patrimonial

Nota 1 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa compreendem o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, no valor de R\$ 41.748 mil em 31/12/2019, refere-se aos valores disponíveis para transferências e para liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 41.544 mil – e depósitos e cauções recebidos – R\$ 204 mil.

Tabela 1 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

Identificação da Disponibilidade de Caixa	R\$ milhares	
	31/12/2019	31/12/2018
Fonte 100 – Recursos Ordinários	34.710	38.668
Total de Recursos Não Vinculados	34.710	38.668
Fonte 127 – Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.799	2.468
Fonte 150 – Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	4.531	4.602
Fonte 153 – Recursos Destinados às Atividades-Fins Seguridade Social	133	--
Fonte 156 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	246	365
Fonte 169 – Contrib. Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	10	11
Fonte 300 – Recursos Ordinários – Créd. do Tesouro de Exercício Anterior	42	42
Fonte 350 – Créditos Extraordinários	72	72
Total dos Recursos Vinculados	6.833	7.560
Total da Disponibilidade de Caixa	41.544	46.228
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	204	200
Caixa e Equivalente de Caixa Nacional	41.748	46.428

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 2 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e de magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal (DIPES), por meio do Sistema de Recursos Humanos (SRH), utilizado na elaboração da folha de pagamento.

Tabela 2 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Outros Créditos a Receber - Adiantamento - TED	5.025	--	5.025
Adiantamentos concedidos a pessoal	5.568	5.341	227
- 13º salário	2.622	2.511	111
- 1/3 de férias	2.245	2.152	93
- Salários e ordenados	701	678	23
Suprimento de fundos	--	1	-1
Total	10.594	5.342	5.252

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

O aumento de R\$ 111 mil relativos aos adiantamentos de 13º salário deve-se ao novo critério contábil adotado pela STN por meio da Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento, que estabelece a confrontação mensal entre os saldos dos adiantamentos realizados (Adiantamentos – 13º Salário) e do passivo (13º Salário a Pagar), devendo apresentar saldo apenas em um deles.

Os aumentos nos saldos de adiantamento de 1/3 de férias, no valor de R\$ 93 mil, e de salários e de ordenados, no valor de R\$ 23 mil, ocorreram por motivo de sazonalidade.

Tabela 3 – Outros créditos a receber – Adiantamento – TED - Composição

	R\$ milhares	
	31/12/2019	
Comando do Exército – Departamento de Engenharia e Construção	4.587	
Fundação Universidade de Brasília	154	
Fundação Universidade de Brasília	230	
Senado Federal	54	
Total	5.025	

Fonte: SIAFI 2019

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 3 – Ativo Circulante – Estoques

Em 31/12/2019, a JMU possuía o montante de R\$ 838 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação (R\$ 899 mil em 31/12/2018). O Superior Tribunal Militar (STM - UG 060001) promoveu, em novembro de 2018, a migração do controle de material em estoque para o Sistema GEAFIN, passando a adotar o custo médio ponderado como método de mensuração do material em estoque, em substituição ao Sistema PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair), disponível no Sistema LICIMAP, utilizado até outubro de 2018.

As demais Unidades Gestoras da JMU não registram em estoque os itens de almoxarifado e de material de consumo, tendo em vista sua baixa materialidade, quantidade e relevância, comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas como consumo imediato diretamente em contas de VPD.

Nota 4 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 31/12/2019, foi baixado o saldo relativo às contribuições patronais antecipadas à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp-Jud), realizadas em 27/11/2013. Tratou-se de aporte inicial efetuado pelos órgãos patrocinadores quando da criação dessa Fundação, a título de contribuições futuras. Tais valores foram atualizados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

De acordo com o Protocolo de Compromisso firmado entre a Funpresp-Jud e o Supremo Tribunal Federal (STF) em 18/6/2015, citado na pág. 42, subitem 8.1, do Relatório de Auditoria dos Patrocinadores do ano de 2016, o qual teve por objeto definir o critério de atualização, o prazo e a natureza do mencionado aporte inicial, cujo montante seria compensado em 15 anos, a partir do ano subsequente ao exercício em que o plano alcançasse o Ponto de Equilíbrio Operacional, atingindo em 2018, com a devolução total do aporte realizado em 2013.

Os valores referentes aos depósitos judiciais efetuados (R\$ 46 mil) compõem, ainda, o saldo dos Demais Créditos.

Tabela 4 – Demais créditos e valores a longo prazo – Composição

Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Adiantamento de contribuições futuras - Funpresp Jud	-	453	- 453
Depósitos judiciais efetuados	46	46	-
Total	46	499	- 453

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 5 – Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Móveis e Depreciação

Em 31/12/2019, a JMU detinha o montante de R\$ 33.270 mil em bens móveis (R\$ 39.066 mil em 31/12/2018), sendo R\$ 60.497 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 61.710 mil em 31/12/2018), dos quais se deduz o valor de R\$ 27.227 mil concernente à depreciação acumulada (R\$ 22.644 mil em 31/12/2018).

Em 2019, foram realizadas várias doações de automóveis usados para outros órgãos da Administração Pública, bem como registradas baixas e ajustes no SIAFI de inconsistências geradas pelo antigo Sistema de Controle Patrimonial, o LICIMAP. Foram regularizadas, ainda, mediante registros contábeis, doações processadas em exercícios anteriores, com impacto na conta de Resultado de Exercícios Anteriores (Nota n.º 12).

As conciliações do Valor Contábil Bruto e as depreciações dos bens móveis da JMU foram regularizadas no SIAFI no fim do exercício de 2019. Esse fato aconteceu em função das adaptações necessárias na migração de dados do LICIMAP para o GEAFIN.

O decréscimo de R\$ 1.213 mil no custo de aquisição de bens móveis está relacionado à incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 5 – Composição da Variação dos Bens Móveis

	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Veículos	9.478	11.104	(1.626)
Bens de Informática	21.718	22.289	(571)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.056	9.534	(478)
Bens Móveis em Almoxarifado	1.065	77	988
Demais Bens Móveis	1.283	1.100	183
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.449	3.360	89
Móveis e Utensílios	14.448	14.246	202
Total	60.497	61.710	(1.213)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 6 – Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Imóveis e Depreciação

Refere-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a execução das atividades da JMU, bem como a bens imóveis funcionais geridos por esta Justiça Especializada, compostos pelos seguintes itens:

Tabela 6 – Bens Imóveis – Composição

Bens Imóveis	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Edifícios	49.550	51.459	(1.909)
Imóveis Residenciais/Comerciais	33.841	33.841	--
Obras em Andamento	20.374	20.006	368
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1.462	1.452	10
Instalações	916	849	67
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	89	85	4
Subtotal	110.793	112.253	(1.460)
Depreciação Acumulada	(8.656)	(5.002)	(3.654)
Total	102.137	107.251	(5.114)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela STN em parceria com a SPU. A variação de R\$ 1.909 mil em Edifícios baseia-se na transferência da Sede da Auditoria da 7ª CJM à SPU, em virtude da desocupação do imóvel.

Nota 7 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os *softwares* adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso e os aplicativos desenvolvidos internamente, todos para utilização do Órgão, conforme o Procedimento SIAFI 02.11.30 - Despesas com TI.

Tabela 7 – Ativo Intangível – Composição

Bens Imóveis	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Softwares	6.212	5.497	715
- Softwares com vida útil definida	6.196	5.481	715
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	-
Marcas, direitos e patentes industriais	226	226	-
Total	6.438	5.723	715

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 8 – Passivo Circulante – Pessoal a pagar

Em 31/12/2019, a JMU não apresentava saldo na conta Obrigações trabalhistas, pois os ajustes de confronto das contas de salário a pagar e 13ª a pagar foram realizados de acordo com a Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento - STN (R\$ 359 mil em 31/12/2018).

Esta Justiça Especializada adota o novo critério contábil para obrigações com pessoal a pagar, estabelecido pela STN mediante a Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento. Para os órgãos públicos que realizam o pagamento da folha no próprio mês de referência, como é o caso da JMU, tais obrigações são reduzidas significativamente.

De acordo com a metodologia de cálculo aplicada, ao final de cada exercício financeiro, há a apuração dos saldos resultantes entre as provisões registradas e os adiantamentos concedidos de cada exercício, a fim de evidenciar apenas os saldos de provisões a pagar ou de adiantamento a receber.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em maio de 2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Recursos Humanos (SRH), desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

Nota 9 – Passivo Circulante – Fornecedores e contas a pagar nacionais

Refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

Tabela 8 – Contas a Pagar Credores Nacionais

	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Fornecedores a Pagar	251	138	113
Total	251	138	113

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 10 – Passivo Circulante – Valores Restituíveis

Em 31/12/2019, existia o valor de R\$ 525 mil pertinente às apropriações oriundas da retenção de valores devidos a fornecedores e a prestadores de serviços, bem como a depósitos e a cauções retidos sobre fornecedores por questões contratuais.

Tabela 9 – Passivo Circulante – Demais obrigações a curto prazo – Valores Restituíveis

	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Depósitos Retidos de Fornecedores	299	171	128
Depósitos e Cauções Recebidos	204	200	4
Outros	22	75	(53)
Total	525	446	79

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 11 – Passivo não Circulante – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas

Corresponde ao reconhecimento de passivos decorrentes de decisões administrativas alusivas a despesas com pessoal. Esses passivos, reconhecidos pela Entidade como provisões para perdas judiciais e administrativas de longo prazo, totalizavam o valor de R\$ 279.515 mil em 31/12/2018. No exercício de 2019, não houve pagamento desses valores, apenas baixas de valores de passivos da rubrica VPNI - 13,23%, no valor de R\$ 219.879 mil, e atualizações monetárias e/ou recálculos dos valores de passivos das demais rubricas, conforme orientações e procedimentos definidos pela Secretaria de Controle Interno (SECIN) e informações prestadas pela DIPES, resultando em um montante de R\$ 64.709 mil em 31/12/2019.

Tabela 10 – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Variação
VPI (13,23%)	-	219.879	(219.879)
Complemento PAE	23.950	16.123	7.828
VPNI – Quintos	25.889	25.622	267
ATS Magistrados	287	287	-
URV (11,98%)	5.024	5.349	(325)
Abono Variável - Magistrados	214	562	(348)
Outros Passivos	9.344	11.693	(2.349)
Total	64.709	279.515	(214.806)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 12 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A JMU possuía, em 31/12/2019, resultados acumulados no valor de R\$ 129.682 mil, compostos pela soma do resultado do exercício de 2019 (déficit de R\$ 9.256 mil) e do resultado de exercícios anteriores (déficit de R\$ 75.123 mil), e, ainda, dos ajustes de exercícios anteriores (superávit de R\$ 214.061 mil). No exercício de 2019, foram realizados diversos ajustes em contas contábeis de bens móveis, contabilizados como Ajustes de Exercícios Anteriores, tais como baixas de bens que foram objetos de

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

doações, ajustes de saldos de depreciação acumulada, entre outros, com o objetivo de regularizar os saldos patrimoniais com vistas à migração do LICIMAP para o GEAFIN.

3.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 13 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU acumulado até o quarto trimestre de 2019 totaliza um déficit de R\$ 9.256 mil, representando uma redução de R\$ 9.602 mil em relação ao mesmo período de 2018 (superávit de R\$ 346 mil), conforme tabela a seguir:

Tabela 11 – Resultado Patrimonial

	R\$ milhares		
Resultado Patrimonial	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.132.283	1.063.545	68.738
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.141.538	1.063.198	78.340
Resultado Patrimonial do Período	(9.256)	346	(9.602)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Segundo demonstrado na tabela seguinte, os principais motivos para a redução do resultado patrimonial foi o decréscimo na Exploração e venda de bens, serviços e direitos, no valor de R\$ 6.205 mil, em razão de o saldo no ano de 2018 referir-se a uma receita considerada atípica, conforme Nota 14.

Tabela 12 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

	R\$ milhares		
Variações Patrimoniais Aumentativas	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Transferências e delegações recebidas	1.123.502	1.053.992	69.511
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	28	6.233	(6.205)
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	6.813	1.675	5.138
Contribuições	1.272	1.083	189
Outras variações patrimoniais aumentativas	654	544	110
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	13	17	(4)
Total	1.132.283	1.063.545	68.738
Variações Patrimoniais Diminutivas	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Transferências e delegações concedidas	572.270	529.737	42.533
Pessoal e encargos	243.004	220.610	22.395
Benefícios previdenciários e assistenciais	230.413	224.191	6.222
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	91.565	86.705	4.860
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	2.704	1.005	1.699
Tributárias	271	259	11
Outras variações patrimoniais diminutivas	1.215	577	638
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	95	113	(18)
Total	1.141.538	1.063.198	78.340
Resultado Patrimonial do Período	(9.256)	346	(9.602)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 14 – Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

A variação negativa no valor de R\$ 6.205 mil corresponde à atipicidade da arrecadação no exercício de 2018, pois, neste período, a JMU realizou concurso público com o fim de provimento de vagas e de formação de cadastro reserva para os cargos de Analista e Técnico Judiciários, auferindo receitas com as taxas de inscrição.

Nota 15 – Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2019, a STN adotou nova política contábil para reconhecimento do direito dos recursos financeiros transferidos por meio do Termo de Descentralização (TED). É registrada a apropriação de

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ativo na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora da TED, de recursos orçamentários e financeiros que se encontram vigentes ou ainda não tiveram suas contas prestadas ao Órgão Transferidor.

O montante de R\$ 6.813 mil resulta do reconhecimento de parcerias firmadas entre a JMU e órgãos da Administração Pública Federal.

Nota 16 – Pessoal e Encargos Sociais

No grupo de despesas com pessoal e encargos sociais, ocorreu um aumento de 10,15% - R\$ 22.394 mil - em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esses saldos são compostos, principalmente, pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial decorrentes da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei n.º 13.317/2016, bem como do reajuste do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – aumento do teto constitucional, aprovado pela Lei n.º 13.752/2018, que refletiu no aumento dos subsídios dos Magistrados de 1ª e 2ª instâncias desta Corte.

Tabela 13 – Pessoal e Encargos Sociais

	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Remuneração a Pessoal	194.585	172.799	21.786
Encargos Patronais	33.295	30.838	2.457
Benefícios a Pessoal	14.964	16.359	1.395
Outras VPD – Pessoal e Encargos	160	613	(453)
Total	243.004	220.610	22.394

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Os referidos aumentos, dispostos na Nota n.º 16, causam reflexos também nos benefícios de aposentadorias e reformas, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos, a que tem direito os servidores empossados até 2004, e os ministros aposentados, de acordo com a Tabela seguinte:

Tabela 14 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

	R\$ milhares		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31/12/2019	31/12/2018	Variação
Aposentadorias e Reformas	140.558	134.985	5.573
Pensões	89.440	89.018	422
Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	415	189	226
Total	230.413	224.191	6.222

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 18 – Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A variação monetária dos valores reconhecidos como desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos deve-se à essência dos registros consistir em situações atípicas, como nos casos de diminuição do patrimônio pela baixa de material permanente, identificada em grande parte no saldo dessa conta.

De acordo com o Manual de Administração do Patrimônio e do Material da JMU, periodicamente, é realizado o levantamento de bens suscetíveis de desfazimento para posterior avaliação e destinação.

3.2 Balanço Orçamentário

Nota 19 – Previsão Inicial e Dotação Inicial

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da JMU apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União (BGU). Sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União mediante a descentralização financeira proveniente de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional, o que não é evidenciado no Balanço Orçamentário e, sim, no Balanço Financeiro.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 15 – Orçamento Aprovado 2019 – Composição

R\$ milhares			
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
Receitas Correntes	632	Despesas Correntes	576.894
Receita Patrimonial	137	Pessoal e Encargos Sociais	465.452
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	137	Juros e encargos da dívida	--
Receitas de Serviços	35	Outras Despesas Correntes	111.442
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	35	Despesas de Capital	5.698
Outras Receitas Correntes	460	Investimentos	5.698
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	460	Reserva de Contingência	11.021
Total das Receitas	632	Total das Despesas	593.613

Fonte: SIAFI 2019

Nota 20 – Execução Completa das Despesas Orçamentárias

A JMU, até o Quarto Trimestre de 2019, comprometeu 98% (R\$ 563.147 mil) do seu orçamento corrente (R\$ 574.337 mil). Desses empenhos pactuados, 81,4 % (R\$ 458.525 mil) referem-se às despesas com pessoal e encargos sociais e 18,6 % (R\$ 104.622 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades.

No tocante ao orçamento de capital, R\$ 8.255 mil foram contratados até o presente momento, sendo que 82,5% (R\$ 6.814 mil) correspondem a investimentos para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Em relação à reserva de contingência, cujo objetivo é sanar dívidas futuras, prováveis e possíveis de acontecerem, todavia incertas, até o presente momento encontram-se autorizados R\$ 11.021 mil.

Tabela 16 – Execução Completa da Despesa Orçamentária

R\$ milhares						
Despesas Orçamentárias	Inicial (a)	Atualizada (b)	Empenhada (c)	Liquidada (d)	Paga (e)	Saldo (b-c)
Despesas Correntes	576.894	574.337	563.147	549.467	549.147	11.189
Pessoal e Encargos Sociais	465.452	465.452	458.525	456.061	456.050	6.297
Outras Despesas Correntes	111.442	108.885	104.622	93.406	93.096	4.262
Despesas de Capital	5.698	8.255	6.814	3.402	3.284	1.441
Investimentos	5.698	8.255	6.814	3.402	3.284	1.441
Reserva de Contingência	11.021	11.021	-	-	-	11.021
Total	593.613	593.613	569.961	552.869	552.431	23.652

Fonte: SIAFI 2019

Nota 21 – Fases da execução das Despesas Orçamentárias

Das despesas correntes liquidadas, 99,9% (R\$ 549.147 mil) foram pagas, enquanto que das despesas de capital liquidadas, 92,6% (R\$ 3.284 mil) foram quitadas.

O Valor de R\$ 4.262 mil refere-se à diferença entre a dotação atualizada e a despesa empenhada na aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da Categoria econômica despesas correntes não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Resta saldo de R\$ 1.441 mil, comprometido com despesas de capital não movimentadas.

Tabela 17 – Fases da execução das Despesas Orçamentárias

R\$ milhares						
	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Empenhada (c)	Liquidada (d)	Paga (e)	Saldo (b-c)
Despesas Correntes	576.894	574.337	563.148	549.467	549.147	11.189
Pessoal e Encargos Sociais	465.452	465.452	458.525	456.061	456.051	6.927
Outras Despesas Correntes	111.442	108.885	104.623	93.406	93.096	4.262
Despesas de Capital	5.698	8.255	6.814	3.042	3.284	1.441
Investimentos	5.698	8.255	6.814	3.042	3.284	1.441
Total	582.592	582.592	569.962	552.869	552.431	12.630

Fonte: SIAFI 2019

Nota 22 – Execução dos Restos a Pagar – Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos em 2018 e em anos anteriores, 57% (R\$ 16.485 mil) fazem referência às despesas com pessoal; 33%, a outras despesas correntes (R\$ 9.504 mil); 10%, a despesas de capital com investimentos (R\$ 2.728 mil).

Foram pagos, até o Quarto Trimestre de 2019, em torno de 33% (R\$ 9.376 mil) relativos aos restos a pagar não processados da JMU inscritos no exercício de 2018 e anos anteriores. Desses restos a pagar não processados pagos até o momento, 61% (R\$ 5.751 mil) são relacionados a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram liquidadas, ou seja, concluídas em 2018.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O valor de R\$ 12.443 mil, a ser executado como restos a pagar não processados, encontra-se sujeito aos limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 95/2016.

Tabela 18 – Restos a Pagar Não processados – Composição 2019

R\$ milhares					
Despesas Orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)
Despesas Correntes	25.989	8.311	8.310	6.705	10.974
Pessoal e Encargos Sociais	16.485	2.559	2.559	4.003	9.923
Outras Despesas Correntes	9.504	5.752	5.751	2.702	1.051
Despesas de Capital	2.728	1.067	1.067	193	1.469
Investimentos	2.728	1.067	1.067	193	1.469
Total	28.717	9.378	9.376	6.898	12.443

Fonte: SIAFI 2019

Nota 23 – Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

Do total de restos a pagar processados inscritos em 2018 e em anos anteriores, 12% (R\$ 45 mil) correspondem a despesas com pessoal; 88%, a outras despesas correntes (R\$ 327 mil).

Foram quitados, até o Quarto Trimestre de 2019, em torno de 54% (R\$ 201 mil) relativos aos restos a pagar processados da JMU. Desses restos a pagar processados pagos, 100% (R\$ 201 mil) referem-se a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram pagas em 2018.

O valor de R\$ 121 mil, a serem pagos, encontra-se sujeito aos limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 95/2016.

Tabela 19 – Restos a Pagar processados – Composição de 2019

R\$ milhares				
Despesas Orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores e exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	372	201	50	121
Pessoal e Encargos Sociais	45	-	45	--
Outras Despesas Correntes	327	201	5	121
Total	372	201	50	121

Fonte: SIAFI 2019

3.2 Balanço Financeiro

Nota 24 – Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da JMU, no período de janeiro a dezembro de 2019, foi de R\$ 4.681 mil (R\$ 4.962 mil no mesmo período do exercício anterior), conforme a tabela a seguir:

Tabela 20 – Resultado Financeiro – Composição

R\$ milhares			
	2019	2018	AH
Receitas Orçamentárias	324	6.622	(95,10 %)
Despesas Orçamentárias	(569.961)	(531.760)	7,20 %
	(569.637)	(525.138)	8,50 %
Transferências Financeiras Recebidas	1.121.441	1.044.426	7,40 %
Transferências Financeiras Concedidas	(566.443)	(526.319)	7,60 %
	554.998	518.107	7,10 %
Recebimentos Extraorçamentários	19.711	20.975	6,00 %
Pagamentos Extraorçamentários	(9.753)	(18.906)	(48,40%)
	9.958	2.069	381,30 %
Resultado Financeiro do Exercício	(4.681)	(4.962)	5,70 %

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 25 – Receitas Orçamentárias

Os recursos concernentes às receitas orçamentárias da JMU em 2019 (R\$ 324 mil) tiveram redução de R\$ 6.298 mil em relação ao valor auferido no ano anterior (R\$ 6.622 mil). Isso ocorreu em virtude do recebimento, em 2018, de taxas de inscrição provenientes do concurso alusivo ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Técnico e Analista Judiciários, realizado naquele ano.

Nota 26 – Despesas Orçamentárias

As fontes de recursos vinculadas determinam a destinação dos recursos de acordo com as vinculações legais, desde a arrecadação da receita. Enquanto que as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, tais como pessoal, manutenção e investimentos, bem como para complementar as despesas em áreas nas quais a arrecadação em fontes vinculadas seja insuficiente. Em 2019, as despesas orçamentárias vinculadas atingiram o montante de R\$ 200.537 mil (R\$ 79.312 mil em 2018), representadas, principalmente, pelos gastos com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no valor de R\$ 123.820 mil (R\$ 68.367 mil em 2018). Já as despesas orçamentárias ordinárias somaram R\$ 369.424 mil em 2019 (R\$ 452.448 mil em 2018), havendo redução de R\$ 83.024 mil, se comparados os dois períodos, conforme Tabela a seguir:

Tabela 21 – Despesas Orçamentárias – Composição

	2019	2018	R\$ milhares AH
Despesas Orçamentárias Ordinárias	369.424	452.448	(18%)
Despesas Orçamentárias Vinculadas	200.537	79.312	153%
Previdência Social (RPPS)	123.820	68.367	81%
Seguridade Social (exceto Previdência)	76.318	--	--
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	399	10.945	(96%)
TOTAL	569.961	531.760	7%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

As despesas vinculadas com a seguridade social sofreram redução em 2018, em virtude de mudanças na operacionalização do detalhamento da fonte de recursos realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018. Essa situação é relacionada à redução do repasse de recursos do orçamento de fontes vinculadas (0156 e 0169) e ao aumento de repasse em fonte ordinária (0100) para pagamento de despesas com inativos e pensionistas.

Nota 27 – Transferências Financeiras Recebidas

A descentralização de recursos financeiros acontece mediante a transferência de cota da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão Central de Programação Financeira da STN, para a Setorial Financeira da JMU, representada pela Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI). Por sua vez, essa Diretoria descentraliza, por meio de sub-repasse, os recursos financeiros recebidos para as Unidades Gestoras Executoras do orçamento.

A Cota Recebida em 2019, no valor de R\$ 557.394 mil, corresponde a um acréscimo de R\$ 34.889 mil (6,7%) em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 522.495 mil).

O montante do sub-repasse transferido às Unidades Gestoras Executoras está contemplado na cota recebida. Consequentemente, esse valor é apresentado em duplicidade no Balanço Financeiro extraído do Sistema de Administração Financeira (SIAFI). Quando verificados os demonstrativos consolidados, constata-se a compensação dessa quantia com as transferências financeiras concedidas.

As Transferências Financeiras Independentes da Execução Orçamentária sofreram redução no valor de R\$ 1.037 mil em relação ao período anterior, pois, em maio de 2018, a JMU recebeu transferência financeira para atender a restos a pagar de folha de pagamento no valor de R\$ 1.778 mil.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 22 – Transferências Financeiras Recebidas – Composição

	2019	2018	R\$ milhares AH
Resultantes da Execução Orçamentária	1.120.700	1.042.648	7,5%
Cota Recebida	557.394	522.495	6,7%
Repasse Recebido	--	1	-100,0%
Sub-repasse Recebido	563.306	520.108	8,3%
Sub-repasse Devolvido	--	44	-100%
Independentes da Execução Orçamentária	741	1.778	-58,3%
TOTAL	1.121.441	1.044.426	7,4%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 28 – Transferências Financeiras Concedidas

Do montante de Transferências Financeiras Concedidas resultantes da Execução Orçamentária da JMU no exercício financeiro de 2019, o valor de R\$ 563.306 mil corresponde à quantia descentralizada para as Unidades Gestoras da JMU (R\$ 520.108 mil em 2018).

Tabela 23 – Transferências Financeiras Concedidas

	2019	2018	R\$ milhares AH
Resultantes da Execução Orçamentária	563.947	523.399	7,7%
Repasse Concedido	641	1.237	-48,2%
Sub-repasse Concedido	563.306	520.108	8,3%
Cota Devolvida	--	2.010	-100,0%
Sub-repasse Devolvido	--	44	-100,0%
Independentes da Execução Orçamentária	2.496	2.920	-14,5%
TOTAL	566.443	526.319	7,6%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 29 – Recebimentos Extraorçamentários

A inscrição de restos a pagar não processados relativos às despesas empenhadas e não liquidadas até o último dia do exercício financeiro foi de R\$ 17.091 mil, representando aumento de R\$ 1.779 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 15.312 mil).

Os outros recebimentos extraorçamentários, no valor de R\$ 2.007 mil (R\$ 5.011 mil em 2018), referem-se à regularização de saldo invertido decorrente de procedimentos de reclassificação de pagamentos entre notas de empenho de exercícios diferentes.

Tabela 24 – Recebimentos Extraorçamentários - Composição

	2019	2018	R\$ milhares AH
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	438	231	89,6%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	17.091	15.312	11,6%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	175	421	-58,4%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.007	5.011	-60,0%
Total	19.711	20.975	-6,0%

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 30 – Pagamentos extraorçamentários

O pagamento de restos a pagar não processados no exercício financeiro de 2019 foi de R\$ 9.376 mil, representando a redução de R\$ 8.981 mil em comparação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 18.357 mil).

Tabela 25 – Pagamentos Extraorçamentários - Composição

	2019	2018	R\$ milhares AH
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	202	85	137,6%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.376	18.357	-48,9%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	171	464	-63,1%
Outros pagamentos extraorçamentários	4	--	100%
Total	9.753	18.906	-48,4%

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 26 – Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados – Por Grupo de Despesa

	R\$ milhares	
	2019	2018
1 – Pessoal e encargos sociais	2.559	11.367
3 – Outras despesas correntes	5.751	5.822
4 – Investimentos	1.066	1.168
Total	9.376	18.357

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

3.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nota 31 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

As receitas derivadas e originárias diminuíram, significativamente, em R\$ 6.298 mil no exercício de 2019, devido às receitas auferidas com taxas de inscrição, para o concurso de ingresso na JMU, terem sido contabilizadas no exercício de 2018.

Quanto ao desembolso relativo às atividades operacionais, as despesas com pessoal aumentaram R\$ 29.107 mil em comparação com o mesmo período do ano anterior, em função dos vencimentos e das gratificações de natureza salarial decorrentes, em especial, da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela Lei n.º 13.317/2016, e em decorrência do aumento do teto constitucional, que provocou aumento remuneratório em todas as carreiras da magistratura.

A geração líquida negativa de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 4.681 mil, indica o resultado financeiro da JMU no período de janeiro a dezembro de 2019, evidenciado na Nota n.º 24 do Balanço Financeiro.

Até o fechamento do Quarto Trimestre de 2019, o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa final, no valor de R\$ 41.748 mil, representa o saldo de resultado financeiro que será levado para o exercício seguinte, com evidenciação na Nota n.º 01 do Balanço Patrimonial.

Tabela 27 – Fluxo de caixa das atividades operacionais

	R\$ milhares		
	31/12/2019	31/12/2018	Varição
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(330)	2.501	(2.831)
Ingressos	1.123.946	1.056.480	67.466
Receitas Derivadas e Originárias	324	6.622	(6.298)
Outros Ingressos Operacionais	1.123.622	1.049.858	73.764
Desembolsos	(1.124.276)	(1.053.979)	(70.297)
Pessoal e Demais Despesas	(525.362)	(496.256)	(29.106)
Transferências Concedidas	(32.296)	(30.940)	(1.356)
Outros Desembolsos Operacionais	(566.618)	(526.783)	(39.835)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(4.351)	(7.464)	3.113
Ingressos	--	--	--
Desembolsos	(4.351)	(7.464)	3.113
Aquisição de Ativo Não Circulante	(3.464)	(7.125)	3.661
Outros Desembolsos e Investimentos	(887)	(338)	(548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	--	--	--
TOTAL	--	--	-
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	(4.681)	(4.963)	282
Caixa e equivalentes de caixa inicial	46.429	51.391	(4.962)
Caixa e equivalentes de caixa final	41.748	46.429	(4.681)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONTA VINCULADA

Com o objetivo de adoção de mecanismos de controle dos riscos em contratações que envolvam mão de obra terceirizada, foi adotada a conta-depósito vinculada pelos Órgãos da Justiça Militar da União (JMU), conforme determina o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução CNJ nº 98/2009 e da Resolução CNJ nº 169/2013, cujo texto está atualizado e compilado a partir das redações das Resoluções CNJ nº 183/2013 e nº 248/2018, bem como da Portaria CNJ nº 391/2013.

Assim, a fim de uniformizar os procedimentos operacionais referentes à gestão dos recursos aprovacionados na conta-depósito vinculada, objeto de mitigação de riscos para a União, a Secretaria de Controle Interno do Superior Tribunal Militar (SECIN/STM), consoante às atribuições previstas na Resolução STM nº 241/2017, com o foco em ações preventivas, expediu Recomendações de Controle Interno, descritas na Tabela 1292416, Processo SEI 000566/19-00.13, com a finalidade de implantar a prestação de contas mensal da conta-depósito vinculada de cada um dos contratos da JMU e de disponibilizar ao fiscal/gestor boas práticas para o efetivo desempenho da função de gerir os

recursos da conta-depósito vinculada e suas movimentações.

SITUAÇÃO CONSOLIDADA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS MENSIS DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA À SECIN/COAVO/SEADE, CONFORME AMOSTRAGEM DE JANEIRO A SETEMBRO DO ANO DE 2019, CONSIDERADAS AS VIGÊNCIAS CONTRATUAIS							
UNIDADES	QUANTIDADE DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	TOTAL DEVIDO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSIS DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2019 (A)	PARECERES DE REGULARIDADE SOBRE O TOTAL DEVIDO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS MENSIS	PARECERES DE REGULARIDADE COM RESSALVA SOBRE O TOTAL DEVIDO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS MENSIS	IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE (FALTA DE EXTRATO BANCÁRIO) SOBRE O TOTAL DEVIDO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS MENSIS	PRESTAÇÕES DE CONTAS NÃO ENCAMINHADAS SOBRE O TOTAL DEVIDO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS MENSIS	PRESTAÇÕES DE CONTAS EM ANÁLISE SOBRE O TOTAL DEVIDO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS MENSIS
STM	13	116	35/116	20/116	-	54/116	7/116
FORO DA 1ª CJM*	9	57	-	37/57	-	20/57	-
FORO DA 2ª CJM	4	44	36/44	7/44	-	-	1/44
1ª AUDITORIA DA 3ª CJM	5	39	26/39	11/39	-	2/39	-
2ª AUDITORIA DA 3ª CJM	5	48	29/48	19/48	-	-	-
3ª AUDITORIA DA 3ª CJM	2	11	-	3/11	-	2/11	6/11
AUDITORIA DA 4ª CJM	4	32	20/32	3/32	-	1/32	8/32
AUDITORIA DA 5ª CJM	4	30	30/30	-	-	-	-
AUDITORIA DA 6ª CJM	5	50	22/50	16/50	6/50	2/50	4/50
AUDITORIA DA 7ª CJM	4	36	3/36	33/36	-	-	-
AUDITORIA DA 8ª CJM	5	48	47/48	-	-	1/48	-
AUDITORIA DA 9ª CJM	2	18	6/18	-	-	1/18	11/18
AUDITORIA DA 10ª CJM	3	33	29/33	4/33	-	-	-
FORO DA 11ª CJM	6	65	56/65	-	-	8/65	1/65
AUDITORIA DA 12ª CJM	2	14	7/14	5/14	-	2/14	-
TOTAL	73	641	346/641	158/641	6/641	93/641	38/641

(*) Foi implementada a conta depósito-vinculada no Foro da 1ª CJM em julho/2018, após a Visita de Orientação realizada por esta Secretaria de Controle Interno nesse Juízo, conforme Relatório SEACO 1144391 e as Informações SEADE 1220496 e 123952, Processo SEI 000890/18-01.00.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



VALORES ESTIMADOS E ECONOMIZADOS NO ANO DE 2019

Com o objetivo de atender o art. 70 da CF/88, bem como dispositivos infraconstitucionais, o órgão de Controle Interno atua de forma preventiva, corretiva e detectiva quanto à gestão dos recursos orçamentários da Justiça Militar da União (JMU).

Opera, ainda, em conformidade com orientações emanadas do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando à melhoria dos controles internos administrativos, realizando, assim, gestões perante os órgãos da JMU. Vale ressaltar que o exercício do controle prévio e concomitante pelos órgãos de controle interno tem sido igualmente reconhecido pelo então Ministro-Presidente do TCU, quanto aos expressivos benefícios financeiros ao erário, mensuráveis e não mensuráveis ou quantificáveis, gerando economia em longo prazo e por tempo indeterminado.

Dessa forma, apresenta-se a seguir tabela evidenciando as economias efetivas e potenciais decorrentes das análises de revisões, repactuações e reajustes relativos aos processos concernentes aos reequilíbrios econômico-financeiros.

TABELA SECIN/COAVO/SEADE			
VALORES ESTIMADOS ECONOMIZADOS NO ANO DE 2019, ORIUNDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO			
UNIDADES	ECONOMIA MENSAL	ECONOMIA GLOBAL	GLOSA
STM*	R\$ 42.744,48	R\$ 821.279,03	R\$ 800.938,28
FORO DA 1ª CJM	R\$ 1.268,53	R\$ 8.716,61	-
FORO DA 2ª CJM	R\$ 170,25	R\$ 2.043,00	-
1ª AUDITORIA DA 3ª CJM	R\$ 58,26	R\$ 511,40	-
2ª AUDITORIA DA 3ª CJM	R\$ 24,32	R\$ 291,84	-
3ª AUDITORIA DA 3ª CJM	R\$ 1.404,11	R\$ 10.682,28	-
AUDITORIA DA 4ª CJM	R\$ 579,09	R\$ 6.594,66	-
AUDITORIA DA 5ª CJM	R\$ 3,57	R\$ 42,84	-
AUDITORIA DA 6ª CJM	R\$ 224,60	R\$ 2.695,20	-
AUDITORIA DA 7ª CJM	R\$ 127,99	R\$ 1.535,88	R\$ 123,30
AUDITORIA DA 8ª CJM	R\$ 2.318,18	R\$ 27.818,16	-
AUDITORIA DA 9ª CJM	R\$ 599,72	R\$ 7.196,64	-
AUDITORIA DA 10ª CJM	R\$ 805,45	R\$ 9.665,40	-
FORO DA 11ª CJM	R\$ 908,80	R\$ 10.905,60	-
AUDITORIA DA 12ª CJM	R\$ 373,55	R\$ 4.482,60	-
TOTAL	R\$ 51.610,90	R\$ 914.461,14	R\$ 801.061,58

* Nos valores das economias globais do STM estão inseridas as economias efetivas dos credenciados do PLAS/JMU, no valor de R\$ 630.681,59.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

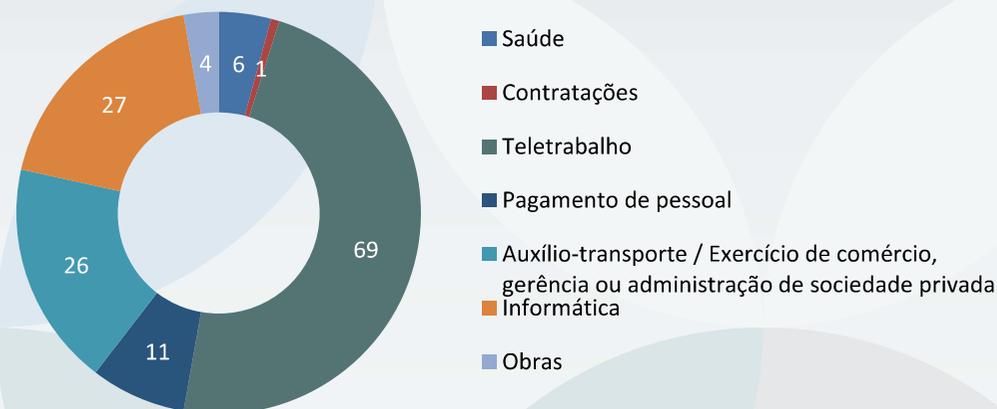
AUDITORIAS E RECOMENDAÇÕES

O Controle Interno exerce suas atividades previstas em regulamento de forma centralizada, não havendo unidades ou subunidades descentralizadas de Auditoria Interna no âmbito da JMU.

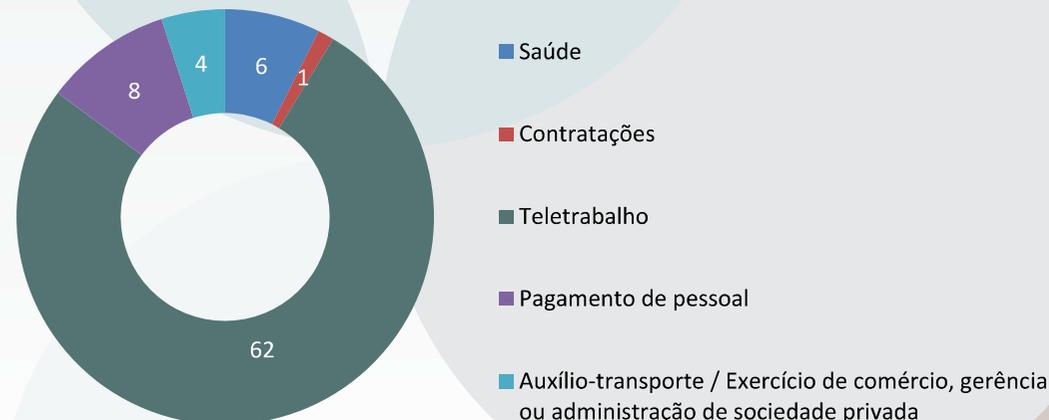
Em 2019, o Controle Interno buscou o aperfeiçoamento contínuo em suas auditorias, levando em consideração o planejamento, as estratégias, os objetivos e as metas da organização, atuando continuamente com a alta administração na busca da eficácia dos atos de gestão, com a conformidade e eficiência necessária, em consonância com o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP/JMU 2018-2021) (<https://bit.ly/38kacvl>) e o Plano Anual de Auditoria (PAA/2019) (<https://bit.ly/31JcVfe>). Assim, os trabalhos previstos no PAA/2019 foram sobre os seguintes temas: 1. Plano de Saúde da JMU; 2. Contratações; 3. Obras; 4. Gestão de Pessoal; e 5. Gestão de Riscos. Nesse sentido, apresentam-se no link a seguir as principais auditorias executadas: <http://bit.ly/39sezoA>

Escopo	Resultado das Principais Auditorias			
	Total de Recomendações	Recomendações Atendidas	Recomendações em Atendimento	Percentual de Cumprimento das recomendações
Obras	4	0	4	0%
Informática	27	0	27	0%
Saúde	6	6	0	100%
Contratações	1	1	0	100%
Pagamento de pessoal	11	8	3	72,73%
Teletrabalho	69	62	7	89,86%
Auxílio-transporte / Exercício de comércio, gerência ou administração de sociedade privada	26	4	22	15,38%
TOTAL	144	81	63	56,25%

Total de Recomendações

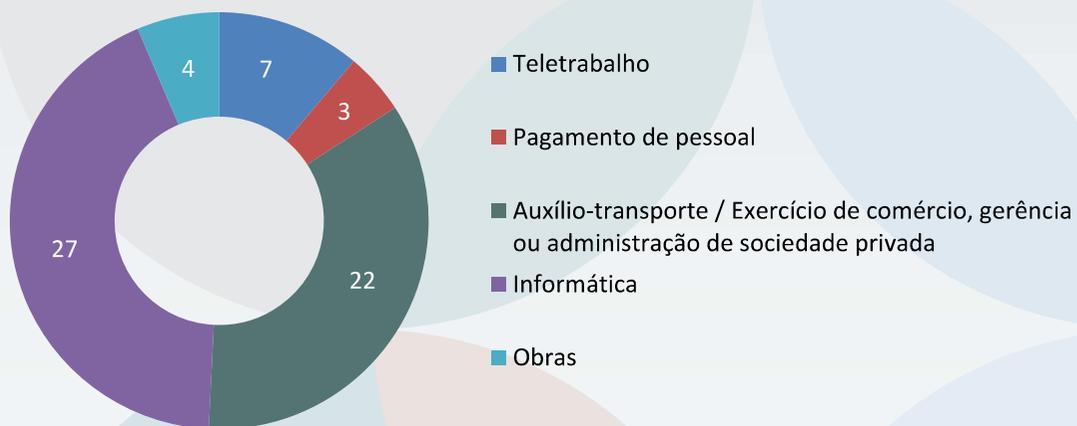


Recomendações Atendidas

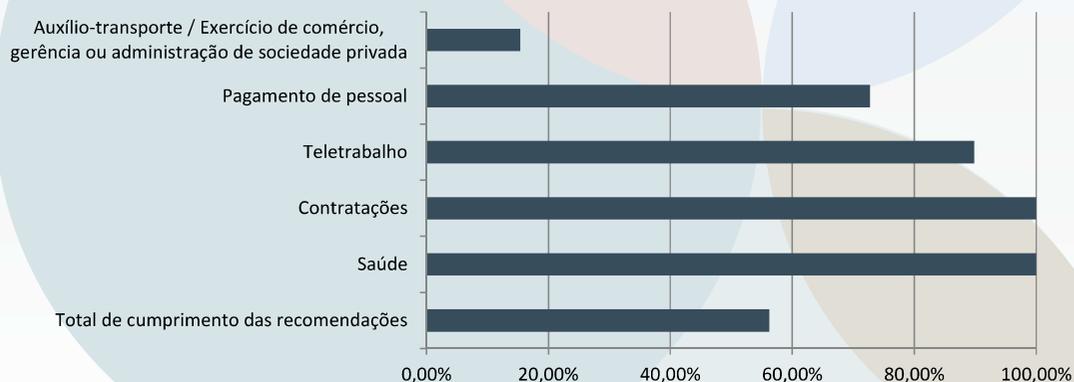


OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Recomendações em Atendimento



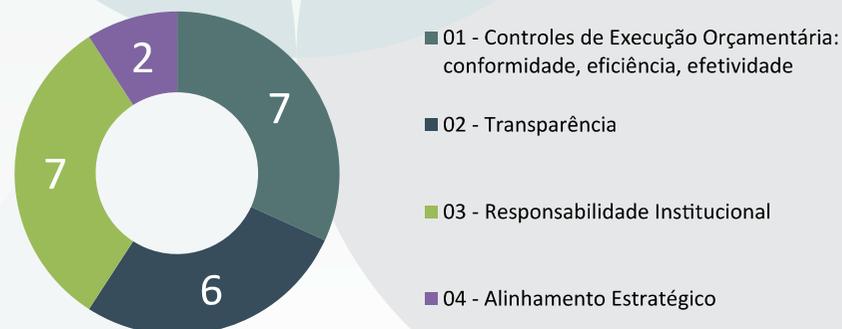
Percentual de Cumprimento das Recomendações



Destacam-se também as duas ações coordenadas, realizadas conforme diretrizes estabelecidas pelo CNJ, a saber: a 1ª Ação Coordenada - Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil; e a 2ª Ação Coordenada - Avaliação da Gestão Documental. Nessas atuações conjuntas foram respondidos 90 questionamentos, devidamente analisados e comentados sobre o escopo, com as devidas evidências e análises.

1ª Ação Coordenada - Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil				
Escopo	Total de Questionamentos	Respondidos, Comentados e Analisados	Não Respondidos	Percentual de Cumprimento
01 - Controles de Execução Orçamentária: conformidade, eficiência, efetividade	7	7	0	100%
02 - Transparência	6	6	0	100%
03 - Responsabilidade Institucional	7	7	0	100%
04 - Alinhamento Estratégico	2	2	0	100%
TOTAL	22	22	0	100%

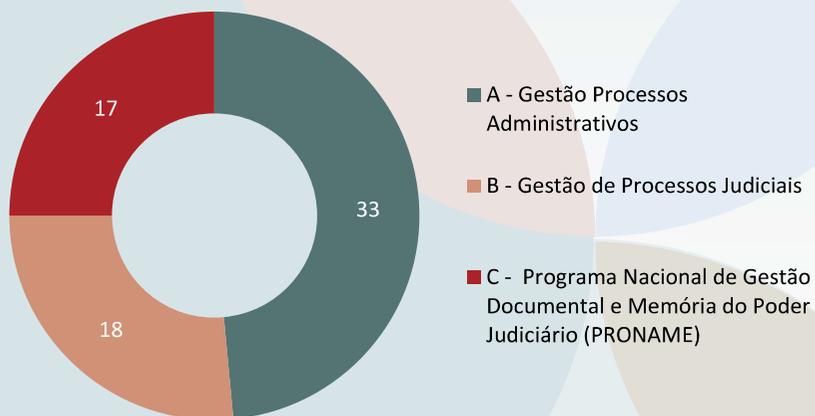
Total de Questionamentos Respondidos, Comentados e Analisados



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

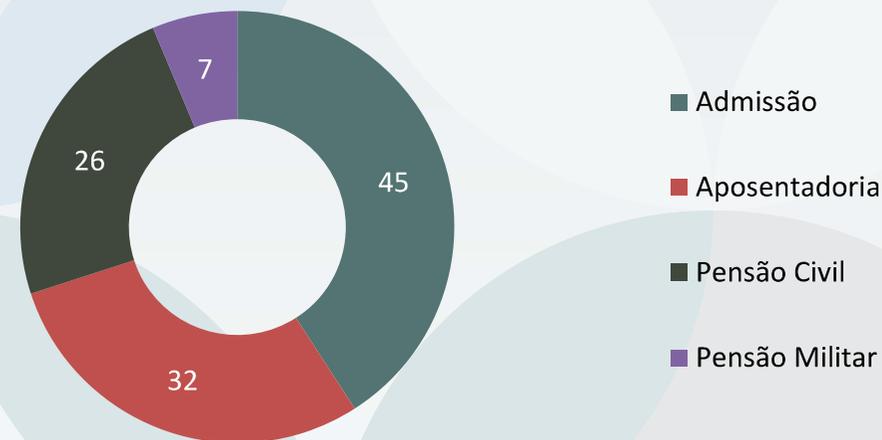
2ª Ação Coordenada Avaliação da Gestão Documental				
Escopo	Total de Questionamentos	Respondidos, Comentados e Analisados	Não Respondidos	Percentual de Cumprimento
A - Gestão de Processos Administrativos	33	33	0	100%
B - Gestão de Processos Judiciais	18	18	0	100%
C - Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME)	17	17	0	100%
TOTAL	68	68	0	100%

Total de Questionamentos Respondidos, Comentados e Analisados



Destacam-se ainda, entre as atividades de relevância, no âmbito interno, a análise e a emissão de parecer de legalidade, após a correção de eventuais inconsistências, de 110 atos de pessoal, conforme figura abaixo:

Atos de Pessoal (sistema e-Pessoal)



Com relação às visitas *in loco*, convém esclarecer que, considerando as restrições orçamentárias enfrentadas por toda a Administração Pública no ano de 2019, não foi possível realizar viagens. Entretanto, os trabalhos foram realizados com auditorias nos sistemas/processos das unidades de regiões geográficas longínquas, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI (sistema de processos administrativos em meio eletrônico) e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

No âmbito da atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), todas as determinações e recomendações endereçadas à Justiça Militar da União foram acolhidas e replicadas pelo Ministro-

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Presidente e pelo Diretor-Geral, sob a forma de determinação de cumprimento ou pedido de esclarecimentos aos gestores do órgão. Em geral, no exercício de 2019, as unidades da JMU atenderam tempestivamente às recomendações, determinações, notificações e solicitações de auditoria encaminhadas pelo TCU e vinculadas à gestão da Justiça Militar.

Principais Acórdãos do TCU			
OBJETO	RELATÓRIO/DOCUMENTO	OBJETIVO	SITUAÇÃO
Acórdão nº 1124/2019 - TCU - Plenário	Tabela SEI nº 1471455 ¹	Avaliação das Orientações contidas nos Acórdãos 2.622/2015-TCU-Plenário, 2.328/2015-TCU-Plenário e 2.339/2016-TCU-Plenário e determinou, ainda, a adoção das medidas necessárias à implementação na sua esfera de atuação.	As Recomendações estão em atendimento
Acórdão nº 6836/2019 - TCU - 1ª Câmara	Tabela SEI nº 1528693 ²	Acompanhamento das providências adotadas pela administração, com vistas ao atendimento das recomendações e esclarecimentos sobre as ocorrências apresentadas pelo TCU no Acórdão nº 6836/2019 - 1ª Câmara – SEI nº 1528684 ³ (TC 027.516/2015-6), o qual julgou as contas anuais da JMU, relativas ao exercício de 2014.	Todas as recomendações foram atendidas

1 <https://bit.ly/38U9SUu> 2 <https://bit.ly/32hn43e> 3 <https://bit.ly/3bYuL2s>

Vale ressaltar que, por meio do Ofício nº 1183/2019-TCU/Selog, de 30/5/2019, o TCU encaminhou cópia do Acórdão nº 1124/2019-TCU-Plenário, de 15 de maio de 2019 (Processo TC-027.478/2017-3), o qual deu ciência dos Acórdãos 2.622/2015-TCU-Plenário, 2.328/2015-TCU-Plenário e 2.339/2016-TCU-Plenário ao CSJT, CJF, TSE e STM para que avaliem as orientações neles contidas e adotem as medidas necessárias à implementação na sua esfera de atuação. Assim, com o objetivo de auxiliar as unidades da JMU na condução dos trabalhos de implementação das boas práticas recomendadas pelo TCU, a SECIN expediu documentos e a Tabela SEI nº 1471455 (código verificador 1471455 e código CRC CB547133), na qual consta a síntese dos principais pontos abordados, bem como a identificação das unidades diretamente relacionadas à condução dos feitos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Acórdão TCU	Recomendações do TCU (analisadas e encaminhadas)		
	Total de Recomendações	Total de Unidades Envolvidas	Percentual de Ciência
2622/2015	45	Todas da JMU	100%
2328/2015	9	5	100%
2339/2016	8	5	100%
TOTAL	62		

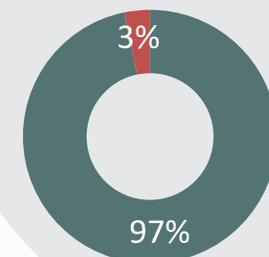
Fonte: Tabela SEI nº 1471455 <https://bit.ly/38U9SUu>

Quanto ao Acórdão nº 6836/2019-TCU- 1ª Câmara – SEI nº 1528684, Sessão Ordinária de 30/7/2019 (TC 027.516/2015-6), o qual julgou as contas de 2014 como regulares, informa-se que as recomendações, ocorrências e falhas foram devidamente atendidas, conforme Tabela SEI nº 1528693 e Memorando SEI nº 1571632, em que são demonstradas as medidas tomadas pelas unidades da JMU. Nesse sentido, as unidades informaram que realizaram os ajustes necessários para o atendimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) Pendentes, restando apenas finalizar a implementação e conclusão de procedimentos administrativos, os quais encontram-se em andamento.

Monitoramento do Acórdão nº 6836/2019-TCU-1ªC (Prestação de Contas: exercício 2014)				
Recomendações, Ocorrências, Falhas e Pendências	Atendidas	Em Atendimento	Percentual de Cumprimento	
Total de Recomendações	6	0	100%	
Total de Ocorrências	2	0	100%	
Total de Falhas	6	0	100%	
Total de Pendências	17	1	94,11%	
TOTAL GERAL	31	1	96,77%	

Fonte: Tabela SEI nº 1528693 <https://bit.ly/32hn43e>

Recomendações, Ocorrências, Falhas e Pendências



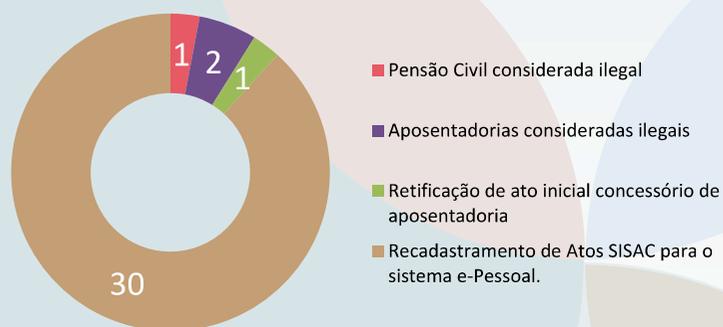
■ Atendidas
■ Em Atendimento

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

O TCU encaminhou, também, ao STM, mediante Acórdãos e Ofícios, deliberações e recomendações relativas ao saneamento de pendências no que tange aos atos de admissão, aposentadoria, pensões civis e militares, bem como encaminhou solicitações de informações sobre dados financeiros e pagamentos de gratificações diversas aos servidores e magistrados da Justiça Militar, conforme a quantidade abaixo:

Diligência do TCU			
Diligência do TCU	Atendidas	Em Atendimento	Percentual de cumprimento das diligências
Pensão Civil considerada ilegal	1	-	100%
Aposentadorias consideradas ilegais	2	-	100%
Retificação de ato inicial concessório de aposentadoria	1	-	100%
Recadastramento de Atos SISAC para o sistema e-Pessoal	30	-	100%
TOTAL	34	-	100%

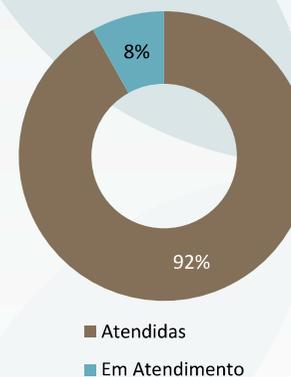
Diligências do TCU Atendidas



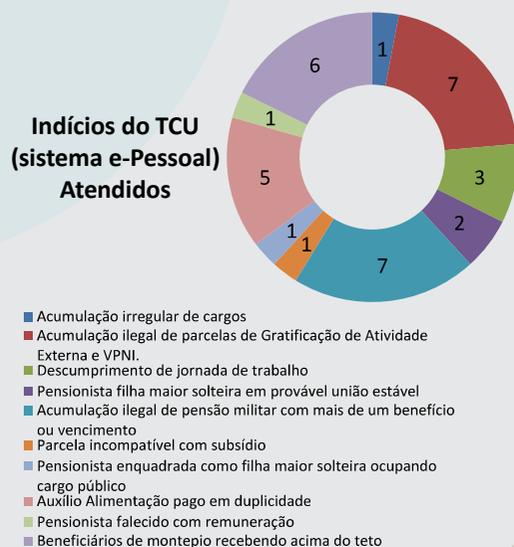
Ademais, o TCU encaminhou, por meio do novo sistema e-pessoal, outros 37 (trinta e sete) indícios para análise e esclarecimentos do STM a possíveis inconsistências na situação funcional de servidores do seu quadro de pessoal ou na folha de pagamento da JMU. Os indícios foram relativos aos seguintes temas:

Indícios do TCU (sistema e-Pessoal)			
	Atendidas	Em Atendimento	Percentual de cumprimento dos indícios
Acumulação irregular de cargos	1	-	100%
Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e VPNI	7	3	70%
Descumprimento de jornada de trabalho	3	-	100%
Pensionista filha maior solteira em provável união estável	2	-	100%
Acumulação ilegal de pensão militar com mais de um benefício ou vencimento	7	-	100%
Parcela incompatível com subsídio	1	-	100%
Pensionista enquadrada como filha maior solteira ocupando cargo público	1	-	100%
Auxílio-alimentação pago em duplicidade	5	-	100%
Pensionista falecido com remuneração	1	-	100%
Beneficiários de montepio recebendo acima do teto	6	-	100%
TOTAL	34	3	92%

Indícios do TCU (sistema e-Pessoal)



Indícios do TCU (sistema e-Pessoal) Atendidos



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Com base nos trabalhos realizados em 2019, a figura ao lado apresenta os números e o atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle.



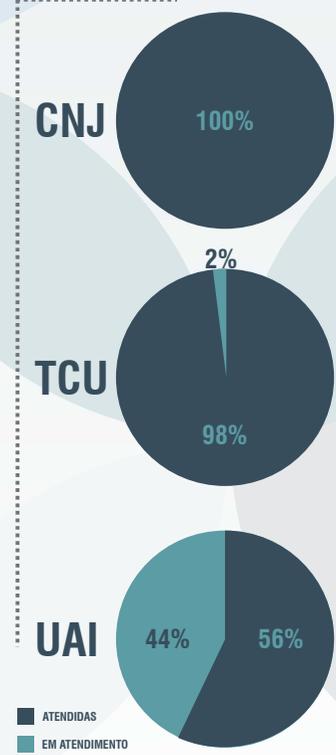
PALP/2018-21	PAA/2019	TCU
<p>DIRETRIZES</p> <p>Planejamento das atividades de inspeção administrativa, auditoria e fiscalização na Justiça Militar da União para o quadriênio de 2018-2021, com vistas a avaliar a gestão dos recursos aplicados pelo STM, Diretorias de Foro e Auditorias.</p>	<p>ATIVIDADES/TEMAS</p> <p>Inspeção Administrativa Contábil Inspeção Administrativa de Licitação e Contratos Auditoria do Relatório de Gestão Plano de Saúde da JMU Contratações Obras Gestão de Pessoal Gestão de Riscos Auditoria Contábil Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Operacional Auditoria de Gestão Documental</p>	<p>Acórdãos Diligências Indícios Solicitações Encaminhamentos</p>

Legenda: TCU - Tribunal de Contas da União; UAI - Unidade de Auditoria Interna (SECIN - Secretaria de Controle Interno); PALP - Plano Anual de Auditoria de Longo Prazo; PAA - Plano Anual de Auditoria.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

No ano de 2019, foi instaurada, no âmbito do STM, 1 (uma) sindicância, cujo despacho de arquivamento ocorreu em janeiro de 2020. Os dados seguem detalhados abaixo:

PROCESSO SEI: 018481/19-00.50
INSTAURAÇÃO: Portaria nº 2889, de 11 de setembro de 2019.
OBJETO: sindicância investigativa para apuração de assédio moral.
SINDICADO: não houve.
CONCLUSÃO: não ocorrência de assédio moral.
STATUS DO PROCESSO: arquivado em janeiro de 2020.



ANEXOS E APÊNDICES

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Ministro-Presidente e Diretor-Geral

Em observância ao estabelecido no subitem “1.20” da Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC, declaramos que o dirigente máximo da JMU e o Diretor-Geral do STM, na condição de responsáveis pela Governança, reconhecem ter sido aplicado o pensamento coletivo na preparação e na apresentação do presente relatório integrado.

Para esse fim, a partir das orientações gerais para a elaboração dos relatórios de gestão de 2019, contidas nas Decisões Normativas TCU nºs 178 e 180, foram realizadas reuniões com os gestores das áreas desta Unidade Prestadora de Contas (UPC), oportunidade em que foram assentadas todas as premissas a fim de que houvesse conexão entre os elementos de conteúdo do Relatório, para que se tornasse possível a compreensão da estratégia, da governança, do desempenho e das perspectivas desta UPC.

Daí o motivo pelo qual não se perdeu de vista o proposto no **Guia para Elaboração do Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado** (página 16), bem como no **art. 3º, § 3º, da Decisão Normativa TCU 178/2019**, segundo os quais estabelecem que a estrutura do Relatório poderia ser adaptada para melhor conexão entre os elementos do conteúdo apresentado.

Nesse sentido, esta UPC buscou apresentar o conteúdo proposto, tendo como elemento agregador o seu Planejamento Estratégico, de forma que as informações fossem consolidadas em alinhamento com os objetivos estratégicos.

Com esse enfoque, a JMU preocupou-se em apresentar os resultados da gestão referentes à área finalística e à área de apoio administrativo. Isso se deve ao fato de que realmente existe um encadeamento lógico entre os itens apresentados na DN e os objetivos estratégicos desta UPC.

Por fim, declaramos a integridade do presente Relatório.

CRÉDITOS

A elaboração deste Relatório de Gestão é resultado de um trabalho conjunto e integrado entre as diversas unidades administrativas da Justiça Militar da União, capitaneado pela Assessoria de Gestão Estratégica, pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Controle Interno do STM.

MINISTROS

Ministro Alte Esq Marcus Vinicius Oliveira dos Santos (Presidente)
Ministro Dr. José Barroso Filho (Vice-Presidente)
Ministro Dr. José Coêlho Ferreira
Ministra Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
Ministro Ten Brig Ar William de Oliveira Barros
Ministro Alte Esq Alvaro Luiz Pinto
Ministro Dr. Artur Vidigal de Oliveira
Ministro Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos
Ministro Gen Ex Lúcio Mário de Barros Góes
Ministro Gen Ex Odilson Sampaio Benzi
Ministro Alte Esq Carlos Augusto de Sousa
Ministro Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo
Ministro Gen Ex Marco Antônio de Farias
Ministro Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz
Ministro Ten Brig Ar Carlos Vuyk de Aquino

DIRETOR-GERAL

Silvio Artur Meira Starling

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Marilia Ramos Chaves

ASSESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Raissa Fernandes Marinho

EXPEDIENTE

Conteúdo:

André Ruiz Evelim
Carolina Pereira de Araujo
Caroline Mendes de Assis
Estanislau de Sousa Santos
Ingrid Vellenich
Mosair Gomes Lima de Freitas
Rafael Bernardo de Castro
Rodrigo Rivelino de Freitas
Estagiários: Iago Camargo Carvalho,
Kênio Viana Filho e João Gabriel Rodrigues Reis.

ARTE

Capa e Projeto Gráfico: Mosair Gomes Lima de Freitas
Diagramação: Mosair Gomes Lima de Freitas
Foto: Odair Amancio Freire

ERRATAS

Está disponível no portal do STM o documento que contém as correções tipográficas e os erros percebidos após a publicação deste relatório:

stm.jus.br > Portal do Cidadão > Transparência > Prestação de contas anual > Relatório de gestão > ERRATAS 2019